

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA — UDESC  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO — FAED  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA — PPGH**

**FABIANA PIRES**

**ESTADO E VIOLÊNCIA: A SEGURANÇA PÚBLICA NAS NARRATIVAS DA  
IMPrensa EM FLORIANÓPOLIS, SC (1998-2003)**

**FLORIANÓPOLIS**

**2023**

**FABIANA PIRES**

**ESTADO E VIOLÊNCIA: A SEGURANÇA PÚBLICA NAS NARRATIVAS DA  
IMPrensa EM FLORIANÓPOLIS, SC (1998-2003)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, área de concentração em História do Tempo Presente.

**Orientador:** Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn.

**FLORIANÓPOLIS**

**2023**

#### Ficha catalográfica

Pires, Fabiana

ESTADO E VIOLÊNCIA: A SEGURANÇA PÚBLICA NAS  
NARRATIVAS DA IMPRENSA EM FLORIANÓPOLIS, SC (1998-2003) /  
Fabiana Pires. — 2023.

109 p.

Orientador: Reinaldo Lindolfo Lohn.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Estado de Santa Catarina,  
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação  
em História, Florianópolis, 2023.

1. Violência urbana. 2. Florianópolis. 3. Impressos. I. Lohn, Reinaldo  
Lindolfo. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências  
Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História. III.  
Título.

**FABIANA PIRES**

**ESTADO E VIOLÊNCIA: A SEGURANÇA PÚBLICA NAS NARRATIVAS DA  
IMPrensa EM FLORIANÓPOLIS, SC (1998-2003)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, área de concentração em História do Tempo Presente.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn  
Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC)

Membros:

Prof. Dr. Emerson Cesar de Campos  
Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC)

Prof. Dr. Thiago Reisdorfer  
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

Florianópolis, 18 de dezembro de 2023.



## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é fruto de um longo ciclo que se iniciou no mesmo ano em que também vivemos a pandemia do vírus COVID 19. E agora passado alguns anos, ao refletir sobre todos os eventos que ocorreram durante essa trajetória, me sinto extremamente vitoriosa por conseguir concluir esse trabalho que representa, além de um grande passo profissional, também uma grande vitória diante de tantos obstáculos que surgiram nessa caminhada. E algumas pessoas foram essenciais nesse processo, e eu não poderia deixar de citá-las nesse trabalho.

Primeiramente, agradeço a minha mãe, Celeste da Luz Correa, por sempre acreditar e me incentivar nos estudos. E por me ensinar que, nós mulheres, devemos ser independentes, fortes, justas e sonhadoras. Agradeço também ao meu irmão, Marcelo Valadão Júnior, minhas avós Lídia Camarolli e Maria Alice Pires, e ao meu pa(i)drasto Lucas dos Santos Damian.

Ao meu companheiro, Matheus Leite Xavier, por ter me dado suporte emocional, por me incentivar, acreditar em mim e sempre insistir que eu não desistisse dos meus objetivos.

À minha Mãe Osún “Ora yé yé ô” e ao meu Pai Sangô “Káwó Kábìsílè”, por estarem comigo nessa caminhada espiritual me trazendo força e determinação. Tantas vezes recorri aos orixás, e todas as vezes obtive conforto e amor.

Aos meus colegas de mestrado, pelas conversas, trocas de conhecimentos e angustias, contribuições de leituras e revisões de texto que foram de grande ajuda. Agradeço, especialmente, a Rame Ferreira e Fátima Ferreira.

Agradeço imensamente ao professor orientador dessa dissertação, Reinaldo Lindolfo Lohn, pela paciência, conhecimento e respeito as minhas ideias e também ao meu tempo de escrita. Além disso, sou grata também por ter me disponibilizado as fontes do jornal AN Capital que estavam no acervo do Laboratório de Estudos da Contemporaneidade (LEC). E a todos/as os/as professores/as do Programa de Pós-Graduação em História pelas aulas, contribuições e inspirações que despertam a busca pela melhoria e aperfeiçoamento profissional.

À professora Ana Luíza Andrade, ao professor Antero Reis e a grande amiga Jade Liz Reis pela ajuda fundamental durante o processo seletivo de mestrado. Vocês foram essenciais para que esse sonho acontecesse.

A todos/as meus/minhas amigos/as que contribuíram das mais variadas formas para que esse trabalho fosse possível.

Ao Ilê de Xangô por ser minha casa espiritual.

À Caroline Guglielmi, por contribuir com o meu texto com sua excelente revisão.

Agradeço carinhosamente ao jornalista Carlos Damião pelas longas conversas sobre o funcionamento do jornal AN Capital que foram de grande contribuição para essa pesquisa. Descanse em paz, Seu Carlos! Esse trabalho também é dedicado ao senhor.

Agradeço também à CAPES pela bolsa concedida durante o período de 6 (seis) meses, sendo de enorme contribuição para a pesquisa das fontes utilizadas na dissertação.

*“Não basta saber ler que “Eva viu a uva”. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.” Paulo Freire.*

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abin	Agência Brasileira de Inteligência
ANC	AN Capital
ASI	Assessoria de Segurança Interna
Cecca	Centro de Estudos, Cultura e Cidadania
Clic	Comando de Operações Terrestres
Coter	Conselho de Lideranças Comunitárias
CPC	Comando de Policiamento da Capital
DSI	Divisões de Segurança Interna
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Floram	Fundação Municipal do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGPM	Inspetoria Geral das Polícias Militares
IML	Instituto Médico Legal
Ipuf	Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
Otan	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PM	Polícia Militar
SAE	Secretária de Inteligência
Sintae	Secretaria Nacional de Segurança Pública
Sinte	Serviço Nacional de Informações
SNI	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina
Senasp	Sindicato dos Trabalhadores em Saneamento do Estado



## RESUMO

A presente dissertação pretende levantar reflexões acerca de como a História do Tempo Presente como suporte teórico e metodológico pode auxiliar nos estudos dos vestígios do período ditatorial brasileiro (1964-1985) nos anos que seguem a redemocratização no país. Com foco na região da Grande Florianópolis, o estudo busca compreender como as diversas reformas realizadas na infraestrutura da capital afetaram as “divisões” entre bairros populares e elitizados. E conseqüentemente, como essa segregação também se reverbera na crescente violência urbana na região, durante o final da década de 1990 e começo dos anos 2000. Utilizando como fonte para o estudo o impresso *AN Capital*, encarte do jornal *A Notícia*, que busca ser uma espécie de “porta voz” das comunidades florianopolitanas sobre seus problemas cotidianos, como pouco suporte da Prefeitura, falta de espaços de lazer, ocupações ilegais, e a violência nos bairros. Percebe-se em algumas reportagens uma mudança nos tipos de crime que assolam a capital, como aumento do número de homicídios causados por armas de fogo como também no comércio e consumo de drogas. Diante dessas problemáticas a pesquisa almeja compreender os discursos que narram essas questões, como um veículo formador de opinião entre seus leitores.

**Palavras-chave:** Violência Urbana- Florianópolis- Impresses- História do Tempo Presente.

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to raise reflections on how the History of the Present Time as a theoretical and methodological support can help in the studies of the remains of the Brazilian dictatorial period (1964-1985) in the years following the country's democratization. Focusing on the Greater Florianópolis region, the study seeks to understand how the various reforms carried out in the capital's infrastructure affected the “divisions” between popular and elite neighborhoods. Consequently, how this segregation also reverberates in the growing urban violence in the region, during the late 1990s and early 2000s. Using as a source for the study the printed AN Capital, insert of the newspaper A Notice, which seeks to be a kind of “spokesman” for the Florianopolitan communities about their daily problems, such as little support from the City Hall, lack of leisure spaces, illegal occupations, and violence in the neighborhoods. In some statements, we can see a change in the types of crime that plague the capital, such as an increase in the number of homicides caused by firearms as well as drug trade and consumption. Faced with these problems, the research aims to understand the discourses that narrate these issues, as an opinion-forming vehicle among its readers.

**Keywords:** Urban Violence- Florianópolis- Newspapers- History Present of Time.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I.....	27
1.1 Constituição de 1988 e os resquícios ditatoriais na segurança pública brasileira .....	27
1.2 A polícia militar brasileira e o processo democrático.....	32
CAPÍTULO II.....	53
2.1 História e mídia impressa: <i>AN Capital</i> como “porta voz” das comunidades de Florianópolis .....	53
2.2 As políticas de planejamento urbano de Florianópolis: a “cidade modelo” do regime militar.....	62
2.2. A violência urbana na Grande Florianópolis: quais são os bairros mais atingidos?.....	76
2.3 Por um policiamento comunitário: relação dos agentes de segurança com os(as) moradores(as).....	93
CONCLUSÃO.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	103

## INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 1960 e 1980, o Brasil passou por um longo período autoritário, marcado por perseguições a opositores políticos e controle militar sobre o Estado em suas relações com a sociedade. Durante a ditadura militar imposta por um golpe em 1964, houve a edição de uma Constituição em 1967, emendada em 1969, na qual prevaleceram noções inspiradas pela chamada Doutrina de Segurança Nacional. Após uma longa transição política, em grande medida negociada pelo alto, finalmente, em 1988, foi elaborada uma nova Constituição, com parâmetros democráticos, que acolheu princípios fundamentais dos chamados Direitos Humanos. Neste trabalho, pretende-se discutir os desdobramentos do período autoritário nas relações entre Estado e sociedade civil no Brasil pós-ditadura. Intenciona-se contribuir para a compreensão de aspectos relativos às representações associadas à segurança pública difundidas nos meios de comunicação social, tomando fontes jornalísticas produzidas na cidade de Florianópolis como âmbito de uma análise que busca a perspectiva historiográfica desta problemática.

O debate historiográfico a respeito desse tema possui vertentes de interpretação sobre atuação militar no cenário político democrático brasileiro pós-regime militar. Uma das posições pode ser localizada em autores como a historiadora Wendy Hunter (1997)<sup>1</sup>, que defende que, após findar a ditadura, especialmente no final da década de 1980 e durante a década de 1990, os militares não representavam mais uma ameaça à democracia brasileira, acreditando que estes voltaram aos quartéis exercendo suas funções enquanto profissionais. Seguindo essa perspectiva, também encontramos os estudos dos sociólogos Oliveira (1994)<sup>2</sup> e Castro e D' Araújo (2001)<sup>3</sup>, que defendem a tese de não há influência militar sobre o processo de *impeachment* de Fernando Collor em 1992, após denúncias de corrupção.

Em contraponto, temos abordagens como a do cientista político Alfred Stepan (1986)<sup>4</sup>, que realiza uma análise a respeito do legado autoritário ditatorial nos processos de

---

<sup>1</sup> HUNTER, Wendy. **Eroding military influence in Brazil**: politicians against soldiers. North Carolina: Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1997. O presente livro não foi traduzido para o português, ficando restrito à esfera de especialistas acadêmicos.

<sup>2</sup> OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor**: Forças Armadas, transição e democracia. Campinas: Papirus, 1994.

<sup>3</sup> CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **Militares e política na nova república**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

<sup>4</sup> STEPAN, Alfred. **Os militares**: da abertura à nova república. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

<sup>6</sup> AGUIAR, Roberto Armando Ramos. **Os militares e a Constituinte**: poder civil e poder militar na Constituição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

redemocratização e consolidação da democracia, considerando que este afeta as relações civis-militares no país. Seguindo essa linha, o jurista e professor Roberto de Aguiar (1986) alerta para o continuísmo da ingerência militar — por meio do Congresso Constituinte — e para a autonomia que as Forças Armadas ainda possuem no ordenamento da política brasileira através de poderes constitucionais.

O cientista político Jorge Zaverucha (1994)<sup>5</sup> também se contrapõe a Hunter, ao sustentar que o processo democrático no Brasil ainda não está consolidado, dadas as permanências autoritárias presentes no funcionamento estatal, além do fato de que a Constituição de 1988 manteve *prerrogativas militares* (Zaverucha, 2003, p. 145), as quais abrem espaço para a autonomia das Forças Armadas diante do cenário político.

É sob essas duas perspectivas principais que o tema sobre o legado ditatorial e suas reverberações na sociedade civil na atualidade são tratados na historiografia brasileira. A presente investigação aborda o tema a partir da concepção de que os militares não voltaram totalmente aos quartéis — uma expressão comum na década de 1980 entre os que debatiam a transição, mas que ainda hoje, de certa forma, “tutelam” a democracia vigente sob um aparato constitucional cujas ambiguidades são exploradas por grupos autoritários.

Pretende-se discutir e delinear essa questão ao identificar que parte das relações entre Estado e sociedade no Brasil são mediadas pela violência. Entende-se que a imprensa escrita registra algumas dimensões dessas relações, particularmente aquelas que envolvem a abordagem sobre a atuação policial e sua mobilização pelo Estado e por grande parte da sociedade no âmbito do enfrentamento à violência urbana. Esse tema ganhou o centro dos debates no recente período democrático vigente no país, a partir do final da década de 1990. Nesse período, mantiveram-se algumas relações políticas e institucionais que garantiram a continuidade de uma noção de “ordem” como complemento à “lei”. Esse aspecto é parte de uma trajetória autoritária que inspira as Forças Armadas, mas afeta as organizações policiais e tem ampla circulação em diferentes âmbitos da sociedade, particularmente nos meios de comunicação.

A Constituição de 1988 assegurou alguns avanços no que tange aos direitos dos cidadãos(ãs) brasileiros(as) nas questões sociais. Porém, no que se refere ao Sistema das Forças Armadas e a sua influência sobre a segurança pública e do Estado, é possível perceber que restaram resquícios das políticas repressivas do período ditatorial anterior, formalmente

---

<sup>5</sup> ZAVERUCHA, Jorge. **Rumor de sabres**: tutela militar ou controle civil? São Paulo: Ática, 1994.

encerrado com a transferência do poder a políticos civis em 1985. O documento legal rege os princípios sobre os quais deve basear-se a segurança do Estado e dos civis, em especial no Título V, “Da Defesa do Estado e das Instituições”: Capítulo I, “Do Estado de Defesa e do Estado de Sítio”; Capítulo II, “Das Forças Armadas”; e Capítulo III, “Da Segurança Pública”. Identifica-se que tanto as organizações militares — Polícia Militar (PM) e Corpo de Bombeiros— como as polícias civis são, constitucionalmente, responsáveis por defender em maior grau o Estado do que os cidadãos e cidadãs (Zaverucha, 2010). Compreende-se, assim, que o aparato legal formulado pela chamada Nova República possibilitou brechas para que os militares continuassem a definir sua relação com os civis por meio de uma noção de “ordem social” — que se apresenta numa posição refratária aos avanços democráticos e ao controle social da violência de Estado.

Devido à influência e à circulação de representações sociais advindas dessas práticas das instituições armadas — baseadas numa visão política acerca da “ordem social” —, é necessário identificar como isso afeta o cotidiano das relações democráticas no país. Para tanto, como objeto de investigação, busca-se compreender as reverberações desse autoritarismo na forma como a imprensa noticiou e construiu narrativas sobre a atuação policial, particularmente a PM, em um período histórico em que o país ainda vivia os primeiros anos de sua recente experiência democrática. Como recurso metodológico necessário para tanto, foi realizada a leitura sistemática da documentação constituída pela coleção do jornal *AN Capital*, publicado como suplemento do jornal *A Notícia*, em Florianópolis, capital de Santa Catarina, no final da década de 1990 e início dos anos 2000.

Por meio do levantamento bibliográfico, que focalizou os temas Polícia Militar, autoritarismos, sociedade civil e mídia, foram delimitadas as produções acadêmicas que dão suporte à investigação. Grande parte dos trabalhos localizados situa a questão em cidades e estados das regiões Sudeste — com especial destaque para o eixo Rio de Janeiro e São Paulo — e Nordeste — principalmente no estado da Bahia. No Sul do país, a maior parte dos estudos foca-se no estado do Rio Grande do Sul. Não foi difícil constatar que o tema não gerou uma abundante produção de estudos em Santa Catarina, tampouco em Florianópolis, especialmente na área da historiografia. As principais produções acadêmicas relacionadas ao tema na região se dão no campo do Direito, realizadas por estudiosos de alguma forma relacionados à atuação na área da Justiça e Segurança Pública — como policiais militares, por exemplo. Há ainda estudos oriundos de áreas como Psicologia, Sociologia, Administração e Ciência Políticas. Os estudos historiográficos tenderam a dar mais atenção para a relação das forças policiais com a

sociedade civil no período da ditadura militar. Pretende-se, portanto, que esta dissertação seja uma contribuição, desde a perspectiva da historiografia, para os estudos em nível mais aprofundado sobre as relações sociais que envolvem a violência urbana e a segurança pública no período em apreço, constituído por balizas institucionalmente democráticas.

Grande parte dos trabalhos sobre o tema — e que têm como foco o estado de Santa Catarina e suas forças policiais — partem majoritariamente da perspectiva do Direito<sup>6</sup>. Tais materiais produzem análises com base nas leis que sustentam o aparato policial, que tendem a se mostrar lineares e pouco críticas no que se refere a determinados recortes como classe e etnia, por exemplo. Também demonstram pouca aptidão a situar historicamente a atuação policial no Brasil ou considerar os aspectos complexos do processo de transição política que configurou as relações institucionais da Nova República. Auxiliam, porém, no entendimento da segurança pública sob o viés legal e constitucional, trazendo dados relevantes sobre a ação policial no estado de Santa Catarina. Apresentam-se, ainda, como raros estudos que buscam analisar as polícias catarinenses e sua relação com a sociedade civil.

A perspectiva que se pretende aqui é a da análise de representações sociais em circulação na e por meio da imprensa acerca da atuação policial no Brasil em um período democrático, a partir da observação do caso de Florianópolis. Nesse sentido, é importante atentar para a PM e sua função social repressiva, o que envolve questões políticas notórias, particularmente em sua relação com uma sociedade democrática. A imprensa é tomada aqui, portanto, como documentação histórica e como instrumento de circulação de representações associadas a tais questões. Pretende-se identificar nas narrativas produzidas pela imprensa a produção de representações a respeito da violência, da polícia, do Estado, do espaço urbano e das populações marginalizadas socialmente.

---

<sup>6</sup> As produções acadêmicas que dão suporte a este estudo são aquelas que compreendem que tanto as relações entre a ação policial e os direitos dos cidadãos como a maneira pela qual as narrativas da grande imprensa são componentes importantes da interação entre democracia, Estado e violência no Brasil. Pode-se destacar o trabalho de Augusto César da Silva, mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em sua dissertação intitulada *A construção da mediação de conflitos na Polícia Militar de Santa Catarina: um caminho para a autonomia e a alteridade no convívio social* (2014). Silva aborda o processo de construção de um modelo de mediação de conflitos a ser realizado pela PM de Santa Catarina. Em uma perspectiva semelhante, o trabalho *Da repressão à mediação: um estudo das funções da Polícia Civil catarinense não-declaradas oficialmente* (1996), de Andréa Irany Pacheco, também mestre em Direito pela UFSC, analisa as funções oficialmente não declaradas (extraleais) da Polícia Civil catarinense. Ainda no campo do Direito, há o trabalho de João Mário Martins, mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí. Na obra *Instituição Policial Militar e Segurança Pública: análise à luz da política jurídica* (2008), Martins busca compreender a instituição da PM e da Segurança Pública sob a perspectiva de que a polícia se apresenta como um instrumento de transformação social, que deve estar comprometida com toda a população e não apenas com alguns segmentos sociais.

Além disso, o presente trabalho também sofreu imprevistos que atrasaram a pesquisa e, por consequência, sua finalização. Inicialmente, as fontes utilizadas no trabalho seriam do jornal *O Estado*, com acervo localizado na Biblioteca Pública Municipal. Porém, entre o processo seletivo e o ingresso no curso de pós-graduação em História no Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (FAED/UEDESC), vivemos a pandemia do vírus COVID-19, que afetou com intensidade o Brasil. Durante o primeiro ano de pandemia, os locais públicos estavam fechados, impossibilitando a pesquisa no acervo da Biblioteca Pública Municipal.

Após pesquisas intensas em acervos digitais e físicos, foi localizada uma parte do acervo do jornal *AN Capital*, estabelecido no Laboratório de Estudos da Contemporaneidade (LEC), somente após seis meses cursando a pós-graduação. Os objetivos e a metodologia do trabalho sofreram algumas alterações, pelo fato de *O Estado* publicar notícias relacionadas tanto ao local como também ao nacional, enquanto o *AN Capital* focava somente em materiais relacionadas à região da Grande Florianópolis, especialmente em tópicos como infraestrutura, questões referentes aos bairros e suas demandas, esporte e lazer. Os assuntos relacionados à violência urbana na cidade foram ganhando destaque, principalmente, no começo dos anos 2000.

Outro fator que influenciou na pesquisa sobre o legado autoritário da ditadura nas representações mobilizadas pela imprensa, ao tratar da segurança pública na cidade de Florianópolis durante a década de 1990 e início dos anos 2000, foi a escassez de trabalhos historiográficos sobre a questão na região. Mesmo assim — ou talvez justamente por essa razão —, trata-se de uma temática que motiva estudos no âmbito da História do Tempo Presente, com vistas a identificar lacunas em questões históricas latentes na sociedade e que necessitam de atenção.

Desenvolve-se tal estudo na intenção de proporcionar uma perspectiva histórica densa para o que parece ser da ordem do imediato e promover a justaposição de temporalidades do presente e do passado na vivência cotidiana. Esse necessário debate teórico aciona a abordagem proposta por Reinhart Koselleck (2006) para o tempo histórico — especialmente a utilização das categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” —, para reflexão acerca das formas e experiências a partir das quais são construídas as relações predominantes entre sociedade e temporalidade em determinado período.

A densidade do tempo histórico é uma das dimensões das relações políticas. Em particular, para a presente discussão, será necessário considerar aspectos de uma cultura política que media as relações entre Estado e sociedade no Brasil, levando em conta a violência. Cabe

considerar aqui as contribuições de Rodrigo Patto Sá Motta (2018) para uma apropriação mais adequada da noção de cultura política pela historiografia. O autor aciona a noção de cultura política ao tratar da frequente e longeva prática de conciliação/acomodação no cenário político brasileiro. Como regras ou mecanismos não escritos e não formais, resistentes às formas institucionais e procedimentais dos sistemas legais, o autor chama atenção para relações e acordos que não são explícitos. São, no entanto, negociações silenciosas que permitem amenizar conflitos e tensões, envolvendo concessões mútuas em interações nas quais, na maioria das vezes, o poder é assimétrico. No Brasil, isso forma um quadro de relações e valores políticos em que alguns setores permanecem pouco politizados e organizados, enquanto outros se acomodam em arranjos que excluem grande parte dos grupos sociais vulneráveis. Por meio de negociações e acordos, várias questões deixam de ser diretamente tratadas e enfrentadas em sua dimensão potencialmente conflitiva, o que afeta quaisquer resoluções e mudanças sociais.

Sob uma estrutura autoritária — que é tanto formal quanto informal — que envolve o período ditatorial entre 1964 e 1985 (mas que não se limita a ele), as relações entre civis e militares ganham relevo. Para Jorge Zaverucha (2010), os procedimentos democráticos modernos tenderiam a procurar conter o poder dos que dispõem da força da violência. Assim, para o autor, a força é colocada a serviço do poder. Assim, enquanto nas ditaduras a polícia é colocada como auxiliar do Exército, nas democracias deveria ser o oposto, com o Exército na condição de reserva da polícia (com exceção dos períodos de guerra). Sabe-se que historicamente tal princípio democrático encontra dificuldades para se efetivar no Brasil.

Na obra *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo* (2000), Teresa Caldeira abordou relatos de moradores de diferentes bairros da cidade de São Paulo, entre 1989 e 1991. Chamou a atenção da autora a importância que a percepção a respeito do aumento da criminalidade teve sobre as relações políticas naquele contexto, o que envolveu as instituições democráticas e a disseminação de direitos civis. Ela avalia que uma das maiores contradições do Brasil contemporâneo está no fato de que a expansão da cidadania política — por meio do processo de transição democrática — se desenvolveu ao mesmo tempo que houve uma deslegitimação da cidadania civil e a emergência de uma noção de espaço público segregado. Isso sugere que o processo de redemocratização não foi completo e permanece como uma questão em aberto de nosso processo histórico, com reverberações de um passado sempre presente nas relações políticas e institucionais no Brasil.

A autora aborda o que chama de democracia disjuntiva, compreendida sob uma perspectiva histórica muito útil para a abordagem efetuada no presente estudo. Para a autora,

“no contexto da transição para a democracia, o medo do crime e os desejos de vingança privada e violenta vieram simbolizar a resistência à expansão da democracia para novas dimensões da cultura brasileira, das relações sociais e da vida cotidiana” (2000, p. 375). Tal discussão leva Caldeira a focar a complexidade das relações que envolvem o corpo físico e a violência na sociedade brasileira. A problemática envolve a prática de tortura como ato entendido como legítimo na ação policial, ou seja, pode-se sugerir que há uma “naturalização” da invasão do corpo alheio. A violência urbana, os direitos civis e a democracia mantêm uma estrita relação entre si e, nesse sentido, a violência policial diante da criminalidade é vista como um reflexo de estruturas mais antigas na sociedade brasileira. Dessa forma, não seria possível resolver problemas internos da corporação policial sem questionar atores políticos que ainda estão em cena representando entraves autoritários diante de um processo democrático.

Tais relações políticas com a violência ganharam dimensão ampla no tempo presente brasileiro no cenário urbano. O geógrafo Marcelo Lopes de Souza, em seu livro *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana* (2008), traz contribuições sobre o tema da violência urbana e da segurança pública sob o viés da segregação dos espaços — que seria operado por meio da constituição de “enclaves territoriais” que enfatizam a diferença de classes na sociedade. Para ele, as formas estruturantes do capitalismo brasileiro estimulam a criminalidade — com a sua perspectiva individualista e consumista — e a própria segurança se torna um produto a ser vendido para os que podem pagar. Sendo assim, a violência passa a ser algo lucrativo para o sistema, bem como a contenção da criminalidade serve como uma espécie de controle social contra determinados grupos estigmatizados conforme o poder aquisitivo e a etnia.

No que diz respeito ao enfoque específico da pesquisa que resultou no presente trabalho, tais aspectos da questão motivadora da investigação necessitam ser dimensionados para o cenário de Florianópolis — levando em conta estudos realizados sobre as relações entre espaço urbano e estruturas políticas. Para tanto, importa considerar estudos que levam em conta as representações postas em circulação por meio da imprensa periódica, de modo a identificar a construção de um imaginário social a respeito dos temas abordados nas páginas dos impressos. É preciso ainda considerar as intensas mudanças que a capital de Santa Catarina sofreu em sua forma urbana ao longo do período ditatorial e seus desdobramentos na apropriação e usos que seus moradores efetuam no período democrático — o que envolve o planejamento urbano e a configuração de mecanismos segregacionistas.

Nesse sentido, a tese de doutorado em Ciências Sociais de Márcia Fantin, *Cidade dividida* (2000), foi de grande valia para compreensão das disputas presentes entre os “nativos” e os “de fora”, em diversos bairros de Florianópolis, durante as décadas de 1970 e 1980. Esses embates, que também refletem na forma como o crescimento da violência urbana na região são justificados, em os chamados “manezinhos”, em muitos momentos, culpabilizam os “estrangeiros” pelos crimes mais violentos da região:

A chegada de novos habitantes tomou tal proporção que é considerado pelos ilhéus (ou por centos ilhéus) como uma verdadeira “invasão da cidade” por moradores “de fora” (chamados também de “estrangeiros”) que acabam por mudar a paisagem, os hábitos, os valores, enfim a cultura. (Fantin, 2000, P.17)

Percebe-se, assim, que a chegada contínua de novos moradores gerou ao longo dos anos diversos conflitos e embates que envolviam também o questionamento sobre o tipo de cidade que se desejava construir, os diferentes projetos para Florianópolis que dividiam a população.

A investigação — como mencionado anteriormente — foi efetuada pela leitura e coleta sistemática de informações e narrativas localizadas em documentação constituída pelo *AN Capital*, suplemento do jornal *A Notícia* entre o fim da década de 1990 e meados dos anos 2000. A pesquisa teve como foco as matérias e reportagens voltadas aos temas relacionados à segurança pública, à violência urbana, à infraestrutura e à urbanização da região da Grande Florianópolis. No acervo do LEC estavam disponíveis cerca de 700 edições do impresso *AN Capital*, sendo pré- selecionadas cerca de 1300 reportagens voltadas aos temas anteriormente mencionados, após leituras minuciosas sobre essas matérias, 540 foram escolhidas para compor a pesquisa tendo como critério a abordagem dos repórteres, o nível de detalhamento sobre os acontecimentos, reportagens que tinham assuntos conectados e os diferentes discursos presentes na notícia. É dada atenção especial à seção intitulada “Ronda Policial”, especificamente dedicada ao noticiário policial e que trazia em torno de 3 a 4 reportagens por sessão. Buscou-se identificar quais eram as vozes que estavam presentes nas páginas do jornal e, com isso, compreender sua importância no debate público então corrente na sociedade florianopolitana da época. O impresso se constitui como importante acervo que registrou discussões sobre a cidade no tempo presente, um veículo que tinha como temas principais as notícias referentes a Florianópolis e municípios vizinhos. A escolha por este jornal como fonte historiográfica para o trabalho se deve ao seu abrangente público, constituindo parte do processo de produção e difusão de representações sociais sobre as relações entre Estado, sociedade e violência urbana.

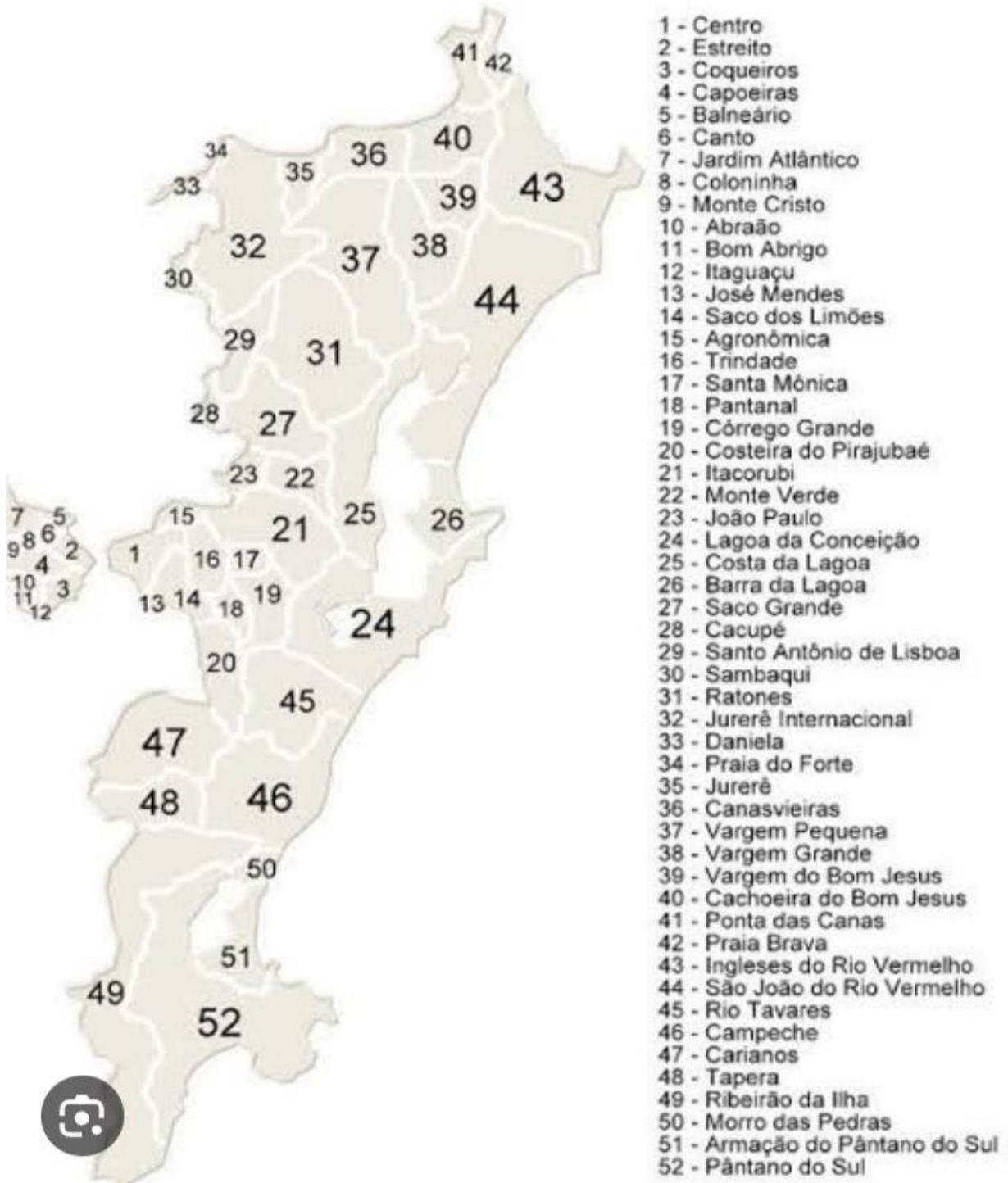
Imagens e narrativas textuais localizadas no jornal se constituem como mecanismos para uma memória compartilhada pelo coletivo, que é o público leitor. Diante disso, “a memória social passa a ser composta pelo ‘discurso da informação’, que apresenta a sucessão de acontecimentos narrados na imprensa como parte de uma história vivida, e imediatamente memorizada”, como destaca o historiador Reinaldo Lohn (2012, p. 123). Opera, assim, um conjunto de crenças e práticas, que, combinadas, contribuem para homogeneizar o imaginário social.

Por meio das matérias dos jornais, é possível perceber como um “campo de experiências” marcado pelo período ditatorial — e por uma política de repressão responsável pela segurança pública e do Estado — delimita um horizonte de expectativas (Koselleck, 2006) acerca da consolidação da democracia no país. Nesse sentido, “se o passado histórico é ‘passado e presente’, este último não deixa de ser também parte da história, ao ser atravessado por experiências de tempo que dizem respeito às formas de registro e de transmissão das informações históricas” (Lohn; Campos, 2017, p. 100). Nessa perspectiva, ao estudar o passado recente e suas reverberações no presente, o trabalho volta-se para a observação de um processo que ainda não está finalizado. Assim, esta pesquisa não significa a conclusão absoluta de um tema — cujas delimitações aparecem como parte de disputas em curso —, podendo sofrer modificações no próprio processo de discussões que suscita.

Cabe ao(à) historiador(a) historicizar a fonte, considerando as condições técnicas de produção do período e o contexto histórico no qual a reportagem está inserida. Busca-se, então, o entendimento acerca das matérias escolhidas pelo jornal para publicação, refletindo sobre a abordagem dos assuntos colocados em pauta e quais informações foram escolhidas para chegar ao(à) leitor(a) e porquê. Ponderando, também, que os jornais também visam ao lucro e o aumento de seu público consumidor; portanto, possuem caráter opinativo diante das informações colocadas. Seguindo a perspectiva de Luca (2006, p. 13) sobre a metodologia a respeito do uso de fontes impressas, “os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam”. Logo, é importante atentar para os temas abordados, para a linguagem utilizada por quem escreve a matéria e para como os conteúdos são produzidos, tendo em vista o público que o jornal quer atingir.

Nesse sentido, este estudo procura compreender as percepções sociais identificadas na imprensa acerca da violência urbana e da atuação policial na região da Grande Florianópolis a partir do final da década de 1990. A análise dessas percepções corporificadas em narrativas presentes em noticiários, editoriais e colunas permitirá discutir seus desdobramentos nas

disputas em torno do planejamento urbano, com atenção especial à infraestrutura dos bairros. No intuito de facilitar a compreensão sobre o tema e auxiliar na noção espacial e geográfica da Ilha de Santa Catarina, o mapa da cidade poderá ser acionado pelo/a leitor/a sempre que sentir a necessidade:



No primeiro capítulo desta dissertação, busca-se compreender os limites da estruturação de relações democráticas no Brasil. Para tanto, será importante considerar as intervenções impostas à região da Grande Florianópolis a partir da década de 1970 e suas implicações na segregação de espaços da cidade. Estas acabaram por privilegiar as classes alta e média, mantendo as camadas populares com difíceis condições de acesso a serviços e espaços públicos.

Em seguida, no segundo capítulo, são mobilizadas as narrativas localizadas no jornal *AN Capital*, no sentido de compreender como o veículo maneja informações e percepções sobre a violência e a atuação policial na cidade de Florianópolis. O foco da análise são as páginas do jornal voltadas aos bairros e suas demandas e, especialmente, a seção intitulada “Ronda Policial”, responsável por noticiar somente os crimes ocorridos na região da Grande Florianópolis. Além disso, busca-se refletir acerca da infraestrutura dos bairros da região da Grande Florianópolis. Para isso, é importante discutir sobre a implementação do Plano Diretor de 1976 na cidade e como a paisagem urbana da cidade foi alterada com o passar dos anos. Nas localidades de baixa renda, será abordado o papel de intermediação dos Conselhos Comunitários nas reivindicações de melhorias dos serviços públicos; estes também auxiliam na mediação de conflitos entre os habitantes da região e o Poder Público. Além disso, será realizado um levantamento sobre o aumento da criminalidade na capital, identificando qual tipo de crime é predominante de acordo com a região e como o valor aquisitivo de propriedade nos bairros influencia também na prática de crimes cometidos.

O trabalho pretende apresentar-se como uma contribuição para um debate que está em evidência na sociedade contemporânea brasileira, dada a importância que a violência urbana assume no cotidiano de grande parte da população. Ampliar o debate é essencial para o processo de democratização da sociedade brasileira. Os temas da segurança pública e da violência urbana no Brasil têm sido encarados por alguns setores de forma superficial; se, para a esquerda, o assunto é muitas vezes rejeitado ou associado à opressão e à dominação das classes altas sobre as classes pobres e trabalhadoras, para a direita serve como justificativa para a defesa da militarização da segurança. Por isso, é primordial uma perspectiva histórica densa que possibilite a saída dessa dualidade, buscando compreender sua dimensão como parte de um tempo presente complexo e atravessado por conflitos sociais e culturais (Souza, 2008). O problema do aumento da criminalidade no Brasil a partir da década de 1970 mostra-se como parte de práticas sociais violentas que encontram respostas simples:

O nosso modelo social mostra-se “criminógeno”, em especial nos dias que correm, ao despertar um irrefreável desejo de consumo em muitos ou quase todos, ao mesmo

tempo em que propicia somente a poucos a chance de satisfazer seus desejos de modo legal; ao inculcar e disseminar valores individualistas e competitivos, colocando o “eu” muito acima do “nós”, o “ter” acima do “ser”, a propriedade acima da vida; ao engendrar uma “indústria cultural” que se alimenta da criminalidade violenta (entre outros eventos dramáticos e dramatizáveis) e, ao regurgitar informações sobre crimes violentos (jornais, televisão) e disseminar narrativas sobre a violência (filmes, jogos), em ambos os casos de um modo acrítico e superficial, reforça os valores há pouco mencionados e retroalimenta a própria violência; ao facilitar, por meio de desregulações, a lavagem de dinheiro e a corrupção; ao estimular e difundir a crença de que tudo pode virar mercadoria e de que tudo e todos têm um preço — e de que ir ou não ir para uma cadeia ou penitenciária superlotada e desumana depende, menos ou mais conforme o país, de se poder pagar a quantia certa. E é nos marcos desse modelo social grandemente “criminógeno” que os perpetradores de vários tipos de criminalidade não-(diretamente)violenta, em especial os “crimes de colarinho branco”, são largamente poupados dos aspectos mais brutais do braço repressivo e punitivo do Estado em sua função policial, de “garantidor da lei e da ordem”. (Souza, 2008, p. 148-149)

Dessa maneira, a discussão acerca da segurança pública e violência urbana envolve uma perspectiva que dê conta de sua complexidade, buscando compreender o tema como parte das contradições de relações políticas e socioeconômicas. Por isso, cabe considerar a necessidade de não reduzir a temática da violência a um “caso de polícia”, mas entendê-lo como parte de um debate e de confrontos sociais em aberto tanto na esfera pública quanto no espaço privado. A busca por uma sociedade mais humana e igualitária deveria ser um comprometimento da sociedade como um todo, o que inclui a segurança pública. Esta é a baliza fundamental estabelecida como referência para este trabalho.

## CAPÍTULO I

### 1.1 Constituição de 1988 e os resquícios ditatoriais na segurança pública brasileira

As Forças Armadas no Brasil, no período que antecedeu o golpe de Estado de 1964, foram constantemente mobilizadas — no sentido de intervirem no processo político, afetando as relações com a sociedade civil. Em diversos momentos históricos, exerceram a função de restabelecer a lei e a ordem e, posteriormente, de devolver o poder político aos civis, funcionando como uma espécie de “poder moderador”. Porém, durante essas “intervenções moderadoras” (Zaverucha, 2010), ao que parece, os militares não deixaram de construir aparatos internos e de desenvolver um discurso razoavelmente coeso com o intuito de constituírem-se como uma alternativa política<sup>7</sup>. Assim, em 1964, a intervenção golpista deixou de ser “moderadora” e, diferentemente do que alguns setores da sociedade civil previram, os militares não voltaram aos quartéis, permanecendo no poder até 1985. Este período, entre 1964 até 1985, constitui-se como o maior período de vigência de um regime militar da história brasileira.

A perda de aliados civis, a derrota dos opositores ao regime e as rivalidades entre os “profissionais” e a “comunidade de inteligência” levaram o presidente general Ernesto Geisel a iniciar, em 1974, uma abertura “lenta, gradual e segura”. Este foi um processo que, em seus desvios e descontinuidades, foi concluído após uma abertura política — com a eleição do civil Tancredo Neves como Presidente da República em 1985 pelo voto indireto. Neves não chegou a assumir — tendo falecido —, o que levou José Sarney, seu vice, a assumir o mandato presidencial durante o período de cinco anos. Somente em 1989 é que houve a eleição presidencial pelo voto popular direto, tendo sido Fernando Collor escolhido por maioria dos votos, concluindo uma longa transição<sup>8</sup>.

A transição foi tão longa que, tendo sido negociada pelo alto, foi possível aos militares barganharem os termos de sua saída, para que — mesmo não exercendo o poder de forma direta

---

<sup>7</sup> Vale ressaltar que a história das Forças Militares não é linear, mas de levantes, rebeliões e lutas, tendo em vários momentos se posicionado ao lado de causas progressistas e do povo. Na perspectiva da esquerda militar, bem como dos militares subalternos, suas rebeliões eram normalmente vistas como motins, indisciplina ou traição à pátria. No entanto, as ações conduzidas pela direita militar foram comumente tidas como atos de devoção à nação, e seus comandantes não tiveram consequências maiores em suas carreiras, tendo vários chegado a altos postos da hierarquia militar. (Cunha, 2010, p. 39)

<sup>8</sup> “A transição equatoriana era, até então, considerada a mais prolongada devido ao fato de o presidente Roldós ter levado três anos para assumir a presidência, em 1979, após a deposição do general Rodrigues Lara por uma junta militar”. (Zaverucha, 2010, p. 44)

— ainda tivessem influência política no país (Bauer, 2014). Dentre essas condições, estavam: a imposição de uma lei de anistia que os protegesse; uma abertura política que evitasse uma ruptura da ordem política vigente; a negociação da candidatura de Tancredo Neves com os militares; o veto militar a respeito de uma Assembleia Nacional Constituinte como órgão responsável pela elaboração da nova Constituição; a manutenção de status e direitos de oficiais militares, mesmo os que eram acusados por suas vítimas de terem cometido violações aos direitos humanos durante o período ditatorial.

A aprovação da Lei da Anistia de 1979 é um marco — tanto em âmbito jurídico quanto político — da transição. Desde o início do regime militar, houve uma mobilização social pela anistia dos presos políticos e exilados que se fortificou entre 1974 e 1975, fomentado especialmente pelas mães de filhos mortos, viúvas de maridos vivos e familiares de desaparecidos, presos e exilados políticos. A grande mobilização nacional que pedia pela anistia “ampla, geral e irrestrita”, referindo-se aos crimes políticos praticados pela oposição ao regime, obrigou o governo a rever sua posição em relação à anistia no país. Entretanto, o governo militar propôs outro projeto de anistia que incluía os “crimes políticos e conexos”, englobando os praticados pelos agentes do Estado e tendo como restrição apenas os crimes violentos contra a pessoa. Após acirrada votação no Congresso, a proposta do governo ganhou, contando com 206 votos contra 201. Dessa forma, acabou se caracterizando como uma espécie de “acordo político” entre oposição e governo, possibilitando a presença dos militares no processo de abertura e redemocratização. No entanto, houve segmentos da sociedade excluídos deste processo — tendo em vista a acirrada votação, é possível perceber que se tratou mais de uma disputa do que, necessariamente, um acordo entre governo e sociedade<sup>9</sup>.

Em 1988, como parte do processo de redemocratização, foi redigida uma nova Constituição, por uma Assembleia Nacional Constituinte, que ficou conhecida como “Constituição Cidadã”. A nova Constituição oferecia os chamados Direitos Fundamentais aos cidadãos e às cidadãs, como o direito ao trabalho, à educação, à previdência social, à moradia, às comunidades indígenas de posse da própria terra, entre outros. Porém, conforme aponta Zaverucha (2010, p. 41), “a Constituição manteve muitas prerrogativas militares não democráticas existentes na Constituição autoritária passada e chegou a adicionar novas prerrogativas”. Com isso, não houve o questionamento devido ao legado autoritário do regime ditatorial, ignorando as relações civis-militares e policiais, como se eles não fizessem parte da

---

<sup>9</sup> Disponível em: <http://memorialanistia.org.br/anistia-e-justica-de-transicao>. Acesso em: 1 dez. 2023.

cultura política<sup>10</sup> do país. Além disso, embora o processo de redação da Constituição tenha sido considerado democrático, é importante frisar que civis formalizaram prerrogativas militares constitucionalmente. Com isso, de acordo com a atual Constituição, as Forças Armadas ainda possuem grande influência no ordenamento e segurança do Estado, como também dos civis que fazem parte dele:

Com efeito, as análises do funcionamento da democracia brasileira desde 1985 apontam, entre outras, as seguintes características: a persistência de um comportamento não democrático das elites políticas, que continuam seguindo estratégias patrimonialistas ou corporativistas (Camargo, 1989, e Mainwaring, 1991); a dissociação entre as práticas políticas democráticas no nível da institucionalidade política e a persistência de práticas não democráticas no nível micro (Pinheiro, 1991); e a não aceitação da cidadania civil e social que se traduziria na rejeição ou desconhecimento dos avanços constitucionais nesse campo, assim como na impossibilidade de um pacto social. Todos esses problemas, que conhecemos bem no caso brasileiro e que aparecem com variações menores no caso da América Latina e maiores nos casos da Europa do Leste, nos levam a supor a existência de uma cultura política que se mantém ao longo do autoritarismo, sugerindo um entendimento da democratização como um processo mais longo de transformação da cultura política e das relações Estado-sociedade. (Avritzer, 1995, p. 1)

Segundo Teresa Caldeira (2000), os argumentos que defendem a militarização da polícia postulam que uma polícia militarizada e hierárquica seria mais disciplinada — sendo isolada da população civil, teria um espírito de união, elemento tido como necessário para evitar a corrupção dentro da corporação e para controlar uma população urbana entendida como desordeira. A primeira Polícia Militar (PM) foi organizada nos anos 1830 pelo Duque de Caxias. Mesmo estruturada dentro de conceitos militares, a PM, em vários momentos da história do Brasil, não esteve ligada diretamente ao Exército — sempre se constituiu, na verdade, como uma organização paralela frequentemente sob comando civil. Como destaca a autora,

A próxima grande mudança na estrutura da polícia veio durante o regime militar. Este reorganizou as forças policiais, criando a versão atual da Polícia Militar. O Decreto 667 de 1969 unificou todas as polícias estaduais uniformizadas antes existente, numa polícia militar estadual, a PM, subordinada ao Exército. Essa reforma foi considerada necessária como um meio de enfrentar a oposição ao regime, sobretudo a da guerrilha. As mesmas táticas repressivas usadas contra adversários políticos foram depois estendidas à repressão ao crime, tratado como "inimigo interno". Durante o regime militar, as principais instituições encarregadas da repressão foram a polícia militar estadual e várias organizações dentro do Exército. No entanto, a polícia civil desempenhou um papel complementar e esteve também envolvida com a repressão política. Tanto as polícias civis quanto a militar praticaram abusos de vários tipos, desde desrespeitar a legislação e prender sem mandado judicial até tortura e morte de prisioneiros. Em 1983, depois das primeiras eleições diretas para governadores, as

---

<sup>10</sup> A categoria de cultura política compreende um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhada por determinado grupo humano, que expressa/constrói identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (Motta, 2018, p. 114). O uso dessa categoria é válido para o entendimento de comportamentos políticos e a relevância de relações estruturais, tornando-se útil para estudiosos da história recente.

polícias militares estaduais foram subordinadas ao comandante-chefe do Exército da área, que tinha poder para retirar a polícia militar do controle do governador (Pinheiro, 1983). Essa estrutura das forças policiais foi preservada em sua maior parte depois do fim do regime militar. A Constituição democrática de 1988 mantém uma divisão entre polícia civil (encarregada das tarefas administrativas e judiciárias) e polícia militar (encarregada do "patrulhamento uniformizado e ostensivo"), mas as subordina aos governadores e a suas Secretarias de Segurança Pública, e não ao Exército. A polícia militar também foi definida como uma força auxiliar e de reserva do Exército, que está encarregado da segurança nacional. Embora a Constituição de 1988 veja a segurança pública como uma responsabilidade dos estados, ela também define uma polícia federal encarregada de defender os interesses da União, funcionando como sua polícia judiciária, e encarregando-se de controlar o tráfico de drogas e guardar as fronteiras. (Caldeira, 2000, p. 147-148)

Além da estrutura militarizada, também entra no debate a percepção social disseminada de que a vida nos grandes centros urbanos nas últimas décadas tem sido marcada pelo medo decorrente da violência cotidiana, o que estimula práticas de segregação social no espaço urbano. Essa segregação acontece na forma de casas fortificadas dentro de condomínios fechados, espaços que guardam as classes altas da sociedade, mantendo-as afastadas física e socialmente das camadas populares, especialmente dos bairros que estão sendo ocupados pelas populações pobres e marginalizadas da cidade. O debate a respeito do medo e da violência encontra diferentes referências, sendo o crime violento o principal elemento no discurso sobre o medo. Além disso, também se criam estigmas a respeito de raça e etnia, preconceito de classe e estereótipos a respeito das populações mais vulneráveis. A circulação dessas falas dá-se em um contexto de pretensa democratização da vida política não só no Brasil, como em outros países da América Latina, o que indica uma barreira ao aprofundamento de práticas sociais abertas, baseadas na participação popular, na confiança nos sistemas de regulação social e na ocupação ampla dos espaços públicos, especialmente nas cidades (Caldeira, 2000).

A fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. Ela, de modo simplista, divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais. Essa criminalização simbólica é um processo social dominante e tão difundido que até as próprias vítimas dos estereótipos (os pobres, por exemplo) acabam por reproduzi-lo, ainda que ambigualmente. Na verdade, o universo do crime (ou da transgressão ou das acusações de mau comportamento) oferece um contexto fértil no qual os estereótipos circulam e a discriminação social é moldada. Não apenas em São Paulo, mas em qualquer lugar. Obviamente, esse universo do crime não é o único a gerar discriminação nas sociedades contemporâneas. No entanto, sua investigação é especialmente importante porque ele fomenta o desenvolvimento de dois novos modos de discriminação: a privatização da segurança e a reclusão de alguns grupos sociais em enclaves fortificados. Esses dois processos estão mudando as noções de público e de espaço público que até bem recentemente predominavam em sociedades ocidentais. (Caldeira, 2000, p. 10)

A privatização da segurança desafia o monopólio do uso da força pelo Estado, podendo atentar para uma possível descrença na eficácia do poder público, como a polícia ou o sistema

judiciário. Nas últimas décadas do século XX, a segurança se tornou um produto que também está à venda para quem pode pagar, alimentando uma indústria altamente lucrativa. Em espaços como Estados Unidos e Grã-Bretanha, o número de vigilantes empregados superou o número de policiais. Isso evidencia uma dependência cada vez maior da segurança privada, como também a busca pela identificação, controle e distanciamento de pessoas discriminadas — reforçando o imaginário a respeito da criação do estereótipo de um possível “suspeito” ou “criminoso”. Até mesmo os serviços que oferecem segurança privada por vezes violam os direitos dos(as) cidadãos(ãs) — o que é considerado tolerável pela população, em várias ocasiões, por não serem considerados direitos legíveis pela própria população:

Essa ampla violação dos direitos de cidadania indica os limites da consolidação democrática e do estado de direito no Brasil. O universo do crime não só revela um desrespeito generalizado por direitos e vidas, mas também diretamente deslegitima a cidadania. Esse desrespeito pelos direitos individuais e pela justiça representa o principal desafio à expansão da democracia brasileira para além do sistema político, onde ela foi consolidada nas últimas décadas. Mas a privatização da segurança também apresenta um desafio para democracias tradicionais e consolidadas, como a dos Estados Unidos, na medida em que seus cidadãos cada vez mais usam segurança privada e enclaves privados e estruturam suas vidas cotidianas de forma que excluem a presença de serviços e autoridades públicas, deslegitimando-os. (Caldeira, 2000, p. 11)

Dessa forma, é possível perceber que a questão da segurança pública, mesmo estando a cargo do Estado, também é colocada como um produto no âmbito das relações capitalistas. Esse fato reforça as desigualdades sociais, segregando os espaços urbanos e delimitando seus moradores. Em alguns bairros se concentram as elites da cidade, colocadas sob a proteção da segurança privada, além da segurança estatal. Em contrapartida, em outros bairros — normalmente em condições precárias de assistência pública —, estão os trabalhadores pobres e grupos marginalizados socialmente. A população pobre também está presente nos bairros ricos, frequentemente vendendo sua mão de obra. Sendo assim, é possível perceber que a presença desse grupo é aceita sob a categoria do trabalho, mas é preciso refletir se também seria aceita na condição de moradia. O próprio padrão de vida elevado desses bairros — tendo casas a valores exorbitantes — também auxilia no propósito de limitar quais são as pessoas que “podem” estar ali ou não. Esta é uma das “fronteiras invisíveis” desses espaços.

Nesse sentido, há uma espécie de “autossegregação” das elites brasileiras, iniciada em meados da década de 1970 nas principais capitais brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo. Estimulados pelo aumento do tráfico de drogas no varejo — crescente também na mesma época —, esses “enclaves territoriais”, como são chamados pelo geógrafo Marcelo Lopes de Souza

(2008), mostram-se como uma reação ao medo e sentimento de insegurança disseminados. Morar em casas isoladas por muros altos, ou mesmo em apartamentos vigiados por câmeras de segurança e vigilantes, torna-se uma opção frente ao aumento da criminalidade e violência urbana — modificando, assim, o espaço urbano. Desse modo, percebe-se uma espécie de deterioração do espaço público, pois tanto a formação de territórios dominados pelo crime como o aumento de “condomínios exclusivos” extremamente monitorados dividem a cidade em setores — esses locais são habitados por determinados tipos de pessoas definidos principalmente pelo recorte de classe e etnia.

Assim, o medo de frequentar determinados espaços — seja pelo local em que estão inseridos ou horário — vai enfraquecendo a vida pública no cotidiano, demarcando também quais pessoas são apropriadas para frequentar certos locais. Esta cidade — que se torna “vigiada” pelo aparato de câmeras de vídeo e indivíduos especializados na área da segurança — cria uma contradição: à medida que esses dispositivos de controle e monitoramento supostamente deveriam tornar a vida mais segura e melhorar a qualidade de vida, acabam por limitar a privacidade dos indivíduos, trocando a liberdade por uma sensação de segurança (Souza, 2008).

## **1.2 A polícia militar brasileira e o processo democrático**

Em 5 de outubro de 1988, uma nova Constituição foi promulgada, sendo formada por 245 artigos, contendo 2.084 disposições entre artigos, alíneas, parágrafos e incisos. Demarcou a descentralização e autonomia de poderes, evitando a concentração no Poder Executivo, bem como a garantia de importantes benefícios sociais. Porém uma parte da organização do Estado permaneceu praticamente sem mudanças em relação à Constituição de 1967 e sua emenda de 1969 — especificamente aquela que se refere às cláusulas que dispõem sobre as Forças Armadas, policiais militares estaduais e o sistema judiciário militar.

Para a redação da Constituição, inicialmente os trabalhos foram divididos em oito grandes comissões, as quais foram fragmentadas em várias subcomissões, além da Comissão de Sistematização, tendo como presidente o deputado Bernardo Cabral, responsável por organizar os relatórios finais das comissões. A Comissão de Organização Eleitoral Partidária e Garantia das Instituições se encarregou dos assuntos relacionados às Forças Armadas e à segurança pública, tendo como porta-voz o senador Jarbas Passarinho<sup>11</sup>, coronel da reserva que

---

<sup>11</sup> A subcomissão presidida por Fiúza organizou oito sessões públicas contando com convidados: cinco professores da Escola Superior de Guerra; cinco oficiais das PMs estaduais; um oficial do Corpo de Bombeiros; quarto

foi ministro dos governos do general Costa e Silva, Médici e Figueiredo. Este foi um dos signatários do Ato Institucional nº 5 em 1968, que fechou o Congresso e se constituiu como o marco inicial de um dos períodos mais autoritários na história do país.

A subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança ficou a cargo do deputado Ricardo Fiúza, um dos líderes da coalização conservadora da Constituinte. Fiúza era um apoiador das demandas militares nos debates que envolveram a Constituição, trabalhando contra a tentativa de pôr fim ao controle do Exército sobre as PMs estaduais. Manteve a autonomia das Forças Armadas, assegurando controle parcial do Exército sobre as PMs e justificando que o governo necessitava de todas as suas forças para controlar seus opositores. Nesse sentido, o Brasil se diferencia de outros países que possuem polícias com estética militar, no qual a polícia fica a cargo do Ministério do Interior, da Justiça ou da Defesa (Ribeiro; Burlamaqui, 2018).

Além disso, dentre outras questões colocadas em pauta para discussão pela subcomissão, encontrava-se a abolição do Serviço Nacional de Informações (SNI)<sup>12</sup> e suas extensões, como as Divisões de Segurança Interna (DSI) e as Assessorias de Segurança Interna (ASI)<sup>13</sup>. Dessa forma, o alto escalão do Exército decide quais informações devem chegar à presidência da República ou não, sendo esse panorama resistente até os dias atuais. Outro exemplo é o artigo 142 da Constituição de 1988, que afirma que as Forças Armadas “destinam-se à defesa da pátria, garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”<sup>14</sup> (Brasil, 1988). Dessa forma, cabe aos militares a garantia do funcionamento do Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como a manutenção da lei e da ordem. Ou seja, fica

---

representantes do então Conselho de Segurança Nacional; dois generais da reserva; cinco representantes do Estado-Maior do Exército; três representantes da Polícia Federal; o presidente da Associação Nacional dos Comissários da Polícia Civil; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; e o diretor do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas. Dentre os vinte e oito convidados, somente os três últimos apresentaram propostas de mudança das relações entre civis e militares (Zaverucha, 2010).

<sup>12</sup> O SNI foi criado no dia 13 de junho de 1964. Inicialmente, seu diretor-geral deveria ser aprovado pelo Congresso Nacional, porém esta cláusula não foi respeitada. A Constituição de 1988 não restabelece o direito do Senado sobre a aprovação do diretor-geral do SNI, como também não aprovou uma lei que estabelecesse um controle do Congresso sobre as atividades relacionadas aos serviços de inteligência do país (Zaverucha, 2010).

<sup>13</sup> Em 1990, Collor aboliu o SNI, as DSIs e as ASIs. Ao que parece, parte das fichas do SNI foram transferidas para o Centro de Inteligência do Exército. Collor criou a Secretaria de Assuntos Estratégicos, dirigida por um civil. No entanto, Fernando Henrique Cardoso (FHC) posteriormente remilitarizou o tema da inteligência ao entregar a Secretaria de Inteligência (SAE) ao general Alberto Cardoso — que era chefe da Casa Militar da Presidência. Simultaneamente, FHC delegou ao então general a função de preparar uma lei para criação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). (“Civilians lose the intelligence battle), Brazil Report, 2/5/1996. *apud* Zaverucha (2010, p. 47).

<sup>14</sup> “Ordem não é um conceito neutro e sua definição operacional, em todos os níveis do processo de tomada de decisão política, envolve escolhas que refletem as estruturas política e ideologicamente dominante. Portanto, a noção de (des)ordem envolve julgamentos ideológicos e está sujeita a estereótipos e preconceitos sobre a conduta (in)desejada de determinados indivíduos. Além do mais, tal artigo não especifica se a lei é constitucional ou ordinária.” (Zaverucha, 2010, p. 49)

a cargo das Forças Armadas o poder soberano e constitucional de suspender o ordenamento jurídico, caso sejam acionados pelos Poderes Executivo, Legislativo e/ou Judiciário.

O artigo 22-XXI (Brasil, 1988) coloca o governo federal como responsável pelas normas gerais de organização e mobilização de efetivo das polícias militares, o que inclui seu material bélico. O artigo 144-IV, §6, determina que as forças policiais são subordinadas aos governadores de Estado e as declara como força auxiliar de reserva do Exército. Além disso, são os governadores que pagam e nomeiam seus comandantes — com isso, os artigos estabelecem dois comandos: federal e estadual. Os governadores administram salários, porém não podem decidir qual armamento deve ser utilizado ou como as tropas devem se organizar. Isso porque essas tomadas de decisões necessitam antes do aval da Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM), órgão vinculado ao ministro do Exército<sup>15</sup>. A partir da Constituição de 1988, a IGPM perdeu o controle sobre a instrução das PMs. No entanto, o presidente Fernando Henrique Cardoso apresentou ao Congresso Nacional, em setembro de 1997, após as greves das PMs, a volta desse controle para o Exército. Com isso, restabeleceu o trinômio implantado por Médici: instrução militar, regulamento militar e justiça militar. Em 1998, a IGPM é substituída pelo Comando de Operações Terrestres (Coter)<sup>16</sup>.

As PMs seguem o modelo de batalhões de infantaria do Exército, são regidas pelo mesmo Código Penal e de Processo Penal Militar das Forças Armadas e o seu regulamento disciplinar é bem similar ao utilizado no Exército<sup>17</sup>. Além disso, o serviço de inteligência da polícia continua a compor o sistema de informações do Exército, assim como ocorria durante o regime<sup>18</sup>. Consequentemente, existem policiais militares que ainda trabalham nos quartéis à disposição do sistema de informações. A Polícia Civil, ao contrário, não recebeu a devida atenção na Constituição de 1988. Tornou-se, desse modo, umas das instituições que mais perdeu força durante a ditadura militar. Nesse quesito se manteve a supremacia da PM sobre a Civil, em número de integrantes, adestramento e armamento — como durante o regime. É possível perceber, portanto, que está consolidada a militarização das áreas de segurança civil: a PM é responsável pelo policiamento ostensivo e do trânsito; o Corpo de Bombeiros se encarrega do

---

<sup>15</sup> A IGPM foi criada durante o auge da repressão política através do Decreto nº 61.245, em 28 de agosto de 1967, almejando organizar as ações das PMs nos estados, como também afirmar o controle militar federal sobre elas (Zaverucha, 2010, p. 53).

<sup>16</sup> “O Coter é um órgão operacional dirigido por um general do Exército. A IGPM era um órgão burocrático e era chefiada por um general-de-brigada ou de divisão. Sendo assim, o controle do Exército sobre as polícias militares aumenta no período democrático” (Zaverucha, 2010, p. 53).

<sup>17</sup> Conforme disposto no Decreto nº 667, de 2 de julho de 1967 (Brasil, 1967).

<sup>18</sup> Ver Decreto nº 88.797, de 30 de setembro de 1983 (Brasil, 1983).

controle de incêndios e acidentes em geral; e a Casa Militar estadual toma conta da segurança governamental e do sistema de defesa civil.

Mas a questão da estrutura autoritária dentro das forças policiais é um tema que está além de uma formação voltada à militarização dos currículos. Se esta questão envolvesse somente os currículos, uma alternativa ao problema seria a introdução de temáticas como direitos humanos, cidadania e/ou direitos das minorias. Porém essas medidas não têm o efeito de modificar valores culturais tão entrelaçados nas instituições policiais brasileiras. Segundo Lima (2021), não se trata somente de se preocupar com a formação mais humanizada de novos policiais, pois isso não seria suficiente — nem mesmo a médio prazo. Para causar modificações nessa estrutura, de acordo com o autor, seria necessário que os agentes já formados e em atuação na sociedade passassem por uma nova formação que desconstruísse paradigmas de pensamentos e ações — dentro de uma concepção que valorizasse os direitos civis. Não à toa que os policiais também sejam vistos como sujeitos de direitos e que necessitam também da proteção estatal:

A formação do policial, por conseguinte, é aqui vista de uma perspectiva democrática, fundamentando-se nas seguintes premissas: a política de emprego da polícia numa sociedade democrática é parte da política geral de expressão da cidadania e da universalização dos direitos; a polícia é um serviço público para a proteção e defesa da cidadania; o fundamento da autoridade policial é a sua capacidade de administrar conflitos. (Lima, 2021, p. 4)

A Constituição de 1988 também se preocupou em criar dispositivos destinados a prevenir alguns abusos praticados pela polícia. Ela identifica a tortura como crime inafiançável e cria procedimentos que visam impedir prisões arbitrárias. Em 1992, o Brasil ratificou a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Castigos Cruéis, Desumanos ou Degradantes. No entanto, esses elementos não são respeitados — encontram ampla oposição por parte da população e de certos grupos políticos, além de parte significativa dos agentes policiais. Eles argumentam que os novos dispositivos estimulam a criminalidade porque atrapalham o exercício pleno da PM e “protegem” os criminosos:

#### VIOLÊNCIA DEMAIS

O índice de violência alcançou limites insuportáveis também em nossa Capital, outrora doce paraíso para moradores e turistas. Ficamos perplexos, com o que lemos vemos e ouvimos pelos órgãos de comunicação, verdadeiras chacinas, crimes banais, praticados por verdadeiro monstros, enlutando famílias, tirando a vida de jovens e crianças. A síndrome da violência está em todo mundo. Violência que envergonha o ser humano, o barbarismo praticado pelos sérvios contra seres humanos e a resposta da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), com bombas, que destruindo

idades mata também inocentes. Essa violência, nos últimos anos, tem alcançado os jovens, sem um motivo aparente.

Mata-se por um tênis, um salgadinho, discussões sobre futebol, assaltam-se idosos, mulheres e crianças, arrombam-se residências e bancos e o furto e arrombamento de carros cresce assustadoramente. Pivetes andam armados e matam colegas nas escolas. Enquanto isto, cidadão de bem trabalhadores, não portam armas. A polícia está em toda parte, mas seria preciso humanizar substancialmente o quadro da Polícia Militar face ao crescimento da violência e onda de assaltos em nosso Estado. Enquanto isto o presidente diz que o povo brasileiro é pessimista. Como ser otimista, com o caos administrativo, com a roubo oficial, com o descaso na saúde, educação, segurança? Como ser otimista com um salário-mínimo de R\$ 130,00, enquanto os banqueiros estrangeiros e mesmo os nacionais ficam mais ricos com a desastrosa política econômica do governo, injusta para as classes mais humildes e aposentados? Com a delinquência infantil crescendo, mesmo com os esforços dos que zelam pela segurança, dos que acreditam na recuperação destes bandidinhos menores, mas cruéis inteligentes e frios matadores e assaltantes, torna-se necessário, urgentemente, mobilização da sociedade para a reforma do Colégio Penal e outros instrumentos, inclusive o Estatuto do Menor e Adolescente, para aplicação de leis mais severas para que a maioria seja modificada, pois só assim terminará a impunidade a que assistimos, com a polícia de mãos amarradas, pois os delinquentes, abrigando-se sob o manto da impunidade e com a defesa dos que dizem que o problema é social, alegam ser menores, não podem ser presos e quando recolhidos a instituições dão nos guardas que não andam armados, destroem pavilhões inteiros, tocam fogo nos colchões e fogem aos bandos.

Nas ruas, voltam a delinquir. E tem gente que ainda diz que são coitados. Sugiro que estas pessoas, que talvez não contribuam com creches, entidades de amparo ao menor que nunca pesquisaram a pobreza dos morros e das favelas, doando alimentos e roupas, como fazemos, que levem para as suas casas estes menores bandidos e irrecuperáveis, para ver se tem jeito. Será que os países do primeiro mundo adotam a mesma política do menor que o Brasil adota? Da forma que está, estes pequenos malfeitores e bandidos, daqui a alguns anos, serão os maiores bandidos, continuando a roubar, assaltar, matar, sequestrar, graças à impunidade e os direitos humanos, que sempre abraçam a causa dos coitados dos bandidos e malfeitores.

Somos hoje prisioneiros em nossas casas, com grades, cães de guarda, guardas contratados, vigilância eletrônica e policiamento. Ex-secretário de Segurança de São Paulo, deputado Erasmo, sempre dizia: “Bandido bom é bandido morto”. Alguém já disse: “Quando falha a força do direito, temos que apelar para o direito da força”. Perdemos até o direito de ir e vir, pois é temerário andar à noite nas ruas e jardins e deixar os filhos irem e voltarem sós das escolas.

Recente estatística efetuada no Estado mais violento, São Paulo, indica que das últimas chacinas, assaltos e sequestros, assassinato e roubos, 80% são praticados por presos que fugiram, que eram albergados, que cumpriam pena em regime aberto ou que ganhavam permissão de passar Natal, Páscoa ou aniversários com a família. A pena alternativa faz com que o pior bandido finja estar recuperado, vá à missa todo dia, fique bonzinho no perídio e logo depois ele mostra quem realmente é: volta a delinquir.

Os direitos humanos são assunto tão sério que foi criado durante a 2ª Guerra Mundial, com vista aos presos em campos de concentração, pela Cruz Vermelha Internacional vista aos presos políticos, mas não, como julgam alguns, só para defender presos que se diziam torturados e menores irrecuperáveis, matadores profissionais. Quem visita as vítimas e dá total assistência aos parentes dos mortos? Minha solidariedade com Moacir Benvenuto e Aldir Simões, corajosos por dizerem a verdade e ofendidos em cartas e artigos assinados. (Gilberto Nahas, *AN Capital*, 28/04/1999)

A citação é oriunda de uma carta enviado pelo leitor Gilberto Nahas publicada na coluna *Orelhão*, no jornal *AN Capital*, de Florianópolis. O autor do texto comenta sobre o aumento da criminalidade na região de Florianópolis e como isso estaria interligado ao aumento da

violência a nível mundial, citando as guerras empreendidas pela Otan e casos de tiroteios dentro de escolas, e ainda alega não saber o que leva esse crescimento das infrações sociais.

A desigualdade salarial da sociedade brasileira, em que os trabalhadores precisam sobreviver com um salário-mínimo de baixo valor enquanto banqueiros lucram valores muito superiores, também é abordada no texto. Porém, Gilberto Nahas não relaciona o aumento da criminalidade com a desigualdade social, ao comentar sobre os furtos de salgadinhos, por exemplo. É importante destacar este aspecto, pois diz respeito à prática de crimes de baixo potencial de violência, normalmente cometidos por pessoas que buscavam alimentos, e não com o intuito de obter ganhos econômicos elevados ou a provocar danos à vida.

Nahas também comenta sobre os crimes praticados por menores de idade, colocando a questão como um dos elementos centrais do aumento da criminalidade na região. Nahas argumenta não crer na recuperação dos menores infratores, que, quando adultos, se tornarão “os maiores bandidos, continuando a roubar, assaltar, matar, sequestrar, graças à impunidade e os direitos humanos”<sup>19</sup>, questionando a eficácia do sistema penal brasileiro e afirmando que a solução seria a revisão deste. Também culpabiliza os Direitos Humanos e seus (as) defensores (as) por “vitimizar” esses sujeitos, e que estes (as) que defendem a recuperação dos menores infratores deveriam investir em projetos nas comunidades carentes como forma de ajudar esses indivíduos. O discurso da redução da menoridade penal, comparando com os “países mais desenvolvidos”, e a crítica aos defensores dos Direitos Humanos se tornou, ao longo das últimas décadas na sociedade brasileira, uma das principais narrativas dos setores mais conservadores da sociedade. Ao questionar o cidadão sobre a sua contribuição para a melhoria da vida desses menores, Gilberto Nahas diminui a responsabilidade do poder público de oferecer serviços de qualidade para as populações de baixa renda — como educação, saúde, saneamento básico, moradia, áreas de lazer, entre outros.

O autor também coloca que enquanto a criminalidade está armada, o “cidadão de bem, os trabalhadores, não portam armas”, questionando o desarmamento da população como um fator que contribui para o aumento do poder dos criminosos. “*Bandido bom é bandido morto*”: nessa perspectiva, combate-se a violência com uma repressão ainda mais violenta. Ao se afirmar que “*bandido bom é bandido morto*”, também existe uma ideia sobre a pena de morte que poderia se apresentar como uma solução para diminuir as taxas de criminalidade que é destacada, por Gilberto Nahas, ao afirmar que a maior parte dos crimes cometidos no estado de São Paulo são realizados por presidiários em regime semiaberto ou por ex-presidiários. Esta

---

perspectiva contribui para a ideia de que não há recuperação para os indivíduos que cometem ou já cometeram crimes.

Os argumentos comentados acima, sintetizados em fórmulas como “*Quando falha a força do direito, temos que apelar para o direito da força*”, ajudam a evidenciar como no Brasil a ilegalidade e a truculência da polícia ainda são colocadas como parâmetro de uma boa execução do trabalho policial para uma parte considerável da população:

A persistência da violência policial e seu crescimento recente foi possível pelo menos em parte por causa do apoio popular. Paradoxalmente, mesmo as camadas trabalhadoras, que são as principais vítimas dessa violência, apoiam algumas de suas formas. O comportamento da polícia parece estar em acordo com as concepções da maioria, que não apenas acredita que a boa polícia é dura (isto é, violenta) e que seus atos ilegais são aceitáveis, como também reluta em apoiar as tentativas de alguns governantes de impor o estado de direito e o respeito aos direitos individuais. Assim sendo, o apoio popular aos abusos da polícia sugere a existência não de uma simples disfunção institucional, mas de um padrão cultural muito difundido e incontestado que identifica a ordem e a autoridade ao uso da violência. A deslegitimação dos direitos civis é inerente a esse padrão. (Caldeira, 2000, p. 136)

Dessa maneira, é possível perceber que a problemática não se restringe à dimensão institucional ou a procedimentos de ordem jurídico-política. É importante destacar que a militarização da questão urbana, da questão social e da segurança pública no Brasil compõe um conjunto de discursos e representações que reverberam em parte significativa da população, sendo que os meios de comunicação, mesmo no período democrático, serviram como plataforma para a difusão de ideias autoritárias, justificadas pela necessidade de repressão à criminalidade. Comportamentos autoritários continuaram a ser vistos como necessários e fundamentais para um bom desempenho dos agentes e como forma eficaz de combate ao crime.

O medo relacionado à criminalidade também passa pela criação de simbolismos, baseados na criação de estereótipos que convergem numa associação de bandidos aos homens jovens e pobres — muitos são negros, mas não todos — que moram em áreas ligadas ao crime e que são consideradas pela população como perigosas, pelas ocorrências constantes de conflitos entre policiais e traficantes, ou entre grupos criminosos rivais. Com essa relação entre criminalidade e pessoas estigmatizadas pela sociedade que acabam se tornando “bode expiatório” da segurança pública — como se todos os problemas de violência urbana resultassem das ações desses indivíduos — é que resulta a rotulagem de certos bairros da cidade como sendo os que concentram os bandidos da região. Isso inclui também a criação de *slogans* do tipo “bandido bom é bandido morto”, que, na prática, significa que o criminoso pobre que vive nos bairros pobres não tem recuperação e que, por isso, deve morrer, porque representa um mal para a sociedade (Alba, 2019, p. 18).

## SINDICALISTAS CRITICAM A AÇÃO VIOLENTA DA POLÍCIA

Os sindicatos locais e estaduais, além da oposição, repudiam a repressão da Polícia Militar ao protesto do “Fórum Brasil Outro 500”, realizado na manhã de sábado em frente ao relógio comemorativo ao descobrimento do País, instalado pela Rede Globo na avenida Beira-Mar Norte. Houve confronto e duas pessoas foram feridas por projéteis disparados por uma equipe do Batalhão de Operações Especiais (BOE) da PM, que usava escopetas calibre 12 e munição de borracha. Apesar da violência, que marcou o manifesto, os sindicalistas não apostam em inibição para novos movimentos.

“É uma afronta à democracia e isto está ficando cada vez pior: as pessoas não têm mais direito de se expressar livremente que a polícia vem em cima”, avalia a diretora-financeira do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal, Gisele Neves. O Sintrasm é uma das entidades mais atuantes em manifestos públicos. “Vamos continuar batalhando e denunciando o que for preciso”, comenta Gisele.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte), que comanda a greve do magistério há duas semanas, acha que a categoria não deve ser prejudicada pela ação. “Vamos continuar fazendo nossas manifestações, até porque não nos aconteceu nada. E isso depende também da segurança e da confiabilidade de quem organiza o ato”, pondera a presidente da entidade, Marta Vanelli. Ela lembra que houve agressão durante confronto entre PM e professores apenas em 1987, durante um protesto grevista em frente ao Palácio Santa Catarina. Já o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Saneamento do Estado (Sintae), Jucélio Paladini, ainda não sabia do confronto ontem, quando chegava a Florianópolis. “Mas acho que a questão do fórum é contar uma história que não é a oficial e que obviamente não interessa ao governo e a burguesia”. Opina, garantindo que a categoria também não deve se sentir intimidada.

O vereador petista Mauro Passos, que condena a reação dos policiais, lembra que nenhum parlamentar (sobretudo do partido) participou do manifesto sábado, apesar de o PT tradicionalmente apoiar movimentos populares. “Quando os tapumes da Praça 15 de Novembro foram pichados acabamos acusados de comandar a ação, e então não quisemos nos envolver para que a oposição não fosse culpada”, explica. “Mas pelo que assisti na TV, foi uma ação extremamente violenta, quase um tiro à queima-roupa”, comentou, sobre o disparo que perfurou o rosto do presidente do Centro de Estudos, Cultura e Cidadania (Cecca), Jorge Silva. O Cecca deve divulgar esta semana um manifesto em repúdio à atitude da PM. (*AN Capital*, 20/03/2000)

Na publicação acima, o jornal *AN Capital* traz uma denúncia oriunda de manifestantes do ato “Fórum Brasil Outro 500” sobre as ações violentas da polícia na tentativa de conter e intimidar os (as) que ali estavam. Mesmo após o fim da ditadura militar, as formas de reprimir os movimentos sociais continuaram provocando a reflexão sobre os limites da redemocratização brasileira. Até que ponto a sociedade teria liberdade de se expressar? Qual seria o papel da força policial nessas ocasiões? É possível perceber que a polícia ainda trabalha na lógica de intimidar com o uso de ações violentas, organizações sociais, agindo como um “braço” do Estado e também das camadas mais afortunadas da sociedade florianopolitana, como afirma o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Saneamento do Estado (Sintae), Jucélio Paladini. É interessante destacar que o jornal dá ênfase à voz dos trabalhadores que estiveram presentes no ato e também à forma como a PM tratou a situação de forma repressiva.

Em outra situação na região, são denunciados novos casos de ação violenta por parte dos órgãos de segurança:

#### ATO ECUMÊNICO FAZ PROTESTO CONTRA VIOLÊNCIA POLICIAL

Moradores de várias comunidades da Capital, em conjunto com entidades sindicais e defensoras dos direitos humanos, realizaram ontem à noite um ato ecumênico contra a violência policial na cidade. O ato foi realizado no Conjunto Popular da Via Expressa (BR-282), onde houve uma ação policial na madrugada de quarta-feira.

Segundo Rui Ricard da Luz, um dos organizadores do movimento, a invasão dos apartamentos na quarta-feira, sem mandado de busca, é somente um exemplo das ações que estão sendo feitas tanto pela Polícia Militar quanto pela Polícia Civil. “Outro caso recente foi a atitude dos policiais nas manifestações dos 500 anos do Brasil, na avenida Beira-Mar Norte”, lembra Luz.

O comandante do Policiamento da Grande Florianópolis da Polícia Militar, coronel Valmir Cabral, não aceita as acusações de que a PM é violenta. Segundo ele, a ação no conjunto da Via Expressa, foi pedida pelos próprios moradores, assustados pelo crescimento do tráfico de drogas no local.

“Foi uma ação conjunta entre as polícias Militar e Civil, com mandados expedidos pelo juiz e toda a operação foi filmada para se evitar acusações como esta”, afirma. Em relação ao confronto do dia 22 de abril, Cabral afirma que a PM simplesmente reagiu “a uma ação de baderneiros”.

Rui Luz afirma que haveria outras saídas para buscar o fim da violência sem ter que recorrer às invasões. “Poderiam ser feitos encontros nas comunidades para debater como denunciar os traficantes, por exemplo”, diz.

Cabral explica que esse tipo de atividade já está sendo desenvolvida na Favela Chico Mendes e no morro da Caixa d’Água. “São reuniões denominadas Conselho de Lideranças Comunitárias (Clic), onde os moradores orientam as ações policiais”, afirma (*AN Capital*, 10/06/2000).

Nesse caso, são novamente citados os ocorridos na manifestação comentada anteriormente como forma de evidenciar como as polícias têm repreendido de modo violento alguns grupos sociais. Nessa reportagem, é destacada a detenção de moradores do Conjunto Popular da Via Expressa (BR-282) acusados de tráfico de drogas na região, especificamente a forma como a atuação da polícia ocorreu, sob alegação de que apartamentos foram invadidos sem mandado de busca. Em contrapartida, há a versão do comandante coronel Valmir Cabral de que a operação ocorreu a pedido dos próprios moradores locais e que havia mandados expedidos, tendo toda a ação sido filmada. Um dos líderes locais, Rui Luiz, afirma que existem outras formas mais pacíficas para repreender a violência na localidade, como as orientações dadas durante as reuniões do Conselho de Lideranças Comunitárias (Clic). Sendo assim, é possível refletir: as operações de cunho mais violento seriam um pilar das polícias civil e militar contra toda forma de criminalidade e manifestação social ou seriam voltadas especificamente a alguns grupos sociais?

Segundo Marcelo Lopes de Souza (2008), no crescente aumento da violência urbana, na virada da década de 1970 para 1980, as polícias têm agido de forma semelhante às Forças Armadas, em especial o Exército, ao tratar questões sociais a partir de uma lógica militarizada.

Esse fato decorre não somente do aparato constitucional que relaciona as Forças Armadas com a segurança pública, mas também acontece na prática. Tem sido realizada, por exemplo, a convocação de militares para intervir em conflitos exercendo papel de polícia, como na cidade do Rio de Janeiro, em embates com traficantes nas chamadas favelas, nos eventos Eco-92 (1992)<sup>20</sup> e a XVIII Cúpula do Grupo do Rio (2004).

As Forças Armadas são treinadas e preparadas para a defesa da nação em situações de guerra externa, possuindo uma conduta de ação violenta como fuzilamento, ameaça e até mesmo tortura física e psicológica. Para evitar que uma parcela da população seja encarada como “inimigo interno”, criando estigmas socioespaciais e reforçando antigos preconceitos e estereótipos contra esses grupos e seus locais, como as denominadas favelas e as vizinhanças precárias, é importante encarar o tema como um debate da sociedade civil e seus gestores, e não como um desafio militar.

Desde a criação da polícia brasileira no começo do século XIX, sua estrutura é marcada por atitudes de desigualdade frente aos diferentes grupos sociais, em particular diante da diferenciação em relação à classe e à etnia dos (as) cidadãos (as), incluindo práticas de violência e arbitrariedade como tortura, espancamento e abusos de poder.

Entretanto, foi ao longo dos anos de 1980 que os estudiosos que pesquisavam o tema da segurança pública criaram novas terminologias que acabaram por causar diferentes visões sobre a questão. De um lado, havia os que denunciavam a pobreza, a falta de investimento na qualidade de vida dos cidadãos que mais sofriam com a violência urbana no país; tais estudiosos se colocavam à esquerda do espectro político, pois se preocupavam em denunciar as causas que muitas vezes levavam as pessoas à vida do crime, bem como em abordar o tema pela lógica da prevenção ao crime. Por outro ângulo, havia aqueles que analisavam a situação por meio da questão institucional, ou seja, as ações que a polícia, em especial, deveria adotar para combater a criminalidade, focando em debates sobre as práticas policiais e a defesa da propriedade como forma de proteção da sociedade e dos cidadãos, temas tidos como “à direita” nesse assunto.

---

<sup>20</sup> “A Conferência do Rio foi o primeiro encontro global após o fim da Guerra Fria e questionava se novas políticas poderiam ser forjadas em torno de um futuro comum mundial. Foi também a maior e mais universal das conferências até então promovidas pelas Nações Unidas, com 178 estados representados nas negociações e 118 chefes de Estado participando da “Cúpula da Terra”. O emprego das Forças Armadas neste evento, embora não seja o mais correto, pode ser compreendido como uma ação pertinente, como se houvessem “esgotados todos os instrumentos destinados à preservação da ordem pública”, pois o Brasil não possui uma guarda ou polícia nacional que possa atuar em um cenário de tal relevância. Em razão do sucesso da Operação Rio-92, a utilização das Forças Armadas em questões de segurança pública passou a ser vista pela população em geral como parte de sua missão natural, especialmente o Exército, em virtude de sua presença mais assídua em tais situações. Superaram-se, assim, as desconfianças que pudessem ainda permanecer no seio da população acerca do regime burocrático-autoritário. Essa é uma das explicações para a crescente demanda pela participação das Forças Armadas na ordem pública, muitas vezes tendo por origem setores intelectuais progressistas” (Mathias; Guzzi, 2010, p. 52)

No entanto, é importante se considerar que não é somente a classe dominante que clama por uma ação mais violenta para combater a criminalidade — muitos indivíduos das camadas mais populares que, inclusive, convivem diariamente com situações de práticas de delitos a céu aberto e com a falta de assistência pública de qualidade em seus bairros também defendem a ideia de uma ação mais repressiva e violenta por parte dos órgãos de segurança pública (Zaluar, 1999).

#### MULHER É AGREDIDA POR POLICIAIS FARDADOS

Cláudia Rosa da Cruz Portela estava indo para casa na última segunda-feira, por volta de 21h15, quando foi abordada por dois policiais militares fardados e agredida a socos e pontapés. Motivo: a ajuda que ela dá a cerca de 180 moradores das ruas de Florianópolis, cujas agressões estão sendo denunciadas com frequência à seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Comissão dos Direitos Humanos.

“O assunto não chegou ao nosso conhecimento, mas estamos abertos a receber essas denúncias e esclarecer o que aconteceu”, disse ontem de manhã o corregedor-geral da Polícia Militar, coronel Pedro Rohrbacher. Segundo Cláudia, ela saiu de uma reunião da Comissão de Direitos Humanos, nas proximidades do Terminal Urbano Cidade de Florianópolis, seguindo pela rua Saldanha Marinho. Antes de atingir a rua Vitor Meireles, aconteceu a abordagem.

“Um deles me agarrou pelo ombro e me atirou contra a parede. O outro acertou uma joelhada no estômago e fiquei embaçada”, conta. Na sequência, Cláudia recebeu quatro tapas no rosto e diversos chutes nas canelas e joelhos. O mais humilhante é que “um deles enfiou a mão por dentro da minha calça, dizendo palavrões e obscenidades”, recorda. “Minha sorte é que ia descendo um senhor e eles mandaram que eu fosse correndo embora e não dissesse nada a ninguém.”

Cláudia informa que os policiais queriam saber “o nome verdadeiro de um morador de rua que apareceu morto”, chamado Moisés de Arruda, “mas que eles acreditam ser falsos”. Presidente do Abrigo Rosa Maria, artista plástica, casada e mãe de três filhos, Cláudia, 30 anos, garante que não está conseguindo dormir ou se alimentar direito, chocada com o que aconteceu. “Eu vejo os rostos dos policiais e escuto as vozes deles à noite”, descreve. Ela registrou queixa na 6ª Delegacia de Polícia.

Os moradores de rua abrigados por ela apontam o número de uma viatura da PM e os nomes de dois policiais que, segundo eles, são os responsáveis pelos frequentes conflitos. “São sempre os mesmos. Não é a Polícia Militar como um todo que está fazendo isso, mas um pequeno grupo, que deve ser punido para não prejudicar o nome da corporação”, complementa Cláudia. Cerca de 60% dos 180 moradores de rua de Florianópolis “foram antigos meninos de rua, que cresceram assim”, além de vários idosos e 25 menores.

Na última quarta-feira Cláudia foi procurada por alguém dizendo-se oficial da PM, que se apresentou como sendo da corregedoria, tomando seu depoimento. O coronel Pedro Rohrbacher garante não existe nenhuma apuração sendo feita pelo comando geral ou pelo 4º Batalhão, estranhando o episódio. “O ideal é que essa moça me procure pessoalmente para narrar todos esses fatos, pois eles vão ser devidamente apurados”, garantiu.

A corregedoria recebe denúncias através do telefone 0800-481717, que garante o anonimato do denunciante. Rohrbacher informa que cerca de dez a 15 pessoas procuram o órgão todas as semanas, com denúncias contra procedimentos de policiais. “Se o problema for confirmado, o responsável é punido. Mas pode até ser elogiado, se ficar claro que agiu corretamente”, salienta. (Celso Martins, *AN Capital*, 17/06/2000)

As denúncias em torno dos atos violentos das polícias na região da Grande Florianópolis se tornam algo constante, como relatou o coronel da PM Pedro Rohrbacher, em torno de dez a

quinze denúncias semanais. Porém, não há o detalhamento de qual é o procedimento de averiguação e investigação voltados a esse tipo de denúncia. O coronel ainda comenta no final da matéria que caso seja verificado que o agente agiu “corretamente”, ele, ao invés de ser punido, será elogiado, contudo, também não especifica o que seria essa “ação correta”. Além disso, como visto anteriormente, novamente indivíduos voltados para causas sociais, como Cláudia Rosa da Cruz Portela, que possui um trabalho de acolhimento de pessoas em situação de rua, são intimidados pela PM. Qual seria o intuito de agredir física e verbalmente uma mulher que possui esse envolvimento com moradores de rua? Como é colocado na matéria, os policiais estavam buscando investigar o verdadeiro nome de um dos moradores que havia aparecido morto, mas por que não a interrogaram em uma delegacia como manda a lei? Por parte do coronel Rohrbacher, houve a demonstração de pouco interesse pelo caso como também pelas agressões policiais contra Cláudia Rosa, sendo solicitado que esta faça uma denúncia formal. Mas, como já mencionado, se for averiguado que a ação ocorreu por motivos considerados “corretos”, nada será feito contra os sujeitos.

São práticas que nem sempre foram tidas como ilegais e que, em muitos momentos, contaram com o apoio popular de parcelas da sociedade. A própria legislação já foi modificada para sustentar atitudes criminosas por parte dos agentes policiais. Os aparatos legais do trabalho policial mudaram constantemente, tornando instáveis os limites entre o legal e o ilegal e abrindo brecha para a continuidade de uma estrutura de abusos que pode ser colocada atualmente como o *modus operandi* da corporação. Em todo esse tempo decorrido desde sua criação, o elemento em comum nos diferentes cenários é a ausência de iniciativa por parte do poder público e também da sociedade em debater e controlar o comportamento abusivo da polícia (Caldeira, 2000).

Casos de violência contra as camadas mais pobres e desamparadas pelo poder público se tornam atitudes comuns nas ações policiais. Como na reportagem que segue, na qual mulheres que trabalham com sexo na região de Canasvieiras, conhecida por ser um importante ponto turístico de Florianópolis, são levadas até a delegacia sob a justificativa de “possivelmente portarem droga”, mas sem nenhuma comprovação:

#### PROSTITUTAS DENUNCIAM ABUSO DE AUTORIDADE

Garotas de programa que trabalham no Norte da Ilha, na região de Canasvieiras, reclamam de abuso de autoridade por parte de alguns policiais civis que atuam em Florianópolis. Segundo elas, há policiais que prometem deixa-las em paz e permitir que continuem trabalhando nos mesmos pontos em que já atuam, desde que façam “programas” com eles sem cobrar nada.

A polêmica começou com a reclamação de alguns moradores, que querem que as mulheres não trabalhem mais na região: em algumas ruas e ao longo da SC-401, que dá acesso aos balneários do Norte da Ilha. Alegando, segundo elas, serem “novos na área” e que queriam “conhecer as pessoas que moram na área, já que havia denúncias de existência de prostituição de menores e também de tráfico de drogas”, policiais da 7ª DP da Capital ficharam 12 garotas e dois travestis.

Segundo a Associação Vida em Liberdade, que responde por 350 profissionais do sexo que trabalham em Santa Catarina, as mulheres foram surpreendidas na terça-feira, dia 19 de agosto, quando, abordadas para um suposto programa, foram parar na delegacia. “Eram casos particulares. Perguntavam o preço e, depois que entrávamos no veículo, fomos levadas para a delegacia”, conta “Flávia”, 24 anos. Ela diz que, ao chegar na DP, elas eram obrigadas a tirar a roupa e passavam por uma vistoria. “Diziam que aquilo era apenas uma averiguação para ver se tínhamos envolvimento com drogas ou se alguma de nós era menor de idade”.

Além dela, outras garotas e travestis foram fotografados e fichados. Segundo a coordenadora de projetos da associação, Doracy Padilha, ao ser indagado, no dia seguinte, sobre o porquê da ação da polícia, o delegado titular da 7ª DP, Eduardo Schmitt, respondeu que “ontem elas não estavam com drogas, mas hoje pode ser que estejam”, e que “aquilo era só o começo”. “Assim ele nos nega o direito de ir e vir. As meninas não tinham ficha e agora têm, como fica?”, questiona.

Uma das mulheres que foram fotografadas diz que algumas garotas foram levadas até a delegacia com o camburão da própria Polícia Civil. “Foi enchendo a delegacia de mulher e ele (o delegado) disse que não queria mais nos ver na rua”, conta. “Como vamos trabalhar, se ele chega e nega esse direito?”, questiona Doracy. “Depois de quatro anos de existência da associação voltamos a ter os mesmos problemas”, lamenta.

A associação já contatou uma advogada que, em seu nome, solicitará oficialmente à polícia a devolução das fotografias e a retirada, do sistema da delegacia, das fichas com informações sobre as mulheres.

#### REUNIÃO NÃO SE CONCRETIZA

As partes envolvidas pareciam chegar a um consenso, após reunião realizada no dia 22, entre o delegado, representantes da associação de moradores e também da associação das profissionais do sexo. Após acordos como o de que as mulheres não permaneceriam em locais como os pontos de ônibus, uma nova reunião foi marcada para a última sexta-feira. Como se atrasaram, as representantes das garotas de programa chegaram na 7ª DP depois que o delegado já tinha saído, e o debate acabou não ocorrendo.

“Ficamos sabendo que, por causa disso, ele comentou que ia nos intimar”, disse Doracy Padilha. A reportagem tentou contato com o delegado Eduardo Schmitt nas tardes de quinta e sexta-feira, mas não conseguiu localizá-lo.

A Associação Vida em Liberdade, criada em 1999, integra o projeto Dama da Noite, do Ministério da Saúde, e recebe R\$ 27 mil por ano. O dinheiro, “insuficiente”, segundo Doracy, é utilizado na compra de material educativo e preservativos e na realização de oficinas educativas. O projeto também inclui a participação de agentes de saúde e ginecologistas, por meio de parceria com postos de saúde. O trabalho de garotas de programa foi incluído em 2002, no Código Brasileiro de Ocupação regulamentado pelo Ministério do Trabalho. (Fabiana de Liz, *AN Capital*, 31/08/2003)

Atos como este demonstram as atitudes voltadas a reprimir uma parcela da população invisibilizada até os dias de hoje e a falta de responsabilidade dos órgãos públicos de segurança em averiguar esses casos. A atuação da polícia em prender trabalhadoras do sexo sob a justificativa de um possível crime se torna abuso de poder e deveria sofrer as medidas de punição cabíveis. Porém não é isso que acontece, como pode ser notada na fala do delegado, Eduardo Schmitt, que diz não ter a intenção de apurar os fatos que parecem ser apoiados pelo ele próprio, demonstrando pouco interesse em investigar os acontecimentos, mas, pelo

contrário, em “abafar” o caso perante a opinião pública, ao não comentar mais os atos com o jornal *AN Capital* quando solicitado.

A violência e o desrespeito aos direitos pela polícia têm uma longa história no Brasil. Há um padrão constante de abusos da população pelas forças policiais, principalmente com as classes trabalhadoras e pobres deste país, que tem se repetido tanto em governos liberais como em conservadores, em períodos ditatoriais ou em democracias. Tem-se um crescente número de abusos praticados pela PM a partir dos finais dos anos 1980 e início dos anos 1990, em um contexto de redemocratização no qual os debates sobre a importância do respeito aos Direitos Humanos para a consolidação da democracia estavam em alta.

Em uma sociedade democrática, espera-se da justiça, tanto em suas leis como em sua prática, o desempenho efetivo de instrumentos relacionados à gestão de conflitos, tanto relacionado ao poder público com a sociedade como também entre a própria população. Ou seja, garantir os direitos civis elencados na Constituição brasileira para toda a sociedade, sem qualquer tipo de discriminação, tendo em vista a construção de uma sociabilidade que possui como base a solidariedade entre os indivíduos e o Estado (Adorno, 1995).

O sentimento de medo está relacionado com a construção da segurança pública no Brasil, seja em relação aos agentes policiais como também da criminalidade. O Estado brasileiro trabalha na perspectiva de que, para se impor, precisa utilizar de mecanismos que envolvam a violência e a intimidação. Contudo, a população também precisa dos serviços de segurança pública para combater o crime, que também representam uma ameaça a população. Com isso, o uso de elementos que são utilizados pelos agentes de segurança para impor a lei e a ordem diante da sociedade se tornam um dos principais aspectos de suas ações, dentro de uma lógica de segurança pública que enfatiza o combate armado (Zaluar, 2019).

#### CORREGEDORIA INVESTIGA CASO DE ABUSO DE PODER

Dois policiais da equipe de investigação da 1º DP da Capital, acusados de abuso de autoridade, por causa de uma simples briga de trânsito, vão ser ouvidos pela Corregedoria da Polícia Civil. O bate-boca envolvendo o motoqueiro Arceu Neves de Anselmo, funcionário da Hoepcke Veículos, e os policiais começou na esquina da Rua Tenente Silveira com a Álvaro de Carvalho e terminou na rua Leoberto Leal, em frente à Sucursal de *A Notícia/AN Capital*; onde o motoqueiro procurou abrigo. Visivelmente alterado, um dos investigadores, ameaçou jornalistas que tentavam apurar o fato. O caso tomou proporções consideradas graves ao ponto de o corregedor Márcio Fortkamp se deslocar ao local.

Segundo o motoqueiro Anselmo, o policial que dirigia o Corsa, placas PSA- 3689 (Florianópolis), tentou fechá-lo. “Eu me escapei, mas ele ficou me perseguindo pelas ruas centrais da cidade”, acusou. Anselmo ainda alegou que os policiais não se identificaram. “Eles foram muito prepotentes e mal-educados. Eu cheguei a ligar para o delegado Renato Hendges, mas os dois nem quiseram falar com ele ao telefone. Simplesmente ignoram”, desabafou Anselmo.

## QUEIXA

O motoqueiro registou ocorrência contra os policiais. E esses registraram queixa contra o motoqueiro, por desacato. O corregedor Fortkamp ainda não ouviu os dois investigadores. Mas afirmou: “Todo policial tem que se identificar antes de fazer qualquer abordagem. Isto é um princípio constitucional”, ressaltou. (*AN Capital*, 23/08/2000)

Na queixa mencionada acima, novamente há exemplos de como os agentes de segurança pública se colocam acima da lei ao tomarem atitudes que extrapolam o poder dado aos policiais para prestarem os serviços de segurança da sociedade. Ao não cumprirem com deveres constitucionais, esses indivíduos, que em teoria deveriam ser os garantidores das leis a serviço da ordem, acabam por descumpri-las e se tornarem também infratores sociais. Pois ao não respeitarem o que defendem, perdem a sua função social, que seria justamente a de ser um “cumpridor” das leis e defensores da Constituição brasileira. Ultrapassam o limite, pois consideram que seu posto os coloca acima da própria lei.

Esse fato se apresenta como resquício da própria formulação da Constituição brasileira de 1988, que atribui às Forças Armadas a garantia das leis e da ordem na sociedade e, com isso, coloca os militares acima do restante da população. Ou seja, ao colocar a cargo das Forças Armadas o poder de decidir sobre o ordenamento da nação, fica sob responsabilidade dos próprios militares a decisão sobre o que estaria ou não dentro do espectro da ordem, pois não há na Constituição a definição do que seria essa “ordem”. Com isso, é possível perceber a militarização do ordenamento da nação brasileira. “Ao definir as Forças Armadas como “nacionais e permanentes”, transformaram-nas legalmente em uma entidade superior aos legítimos representantes do povo na democracia e, quiçá, em algo superior ao próprio povo” (Mathias; Guzzi, 2010, p. 50), fator que também exerce influência sobre as policiais brasileiras, em especial a PM, por também atribuírem a elas, conseqüentemente, o dever da manutenção das leis e da ordem na sociedade.

Segundo Avritzer (1995), ao analisarmos o período de redemocratização por meio de muitas das teorias da transição formuladas entre os anos de 1970 e 1980, percebe-se uma tendência a universalizar o que seriam os parâmetros democráticos liberais e procedimentais como se o autoritarismo fosse um evento particular. As teorias de transição política, normalmente aquelas voltadas para os casos que envolvem países da América Latina, as estruturas autoritárias constituiriam um veto a formas democráticas preexistentes. Com isso, as transições recriariam um ambiente estável para uma negociação que permitiria a retirada dos

atores autoritários da cena política. Afastados os atores políticos autoritários das tomadas de decisões, o ambiente democrático ganharia dimensão universal nas sociedades em que tal processo transcorresse. Dessa forma, a democracia é em geral alcançada após um longo processo de negociações e disputas políticas, no qual são criadas garantias institucionais recíprocas entre governo e oposição. Seria a brecha entre o enfraquecimento de um regime autoritário e o restabelecimento da democracia, que se tornou conhecido como transição (Avritzer, 1995). Contudo, o próprio autor acentua que tal visão universalista dos procedimentos da democracia liberal deixa escapar aspectos fundamentais, especialmente a manutenção de culturas políticas autoritárias, que são eventuais ou meros vetos à democracia, sendo parte constituinte das relações sociais. Diferentemente do que uma visão procedimental do processo acentua, as instituições democráticas são atravessadas por práticas sociais que demandam maior democratização, o que não se alcança pelo mero afastamento dos vetos autoritários.

O processo de redemocratização brasileiro criou a necessidade de alterar algumas políticas de segurança pública, em razão das altas taxas de criminalidade que foram aumentando a partir da década de 1980, fazendo com que governantes e administrados públicos de segurança repensassem o modelo de gestão para o enfrentamento de uma questão que passou a ser visto como urgente. A elaboração da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) para atuar como coordenadora de políticas de segurança pública, sendo um marco no estabelecimento de uma nova administração que estivesse de acordo com a redemocratização no país, como também a situação de insegurança pública que crescia junto ao aumento do crime e da violência. As causas da elevação da criminalidade no Brasil são várias, em especial a desigualdade social e a discriminação racial, contribuem significativamente para este fenômeno:

O modelo de análise construído por David Garland para explicar as novas diretrizes traçadas pelo sistema político dos países centrais, mais especificamente dos Estados Unidos e Inglaterra, que agrega ideologias neoliberais e neoconservadoras, parece adequado para explicar o sentido das políticas públicas de segurança atualmente desenvolvidas no Brasil. As estratégias de parcerias preventivas e de segregação punitiva parecem integradas às políticas públicas de segurança formuladas e implementadas a partir do final da década de 1990 por meio, respectivamente, do modelo de segurança cidadã desenvolvido pelo Plano Nacional de Segurança Pública e do modelo punitivo de combate à criminalidade desenvolvido pelo Plano Nacional de Política Penitenciária. (Silva Junior, 2010, p. 78)

O legado da política desenvolvimentista deixada pelos anos de ditadura militar, tendo ampliado as desigualdades sociais, acarretou condições sociais que, em certas circunstâncias, favorecem o aumento da criminalidade nos anos de construção democrática. Além disso, o não

questionamento por parte da sociedade e dos órgãos públicos sobre os crimes cometidos pelos agentes do Estado durante a ditadura também contribuíram para uma continuidade de atitudes arbitrárias e violentas diante de situações cotidianas enfrentadas pelos policiais, as quais são colocadas como práticas necessárias para a atuação plena do exercício policial mesmo em um período democrático.

#### CAPITAL VAI SEGUIR MODELO DE SEGURANÇA DE NOVA YORK

Da viagem a Nova York, de onde veio na semana passada, a prefeita de Florianópolis, Angela Amin, concluiu que a presença da Polícia Militar nas ruas é fundamental para a prevenção de crimes. Desde ontem, um efetivo da Polícia Militar percorre as ruas recolhendo os indigentes e menores carentes. Em conjunto com o Estado, a Prefeitura pretende “limpar” as ruas da Capital.

Os andarilhos serão levados para uma casa de passagem no Monte Verde e serão medicados. Aqueles que não tiverem residência fixa em Florianópolis serão encaminhados para a cidade de origem. Uma equipe de assistentes sociais vai acompanhar a operação. As crianças recolhidas serão assistidas pelos profissionais, “A polícia na rua constrange”, afirma.

Inspirada no exemplo americano, a administração municipal quer implantar na cidade outras iniciativas para reprimir a criminalidade. A prefeita comenta que o lema incorporado pelos policiais de Nova York é “punição sem nenhum perdão”. Angela diz que a experiência de acompanhar o trabalho desenvolvido na cidade norte-americana foi enriquecedora.

O secretário da Segurança Pública do Estado, Luiz Carlos Schmidt de Carvalho- que integrou a caravana municipal- pode participar da investigação do assassinato do antiquário brasileiro João Sabóia, 56 anos, morto a golpes de faca no hotel Waldorf-Astoria, em Nova York. “Ele auxiliou a polícia com as provas encontradas no quarto do hotel”, conta.

O grupo visitou o escritório de convenções e visitantes (*New York Convention & Visitors Bureau*), órgão oficial de marketing turístico da cidade. A comitiva ainda conheceu o gerenciamento de detritos (*Wetchester Country Material Recover Facility*). Segundo a prefeita, 40% do lixo recolhido no condado é reciclado. “Os condomínios que não separam o lixo são multados”, comenta. (Valéria Lages, *AN Capital*, 23/03/1999)

Na reportagem acima, a então prefeita municipal Angela Amin (1996-2004) importa algumas práticas da segurança pública nova yorkina para a capital de Florianópolis, como a ideia de “limpeza” da cidade retirando os moradores de rua das áreas centrais. Nessa perspectiva, o aumento da criminalidade teria ligação com esses indivíduos. Além disso, a prefeita ainda argumenta que os moradores de rua que não possuem residência fixa na região são, automaticamente, de outras cidades. Na matéria, não há a menção de qual destino seria dado caso a pessoa fosse natural de Florianópolis. Outro fato seria a incorporação do lema “*punição sem nenhum perdão*” pelos policiais florianopolitanos, relacionando a punição da criminalidade aos cidadãos mais pobres da região. Mas será que a mesma punição também seria aplicada aos setores mais afortunados da cidade? A quem seria destinada essa punição sem perdão?

É possível perceber os desdobramentos dessa política no ano posterior, em 2000, em alguns acontecimentos retratados pelo *AN Capital*, no qual há a menção do desaparecimento de moradores de rua sem nenhuma explicação dos órgãos de segurança da cidade:

#### PM ABANDONA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA OAB

A entrada de 14 mascarados no plenário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC) provocou a retirada dos três representantes da Polícia Militar que participavam da audiência pública promovida pela Comissão dos Direitos Humanos da OAB, ontem de manhã, justamente para discutir a violência policial e o sumiço, das ruas da Capital, de pelo menos 30 moradores de rua nos últimos 12 meses. “Viemos como convidados, mas estamos sendo tratados como acusados, e por isso estamos saindo”, declarou o coronel PM Valmir Cabral, chefe do Comando do Policiamento da Capital (CPC).

O motivo da saída, de acordo com Cabral, foi a relação feita entre a presença dos policiais e o constrangimento a que estariam sujeitos os moradores. A relação foi estabelecida pelo advogado Manoel Antônio Bruno Neto, voluntário do abrigo Rosa Maria, que ao explicar as máscaras nos rostos de 14 dos 21 moradores de rua que entraram no recinto da reunião, argumentou: “Eles têm medo de possíveis constrangimentos futuros”. Ao acabar sua fundamentação sobre os acontecimentos nas ruas da cidade, Manoel passou a palavra à PM.

Impassível até aquele momento, o coronel Cabral, que percebeu aonde a argumentação do advogado poderia levar, deu uma resposta curta e contundente: “Se a nossa presença pode constrange-los, estamos saindo; estamos à disposição para qualquer audiência, mas não podemos admitir esse tipo de relação”, declarou o coronel. Segundo ele, a PM atende a mais de 100 mil ocorrências mensais em todo o Estado.

Mesmo assim, segundo o chefe do CPC, há na Justiça Militar 126 processos contra ações de policiais militares. “Em nenhum deles ficou comprovada qualquer culpa dos policiais, mas os processos já são a prova de que não admitimos a violência policial, a coação ou qualquer outro método ilegal de combate à criminalidade”, afirmou. Ainda sobre a permanência de moradores de rua em locais públicos, Cabral foi incisivo. “A nossa praça Getúlio Vargas (endereço do comando-geral da corporação) é um cartão postal da cidade tomando por mendigos, e nós não temos tomado nenhuma medida repressora”, argumentou.

#### TOLERÂNCIA ZERO

O cerne da discussão, na verdade, foi o entendimento de Manoel Neto, do abrigo Rosa Maria, de que o recrudescimento das ações violentas contra mendigos e moradores de rua começou com o programa governamental conhecido como tolerância zero. “A partir de então, os moradores começaram a desaparecer das ruas ou a relatar os casos de agressão, torturas e espancamentos”, denunciou Manoel.

Segundo ele, “está claro para nós que esse procedimento policial não acontece como fruto de uma postura filosófica do comando da Polícia Militar, mas sim como fruto de um grande mal-entendido”. Para Manoel, “os policiais em ação nas ruas começaram a confundir tolerância zero com a marginalidade e a criminalidade com a contumácia, a violência e a truculência. É isso o que nós estamos denunciando, e é contra o que nos colocamos”, amenizou.

Apesar dos pedidos de desculpas do voluntário do abrigo Rosa Maria e do próprio presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB/SC, Reinaldo Pereira e Silva, a reunião teve que prosseguir sem a presença dos representantes das PM.

## PROMOTORA VAI INVESTIGAR RELATOS DE TRUCULÊNCIA

Depois de saída dos policiais, 10 moradores fizeram relatos detalhados de como sofreram maus-tratos, agressões e humilhações, frutos do espírito de truculência e violência policial. Os depoimentos, que corroboram as denúncias do advogado Manoel Bruno Neto, foram todos acompanhados pela coordenadora dos Direitos da Cidadania do Centro das Promotorias da Coletividade (CPC), do Ministério Público Estadual, promotora Sônia Piardi.

Segundo o presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB/ SC, Reinaldo Pereira e Silva, os depoimentos, somados à atitude dos representantes da PM de se retirarem da reunião, motivaram a primeira das três decisões tomadas pelos participantes de audiência pública. “Vamos encaminhar os relatórios diretamente ao governador do Estado, para sua apreciação e tomada de providências”, declarou Reinaldo. “O que não podemos é permitir que os relatos simplesmente não causem consequências”, argumenta.

Mas os relatos dos denuncianteiros vão também ser transformados, caso a caso, em processos a serem investigados pela promotora Sônia Piardi. Eles vão se juntar a outros que já existem para participarem de outra decisão tomada ontem: “Vai ser instaurado um procedimento apuratório unificado entre todos os órgãos que se importam ou devem se importar com o problema dos moradores de rua”, conta Reinaldo. “Inclusive, com as ações os Ministérios Público, acaba a fase das denúncias que não redundam em pena nenhuma”, comemora.

Na mesma linha de procedimento, unificando ações, a terceira decisão tomada a partir da audiência pública de ontem foi a criação de um grupo de trabalho (GT) integrado por representantes da Prefeitura da Capital (composto por integrantes dos diversos órgãos internos da administração pública municipal), representantes da Comissão dos Direitos Humanos da OAB/SC (que preside o GT) e por membros da sociedade civil organizada (ONGs e instituições sociais).

“O principal objetivo do GT é fazer um levantamento das ações sociais que o poder público já tem colocado em andamento, mas também realizar o exercício democrático da pressão política sobre esses mesmos órgãos, no sentido de provocar a implantação de programas prometidos e/ou planejados, mas ainda não executados”, informa Reinaldo Pereira e Silva. (Edson Costa, *AN Capital*, 08/08/2000)

A reportagem apurou que na audiência alguns moradores de rua foram mascarados prestar seus depoimentos porque temiam sofrer represálias por parte da PM posteriormente, causando indignação dos agentes de segurança pública e resultando na sua retirada, segundo argumentou Valmir Cabral, chefe do Comando de Policiamento da Capital (CPC) mesmo assumindo uma postura de negação frente ao temor dos moradores de rua, ele admite que existem mais de cem denúncias da população de ações violentas da polícia na região e que mesmo que não tivessem ainda a comprovação dos atos, a existência das denúncias já demonstraria o interesse dos órgãos públicos de segurança em repreender tais acontecimentos. Há incoerências na fala do chefe do CPC, pois se existem denúncias que não possuem a devida investigação, não existe a punição dos culpados e, conseqüentemente, não há intenção de repreender tais violações. Se existem mais de cem acusações de truculência dos PMs, essa quantidade, por si só, é um indicativo de há a necessidade de averiguação dos fatos. E se dentro desse número em nenhum dos casos foi constatada a veracidade da denúncia, também ocorre o

questionamento do próprio método de investigação dessas denúncias por parte dos órgãos competentes.

Adiante, no relato de Manoel Neto, há menção ao aumento de casos de intimidação e violência por parte dos policiais contra os moradores de rua após a adesão da política de “tolerância zero”, que havia sido importada da cidade de Nova York pela prefeita Angela Amim, como é comentado na reportagem anterior. Segundo Neto, por meio dessa política havia a relação de criminalidade e marginalidade entre os indivíduos que estavam em situação de rua. Sendo um “mal-entendido”, de acordo com ele. Diante das denúncias das ações violentas, bem como da saída dos policiais que nem ao menos se deram ao trabalho de ouvir os relatos- fato que também demonstra o desinteresse pelo assunto- foi decidido que uma ação mais severa seria tomada como forma de apurar os acontecimentos, passando os casos diretamente ao governador do Estado.

Na tentativa de dar seguimento às acusações ouvidas na audiência, assim como de outras que já existiam, foi criado um Grupo de Trabalho de diversos setores do poder público e da sociedade civil como forma de democratizar esse debate. Esse fato se mostra importante, já que a segurança pública deveria ser um debate amplo na sociedade civil que não ficasse restrito aos órgãos públicos de segurança tão somente. Pois construir uma sociedade mais participativa e democrática atravessa os temas a respeito da segurança da sociedade; as formas como essas ações de segurança são realizadas; e a estrutura corporativa, como as leis, os currículos e a atuação dos agentes responsáveis por essa função.

Sendo assim, por meio das análises realizadas das reportagens do jornal *AN Capital*, é possível perceber que, nos casos de denúncia de atos truculentos de policiais na região da Grande Florianópolis, o foco das ações são os grupos marginalizados — e, muitas vezes, invisibilizados — pelo Poder Público. Como demonstrado nas matérias selecionadas, os grupos que são alvo dessas ações são moradores de rua, garotas de programa, setores pobres da sociedade e ativistas sociais. Trata-se de situações que aparentemente não são excepcionais, tendo em vista o número de denúncias registradas e a postura da PM em ignorar tais acusações.

Nesse cenário, há um hiato entre o direito contido na Constituição e o que ocorre na prática, em que situações de discriminação e exclusão se mantêm e a distribuição da justiça alcança alguns/as cidadãos/ãs em detrimento de outros, bem como o acesso da sociedade aos serviços judiciais. Alguns fatores contribuem para isso, como a baixa profissionalização e a pouca escolaridade dos setores mais pobres da sociedade, o gênero, a origem regional, a idade e a etnia. Além disso, a sociedade brasileira possui uma espécie de tradição em não denunciar determinadas violências, reiteradas pela feita de interesse dos governantes em estimular tanto

juridicamente quanto nas práticas cotidianas ações que reforcem o respeito a cidadania e a democratização de direitos civis. Nessa perspectiva, é possível perceber uma persistência autoritária na sociedade democrática brasileira, na qual o autoritarismo ainda presente nos costumes de segregação, isolamento, carência de assistência pública, opressões e negação aos direitos civis de alguns grupos sociais que são estigmatizados indicam que os setores comprometidos com os avanços da democracia no país ainda não puderam superar aqueles que ainda insistem em disseminar, na atualidade, as heranças ligadas ao conservadorismo e aos autoritarismos do passado colonial, escravagista e patrimonialista (Adorno, 1995).

A corporação da PM continua estruturada de acordo com concepções construídas pelas Forças Armadas, em especial o Exército, como pode ser observado em seus currículos, por exemplo. Porém somente a reestruturação da formação dos agentes não seria suficiente para “humanizar e democratizar” a segurança pública brasileira. Pois a instituição da Polícia Militar se mostra também com vestígio de questões históricas que não foram questionadas com o passar do tempo, como a própria atuação arbitrária dos policiais militares ao abordarem indivíduos de acordo com sua classe e etnia. Tal questão, que demonstra a imensa distância que sempre existiu no Brasil entre ricos e pobres e que se reflete no aumento da criminalidade durante os anos de 1980 e 1990, em que, mesmo enfrentando um processo que, em teoria, deveria ser de inclusão das diferentes camadas sociais em busca da consolidação democrática, acaba por evidenciar as lacunas que ainda estão em aberto na sociedade brasileira.

Nesse sentido, é possível aproximar-se da noção de Koselleck (2014) acerca do tempo histórico ser constituído por “estratos de tempo”, pela justaposição de camadas da contemporaneidade e do não contemporâneo, para compreender como uma concepção autoritária dentro da segurança pública brasileira constitui-se e reverbera mesmo em períodos democráticos. Sendo assim, também é possível perceber que o processo democrático brasileiro ainda não está consolidado na sociedade, sendo a própria polícia uma espécie de “resistência” aos avanços dos direitos civis frente às demandas democráticas. Com isso, nota-se que a democracia está em disputa pelos diferentes setores sociais e que permanece com pilares autoritários mesmo em tempos democráticos, como é o caso da segurança pública.

## CAPÍTULO II

### **2.1 História e mídia impressa: *AN Capital* como “porta voz” das comunidades de Florianópolis**

Até a década de 1970 ainda não era expressivo o número de trabalhos acadêmicos que utilizavam os impressos como fonte histórica e indício para a análise social. O país contou ao longo do século XX com consolidadas empresas jornalísticas. Conforme Tânia de Luca, apesar da importância social e cultural dos periódicos impressos, havia dificuldades em aceitar a prática de escrever História por meio da imprensa. Os postulados dominantes preconizam uma prática historiadora pretensamente neutra, o que não era obtido nos jornais, geralmente com posições políticas definidas (Luca, 2006, p. 112).

Outras abordagens ao final do século XX, permitiram e legitimaram o interesse por novos objetos e problemas, o que favoreceu uma renovação da História Política em articulação com a História Cultural. Além disso, os materiais disponíveis nos periódicos impressos permitiu explorar dimensões hábitos, costumes, relações de poder e representações sociais que marcam o cotidiano e as percepções, em especial, de populações urbanas em diferentes sociedades contemporâneas. A vida urbana e a cultura das cidades desde o último século foram em larga medida marcadas pela circulação de informações por meio de jornais e outros veículos impressos, constituindo-se em potencial para a elaboração de estudos históricos. Diante disso, novas gerações de historiadores e historiadoras foram estimuladas a construir seus objetos de investigação tendo em conta as diferentes possibilidades oferecidas pela articulação entre História e Mídia, por exemplo, os estudos que dialogam com linguagens como a da imagem e do fotojornalismo.

A fotografia jornalística é normalmente apresentada junto a um texto. Essa imagem pode “complementar” esse texto escrito, como “a fotoilustração que está muito ligada ao jornalismo de serviço que se refere as necessidades básicas do dia a dia, a informação sobre eventos esportivos, culturais, sociais, etc. e tem sido publicada diariamente ou semanalmente” (Buitoni, 2011, p. 91). Essas imagens também seguem determinados padrões para que se enquadrem no estilo do meio de vinculação a que pertencem, seguindo alguns parâmetros de enquadramento, foco, cores, delimitações. Questões que devem ser observadas na análise enquanto fonte histórica, buscando compreender o que está visível, mas também o que se “esconde” por trás do que está sendo mostrado (Buitoni, 2011, p. 87).

Considerando tais perspectivas e possibilidades de abordagem é que a discussão aqui proposta é amparada em indícios coletados na investigação sistemática de um periódico publicado em Florianópolis, o *AN Capital*, um encarte do jornal *A Notícia*, que tinha como foco os mais variados temas da região da Grande Florianópolis:

#### ***AN Capital completa 6 anos de circulação***

O suplemento *AN Capital* completa hoje seis anos ininterruptos de circulação, encartado diariamente em **A Notícia**, com seu conteúdo voltado para as comunidades da Grande Florianópolis- especialmente a Capital, São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Tijucas e São Pedro de Alcântara.

Criado exatamente para fortalecer os vínculos de **A Notícia** com a região, o *AN Capital* oferece aos leitores um noticiário voltado às áreas de geral, política, polícia, esporte e variedades. Focaliza, em especial, temas de interesse comunitário, como saneamento, meio ambiente, pavimentação de ruas, educação, consumidor, saúde e habitação.

Destacam-se, também, nas páginas do suplemento, colunas especializadas, como as de Aldírio Simões (Fala Mané), que trata do folclore local, Ricardinho Machado (social), J. Pacheco (comunitária) e De Voleio (Esportes), está escrita em revezamento pelos jornalistas Júlio Castro e Paulo Jorge Marques.

Recentemente, e para consolidar ainda mais sua presença na Grande Florianópolis, o *AN Capital* foi encorpado, às quintas-feiras e domingos, pelo suplemento *Classifloripa*, que contém classificados regionais, inicialmente voltados para os mercados de imóveis, automóveis e serviços.

Para o diretor-corporativo de **A Notícia**, Henrique de Carvalho, o *AN Capital* está cumprindo seus objetivos editoriais e comerciais a contento, exatamente “porque atende as expectativas da comunidade em que está inserido, noticiando o que é importante, criticando quando necessário e sempre procurando preservar os princípios básicos do bom jornalismo”.

Henrique de Carvalho, que trabalha em **A Notícia** há mais de duas décadas, destaca a trajetória no *AN Capital* com uma avaliação positiva, quando a sua inserção no mercado editorial, “que lhe garante respeito por parte não só dos habitantes da microrregião, como também das autoridades municipais e estaduais, dos empresários e das agências de publicidade, que têm sido parceiros importantes para a continuidade do suplemento”.

Carvalho, aliás, faz questão de ressaltar que a consolidação do *AN Capital* é tão marcante para a região que levou **A Notícia** a investir cada vez mais em sua qualidade editorial e gráfica, além de proporcionar infra-estrutura mais adequada ao funcionamento da redação, comercial, administrativo e circulação. Desde 1º de dezembro de 2000, a Sucursal de **A Notícia** e os outros setores estão centralizados em uma nova sede, à rua Crispim Mira, 319, no Centro. “A mudança para a nova casa possibilitou a dinamização dos trabalhos e, especialmente, estimou o crescimento de **A Notícia** e do *AN Capital*”, finaliza o diretor-corporativo.

**DATA: 23/08/2001**

### **AN Capital: 8 anos de lutas e glórias**

Há 80 anos surgia A Notícia, na Cidade dos Príncipes, um dos mais antigos e respeitados jornais de Santa Catarina e do País. Logo de início, seus fundadores procuraram romper as divisas do seu município e de seus distritos, para difundir-se por toda a região Norte catarinense. À medida que Joinville ia adquirindo *status* de polo industrial e cultural, a empresa, como uma criança prodígio, sentiu que era necessário não apenas acompanhá-lo no mesmo pulsar, mas acima de tudo crescer e desenvolver-se além dos limites iniciais. Com esta visão gestáltica de que “o todo é muito mais do que a soma das partes”, rompeu sua barreira geográfica procurando espalhar-se por todo o Estado, visando não apenas a lucratividade, mas acima de tudo integrar-se com responsabilidade social. Numa operação simbiótica e na busca de maior identidade tem se tornado partícipe na evolução das comunidades interioranas.

Aos seus dirigentes não escapou a percepção de que a Capital do Estado como centro aglutinador de todas as tendências políticas, econômicas, culturais e sociais não poderia ficar afastada desta estratégia integracionista. Assim, há 8 anos, surgiu a idéia de criar o *AN Capital* e para dirigi-lo foi escolhido, dentre os seus diretores, o português Henrique de Carvalho, de saudosa memória, que pela sua formação açoriana passou desde logo a identificar-se com os valores locais. É válido ressaltar que ele soube como poucos montar uma notável equipe de comunicadores que por impregnarem suas tintas com o cheiro de terra, os humores e os dramas do cotidiano conseguiram, diariamente, um público cativo vez mais crescente. Pela sua generosidade, capacidade de estabelecer uma sintonia fina entre a equipe, as autoridades e a comunidade com que se relacionou, o “velho Henrique” sempre será lembrado particularmente, pelo seu famoso “bacalhau aos murros” e demais pratos da culinária portuguesa.

Hoje, o jornalista Apolinário Ternes tenta suprir a ausência de seu antecessor. Suas qualidades de jornalista profissional, filósofo e historiador dão continuidade aos mesmos princípios e ideais que nortearam o surgimento do *AN Capital*. Seu senso de integração social e cultural, permitiu uma maior receptividade com os florianopolitanos que de modo geral, já o aceitaram como um autêntico “mané”. O jornal que dirige, pelo seu discernimento, estará através de suas acuradas análises e observações melhor informando, formando e esclarecendo a opinião pública. Assim, a Ordem dos Jornalistas do Brasil e a Associação Catarinense de Imprensa (ACI) congratulam-se como todos aqueles que, direta ou indiretamente, constroem a marca registrada de um grande jornal, seja em sua matriz ou em suas filiais espalhadas por todo o Estado.

**CYRO BARRETO (presidente da Ordem dos Jornalistas do Brasil- OJB-SC).  
Data: 26/09/2003**

Como relatado acima nas reportagens destacadas, o jornal *A Notícia* foi fundado por Aurino Soares em 23 de fevereiro de 1923, em Joinville, seguindo uma proposta de ser um jornal focado em temas locais, e com desejo de se aproximar da população da região Norte do estado de Santa Catarina. Diante da sua popularidade, em 1946 passou a ser um jornal de circulação em todo o estado, chegando até a capital de Florianópolis.

Ao fim do século XX, o jornal possuía uma média de tiragem diária de 40 (quarenta) mil exemplares, tendo sua distribuição feita por carros e caminhões alugados, levando o jornal para o interior do estado ou até mesmo sendo enviado pelo correio. Contava com expressivo número de assinantes, que eram o público-alvo do impresso, por serem leitores/as fixos/as e compradores/as assíduos/as do jornal. Na região de Florianópolis, possuía em torno de 7 mil assinantes. As vendas em bancas de revista somavam uma renda baixa se comparado à venda para assinantes, pois o jornal que predominava nas bancas e era o mais consumido nesse formato era o *Diário Catarinense*. O público leitor era, especialmente, as classes média e alta da cidade de Florianópolis. Os/as leitores/as mais pobres, normalmente, compravam o jornal avulso.<sup>21</sup>

O suplemento intitulado de *AN Capital* (ANC) ganhou identidade própria na região da Grande Florianópolis, quase como um jornal dentro de outro jornal, atraindo um público que buscava o noticiário local em um contexto de ampliação da população urbana. A junção entre o crescimento urbano, a difusão de informações, a circulação de jornais e as imagens da cidade e da vida urbana tornam o conteúdo disponível no jornal muito significativo para uma investigação que tem por foco as representações sobre a violência e a segurança pública na cidade. Há uma articulação social significativa da construção de percepções sociais sobre a violência urbana e a segurança pública com as imagens e textos jornalísticos, tema que tem sido alvo de diferentes abordagens, carecendo ainda de estudos que buscassem adotar uma perspectiva histórica (Palermo, 2018). Há uma demanda social por um certo tipo de noticiário policial e por narrativas da violência urbana que conformam uma estranha interação entre medo, curiosidade e um certo fascínio. A violência midiaticizada, fotografada, narrada em letras garrafais e manchetes sensacionalistas adentra o cotidiano das cidades brasileiras e gera um mercado muito lucrativo, atualmente explorado por outras plataformas de mídia, dada a decadência do jornalismo impresso.

O *AN Capital* foi, assim, um suplemento encartado em *A Notícia* criado no final da década de 1990, focado em temas relacionados as comunidades de Florianópolis. O primeiro editor chefe do ANC, em 1996, foi Marcelo Passamai, com redação localizada na rua Deputado Leoberto Leal, no centro da cidade, até o ano de 2001. Com o crescimento do jornal, sua sede passou a ser um prédio de dois andares na rua Crispim Mira, próxima à entrada do morro José Boiteux, estando mais próximo dos morros da região central de Florianópolis. Esse mesmo

---

<sup>21</sup> Informações obtidas através de conversas informais com o jornalista Carlos Damião, durante o ano de 2022, sobre o funcionamento do jornal.

período marca a entrada do jornalista Carlos Damiano<sup>22</sup> como editor chefe do AN Capital entre 2000 a 2003. Carlos Damiano trouxe consigo a experiência de trabalhar em outro grande jornal da região, *O Estado*, que tinha grande foco na violência urbana em suas páginas. Carlos Damiano relata, em conversas informais sobre o funcionamento do jornal, que quando trabalhou em *O Estado*, durante a década de 1990, ao serem reduzidas as reportagens voltadas ao tema da violência por orientação do dono do jornal, o número de assinaturas caiu significativamente. Damiano ainda lembra que os leitores ligavam para a edição de *O Estado* e diziam: “*Vocês precisam melhorar as páginas policiais. ‘Tá’ fraca!*”.<sup>23</sup>

Muitos jornalistas de *O Estado*, que vivia uma crise que acarretaria em seu fechamento, transferiram-se para *A Notícia* e trouxeram ideias que seriam impossíveis de serem implementadas no antigo emprego. Uma dessas ideias era a de buscar uma nova forma de trabalhar as páginas policiais, atraindo novos/as leitores/as e aumentando o número de assinantes do jornal. O coordenador das páginas policiais em *O Estado*, o jornalista Edson Rosa, conseguiu um posto na nova empresa jornalística, justamente no sentido de valorizar o encarte *AN Capital* e auxiliou na construção das páginas policiais, juntamente com o repórter Marcos Zanfra que também possuía esse foco em suas matérias. Um dos temas “importados” de *O Estado* foi a sessão policial que, em *AN Capital*, foi chamada de “*Ronda Policial*”, publicando pequenas notas relatando os mais variados tipos de crimes na região, como assaltos, tráfico de drogas, furtos, entre outros. O número de leitores/as do ANC aumentou consideravelmente após a adoção das páginas policiais. A estratégia, segundo o jornalista Carlos Damiano, foi bem-sucedida em seu foco na captação de novos assinantes que gostavam desse tipo de conteúdo.<sup>24</sup>

O *AN Capital* mesmo sendo um suplemento de *A Notícia* possuía sua “personalidade própria” com seu corpo editorial independente, e se colocava como um jornal disposto a ser o “porta voz” das demandas locais, tendo como foco somente temas relacionados a Grande Florianópolis. Os assuntos podiam ser os mais variados possíveis, como meio ambiente, infraestrutura, esporte e lazer. Além, é claro, das notícias policiais por conta do crescente número de ocorrências na região. Temas que envolviam política e economia não eram frequentes no *AN Capital* porque já compunham grande parte de *A Notícia*. Com a intenção de aproximar-se da população florianopolitana, o suplemento publicava em suas páginas cartas de

---

<sup>22</sup> A partir de 2003 é deslocado para outra função, ficando no jornal até 2007, quando o jornal *A Notícia* é vendido do grupo RBS.

<sup>23</sup> Informações obtidas através de conversas informais com o jornalista Carlos Damiano, durante o ano de 2022, sobre o funcionamento do jornal.

<sup>24</sup> IDEM.

seus leitores com suas demandas, opiniões, sugestões de melhorias ou críticas ácidas sobre assuntos da cidade na coluna chamada “*Orelhão*”, como forma de estreitar os laços entre o jornal e seus/suas leitores/as:

### ***AN Capital* prioriza temas comunitários**

Em meados de setembro de 1995 as pessoas já estavam indo às praias de Florianópolis, aproveitando os 26 graus centígrados de calor. O Avaí se preparava para tentar mais um título do Campeonato Estadual. Discutia-se, mais uma vez, a realização de plebiscito para a transferência da Capital catarinense para Curitiba. Foi nesse clima que circulou a primeira edição do *AN Capital*, o ANC, suplemento de **A Notícia** que estreava em 15 de setembro de 1995 para cobrir uma lacuna na cobertura das questões urbanas e ambientais da Grande Florianópolis, além do seu patrimônio história e cultura.

“Foi um desafio fazer o ANC”, recorda o jornalista Edson Rosa, chefe de reportagem e que chegou na redação 15 dias antes do lançamento do novo produto. “Desafio que continua a cada edição, pois procuramos continuar priorizando as questões urbanas, ambientais e sociais da região de Florianópolis, numa linha que vem se consolidando ao longo dos últimos oito anos”, assinala.

Ana Paula Luckman havia se formado em jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) quando passou a atuar como repórter do *AN Capital*, desde a primeira edição. Hoje, a editora de Geral, acha que “ao dar importância às questões comunitárias, chamamos a atenção do restante da mídia para uma série de assuntos que antes não eram tratados”, observa.

As atividades da Câmara Municipal de Florianópolis, por exemplo, ganharam destaque depois que o ANC passou a cobrir as sessões dos vereadores. Outro exemplo aconteceu com a Lagoa da Conceição, “onde começamos a destacar problemas que chamaram a atenção das autoridades e do conjunto da mídia, levando a um melhor acompanhamento das diversas situações”, observa Ana Paula.

Para o editor de Política, Flávio Gadotti, o grande mérito do *AN Capital* é o de “ouvir a população, expor as suas reclamações, ir aos bairros levantar os problemas, fazendo com que os demais veículos de comunicação e os órgãos públicos prestem mais atenção aos assuntos”.

O mesmo se deu na cobertura das campanhas políticas e no acompanhamento regular da movimentação partidária em Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça, principalmente, iniciativa que deu visibilidade a seus personagens. “O jornal também se destaca pela abertura às opiniões das pessoas, dando espaço ao debate, tendo como foco as questões urbanas que preocupam a cidade”, salienta Gadotti.

“Depois de oito anos de atividade diárias podemos afirmar que o projeto está consolidado” destaca Ana Paula Luckmann. “Consolidado em Florianópolis e na região”, completa Edson Rosa, dando como exemplo “a grande quantidade de pessoas que telefonam, mandam *e-mails* ou nos procuram com informações e pautas”.

Os três profissionais também reconhecem a importância da experiência para suas carreiras pessoais como jornalistas. “Apesar da rotatividade no jornal, sempre mantivemos uma equipe de qualidade, mesclando gente de maior experiência com quem está ingressando no mercado”, destaca Fábio.

“Eu saí da faculdade direto para a redação e meu crescimento profissional se confunde com a do jornal”, avalia Ana Paula. “Ao longo de oito anos diversos repórteres passaram por nossa redação”, lembra Edson. “Ao mesmo tempo outros foram ingressando e conseguimos manter uma equipe forte e muito boa”, complementa.

**DATA: 15/09/2003. P. 02**

Como comentado anteriormente na reportagem, os/as jornalistas se consideravam como portas vozes de seus/as leitores/as, atuando em uma posição de “neutralidade” diante dos fatos relatados. Porém, de acordo com as contribuições dos cientistas sociais Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli, o impresso “representa interesses e perspectivas sociais específicos, estabelece mediações entre as instituições políticas e os cidadãos, procura impor visões de mundo e forjar consensos”. A sua suposta neutralidade diante das notícias “não significa a ausência de posições ou a acomodação a posições prévias”, pois “ao apresentar julgamentos como fatos, o jornalismo participa ativamente da construção dos próprios fatos” como também das concepções criadas por seus/suas leitores/as sobre os acontecimentos relatados.<sup>25</sup>

No entanto, deve-se atentar para essa ideia de “neutralidade” em que muitos jornais se baseiam, pois, o discurso midiático também pode ser utilizado para desviar o foco de problemas sociais, e culpabilizar somente alguns setores- normalmente os mais pobres- enquanto não se debate a questão de forma profunda para entende-lo em seu contexto geral:

“A caracterização dos traficantes de drogas de varejo é algo que merece bastante cautela. Por um lado, há uma “demonização” de seu comportamento e uma magnificação de seu papel no discurso típico da grande imprensa, que raramente contribui para que se compreenda a “fabricação social” de indivíduos que, de fato, muitas vezes cometem atos brutais e cruéis e, ao mesmo tempo, colabora para que o grande público concentre suas atenções- e seus medos e ódios- apenas na ponta do varejo, deixando na sombra os verdadeiros grandes traficantes e seus sócios e facilitadores” (SOUZA, 2008, P. 61)

Nesse sentido, mais que relatar os crimes cometidos na Grande Florianópolis, o jornal e seus/suas jornalistas assumiram importante papel na construção de determinadas concepções criadas pelos/as leitores/as. Noticiar temas que envolvem a violência urbana tem se demonstrado uma importante discussão sobre os problemas sociais do país, que são mais profundos do que o ato criminal em si, esses debates também envolvem discussões sobre a redemocratização após décadas de autoritarismo, sobre classe, sobre gênero, sobre etnia como também o tipo de sociedade que estamos construindo, e os seus possíveis caminhos.

Retornando à história do jornal, no ano de 2007 a empresa jornalística *A Notícia* foi vendida ao grupo RBS, que acabou por apagar os arquivos virtuais do jornal, até então muito completos e robustos. Como consequência, o acervo de edições diárias do suplemento *AN*

---

<sup>25</sup> BIROLI ; MIGUEL. (2017) P. 57.

*Capital* desapareceu do espaço virtual, tornando difícil o acesso à sua série de publicações. Um pequeno acervo pode ser encontrado sob posse de alguns jornalistas que guardaram alguns exemplares para recordação. A empresa RBS era então o maior conglomerado de mídia e jornalismo de Santa Catarina. Por outro lado, em paralelo, *A Notícia* também havia tomado uma grande dimensão na primeira década do século XXI, encarecendo seus custos com funcionários, confecção dos jornais, transporte para as cidades do interior, se tornando um negócio difícil de gerir. Em contrapartida, o retorno financeiro do jornal estava abaixo do esperado, causando prejuízos à empresa.

O jornal *A Notícia* pertencia à família de Moacir Tomazi, contando também com a participação de alguns sócios industriais da região de Joinville. O grupo RBS possuía sua base no Rio Grande do Sul. Desde sua entrada no mercado de jornais em Santa Catarina, a RBS ressentia-se da dificuldade em fazer seu principal veículo impresso, o *Diário Catarinense*, dominar o mercado em importantes cidades como Joinville e Blumenau, nas quais circulavam importantes jornais como *A Notícia* e o *Jornal de Santa Catarina*. Por esse motivo, a RBS já havia feito algumas propostas de compra de *A Notícia* e do *Jornal de Santa Catarina* para conseguir angariar popularidade nessas cidades, realizando a integração das edições dos principais jornais de Santa Catarina. A operação conjunta favoreceria a redução de custos, especialmente por meio das dispensas de muitos funcionários. Sob a liderança do *Diário Catarinense*, o jornal *A Notícia* passou a operar como se fosse uma agência de notícias.<sup>26</sup>

Em 2016 o Grupo RBS vendeu todos os seus veículos midiáticos presentes em Santa Catarina para um empresário do ramo da indústria farmacêutica do centro país, o que levou à formação do chamado Grupo NSC. A família Sirotsky, proprietária da RBS, voltou a concentrar-se somente no Rio Grande do Sul. Em 16 de outubro de 2019, os novos proprietários anunciaram que diversos jornais importantes que circulavam pelo estado se tornariam revistas eletrônicas, sendo impressos somente aos sábados, incluindo *A Notícia*, o *Diário Catarinense* e o *Jornal de Santa Catarina*. A intenção com esse ato foi a de concentrar todos seus veículos midiáticos e conteúdos no Portal NSC Total. Além disso, em fevereiro de 2023, o jornal *A Notícia* completou 100 anos de circulação sendo o jornal mais antigo ainda ativo em Santa

---

<sup>26</sup> Informações obtidas através de conversas informais com o jornalista Carlos Damião, durante o ano de 2022, sobre o funcionamento do jornal.

Catarina e, por isso, foi homenageado pela Câmara de Deputados de Joinville em ato solene no dia 31 de maio de 2023.<sup>27</sup>

O mercado jornalístico em Santa Catarina, portanto, é marcado por um crescente processo de monopolização entre as décadas finais do século XX e o início do século XXI. Daí que a experiência do suplemento *AN Capital* seja de interesse para a presente investigação, dado que sua existência possibilita compreender a circulação de imagens e representações na Grande Florianópolis em meio a um cenário em que grandes conglomerados de mídia controlavam a circulação de informações. Por meio da análise de imagens e fatos retratados por uma publicação como essa é possível acessar aspectos de uma memória compartilhada pelo coletivo que é o público leitor, ainda que mediada por mecanismos próprios do mercado de mídia. Diante disso, “a memória social passa a ser composta pelo “discurso da informação”, que apresenta a sucessão de acontecimentos narrados na imprensa como parte de uma história vivida, imediatamente memorizada” (Lohn, 2012, p. 123) com isso, se elabora um conjunto de crenças e práticas que combinadas contribuem para homogeneizar o imaginário social.

A década de 1990 é ainda marcada por um “campo de experiência” social em que a recente democratização institucional do país era limitada pela prevalência de mecanismos repressivos, como um passado presente nas concepções a respeito da violência urbana e segurança pública, projetando-se inclusive como um “horizonte de expectativas” (Koselleck, 2006, p. 311), restringindo a consolidação da democracia no país. Nesse sentido, “Se o passado histórico é ‘passado e presente’, este último não deixa de ser também parte da história, ao ser atravessado por experiências de tempo que dizem respeito às formas de registro e de transmissão das informações históricas” (Lohn; Campos, 2017, p. 100). Nessa perspectiva ao estudar o passado recente e suas reverberações no presente, o trabalho ocorre sobre um processo que ainda não está concluído, e a pesquisa não significa a conclusão “absoluta” sobre o tema, podendo sofrer modificações, posteriormente, ao se ter conhecimento a respeito de outras fontes que podem trazer novas considerações sobre o assunto, por exemplo.

---

<sup>27</sup> <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/crise-na-imprensa/nsc-extingue-seus-jornais-e-encolhe-mais-ainda-o-mercado> (última visualização em 2 de outubro de 2023).

## **2.2 As políticas de planejamento urbano de Florianópolis: a “cidade modelo” do regime militar**

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo ocidental atravessava uma fase de prosperidade econômica, na qual algumas imagens ganhavam dimensão sociocultural abrangente, em especial a perspectiva de um contínuo progresso tecnológico que estimulava novos padrões de consumo. No Brasil, tendo como perspectiva o horizonte do progresso, formase no período uma nova classe média brasileira, tendo como ideal os valores do individualismo e o consumo. Essa nova classe média, de forma geral, é formada por um segmento considerado mais tradicional e conservador, voltada aos valores da família católica, baseada na moral e nos costumes cristãos, com resquícios das famílias burguesas de 1920 e 1930. A outra parcela seria uma nova classe média que estava em ascensão, composta por professores universitários, servidores públicos, engenheiros, médicos e publicitários, que, a partir das décadas de 1960 e 1970, com o “milagre econômico” do regime militar, elevam seu nível de vida.

Durante a ditadura de 1964, a cidade de Florianópolis passou por um processo de urbanização que apresentou alguns elementos que devem ser considerados, ao se pesquisar a história recente da cidade. Dentre eles, uma das principais questões a ser tratada é o fato de a cidade ser modificada no intuito de favorecer as necessidades de uma parcela específica da população, a classe média. Com o chamado “milagre econômico” a nível nacional, e a expansão do setor da construção civil, a partir da década de 1960, a cidade atraiu trabalhadores vindos de outras regiões e, sob alguns olhares, era considerada como uma espécie de “cidade da ditadura” (Acordi; Freire, 2011, p. 53-54).

Durante a década de 1970, a cidade enfrentava um processo de crescimento urbano estimulado pela indústria da construção civil, tornando-se a principal atividade econômica na região. Seguindo a perspectiva do historiador Reinaldo Lohn, essas transformações aproximaram Florianópolis ao modo de vida de grandes cidades brasileiras, “na visão dos formuladores das políticas de desenvolvimento, a capital deveria assumir um papel de protagonismo socioeconômico” (Lohn, 2011, p. 170). Dessa forma, um dos pilares da política desenvolvimentista da ditadura na cidade foi o plano habitacional, o qual privilegiou as camadas mais afortunadas da sociedade em detrimento das camadas populares. Com isso, famílias de maior poder aquisitivo foram atraídas pela oferta de moradias de alto padrão em novos edifícios de apartamentos que mudaram a silhueta do centro urbano e dos bairros nobres, enquanto as famílias menos favorecidas foram morar nas periferias, morros localizados no centro da capital,

comunidades precarizadas, condomínios de baixa renda e nas cidades vizinhas como São José, Palhoça e Biguaçu.

Os instrumentos de planejamento urbano estiveram submetidos aos referenciais de um Estado autoritário que buscava redesenhar as cidades a despeito de suas características singulares. Vista como uma cidade pouco desenvolvida — comparada a outras capitais na mesma época —, Florianópolis teria uma vantagem comparativa a ser explorada: sendo capital do Estado, possuía os meios políticos para concentrar recursos públicos na construção de uma cidade que evidenciasse as belezas naturais que valorizariam os investimentos realizados, assegurando o retorno aos investidores. Uma junção entre grandes obras públicas, incorporações e empreendimentos imobiliários e mercado turístico, uma nova onda de reformas urbanas transformou a cidade.

Até então pautada pelos burgueses advindos da Europa na Primeira República, a população com maior poder econômico habitando principalmente as áreas centrais da cidade, a paisagem urbana ganharia nova configuração. Nesse cenário, o político ligado à Arena, Esperidião Amin, em 1975, foi nomeado para prefeito de Florianópolis. Um dos atores políticos que compunha uma nova geração no panorama local. A implementação do Plano Diretor de 1976 foi um dos marcos de seu mandato, além disso, ele também criou o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IpuF), que tinha por função ser o órgão principal em planejamento da capital. Com isso, o governo Amin se tornava símbolo de desenvolvimento e implantação do ideal de planejamento urbano na região (Acordi; Freire, 2011). Mesmo após a crise econômica que atingiu o país ao final da ditadura e atravessou a década de 1980, a capital do Estado não deixou de reproduzir um novo padrão de expansão urbana. Para viabilizar os negócios, empreendimentos e serviços então gerados e requeridos, milhares de trabalhadores e trabalhadoras com baixos salários foram mobilizados, em especial das áreas próximas à capital.

Nesse cenário, até o final do século XX, as regiões ocupadas pelas famílias pobres que viviam sob condições precárias eram as que enfrentavam os maiores conflitos sociais, habitando os lugares mais distantes da cidade, onde a urbanização ainda era precária, convivendo com a falta de água, luz, sistema de saneamento básico, ruas esburacadas, postos de saúde e escolas públicas sucateadas. Em outro ambiente, a parte central da capital, muitas famílias de baixa renda moravam nos morros e bairros pobres no centro, tendo que conviver com a crescente violência desses espaços, como o número de homicídios, que se tornavam cada vez mais comum, e também com o tráfico de drogas.

Alguns desses espaços estavam em constante ameaça de despejo e se tornavam capa de jornal na mídia local, como invasores de terrenos. Caberia ao poder público intervir e retirá-los,

porém, sem oferecer outra área para habitação, tampouco outra proposta de moradia. Florianópolis se tornava cada vez mais uma cidade para a classe alta e média, para aqueles que podiam pagar pelos custos de se viver nesse ambiente, restando aos pobres somente a função do trabalho para os mais afortunados, mas sua condição e qualidade de vida não estavam nas listas de prioridades da prefeitura. Em operações mais ou menos explícitas ou silenciosas, entre o final do século XX e o início do século XXI, tal situação trouxe consequências para a população mais pobre que, diante da falta de assistência pública por parte das Prefeituras, tinham que “se virar como podiam” para ter uma moradia, mesmo se em condições que oferecessem risco de segurança para suas famílias. Isso pode ser evidenciado na publicação abaixo:

#### 1.150 FAMÍLIAS OCUPAM ÁREAS DE RISCO

São José- O município de São José tem 1.150 famílias vivendo em áreas de risco. O levantamento é da Secretária da Receita e Habitação, que concluiu o trabalho na última semana para a formulação de um projeto de moradia financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Resultado de um intenso processo de invasões que tomou conta do município principalmente em meados da década de 80, esses bolsões de pobreza não contam com nenhuma obra de saneamento básico. A situação é mais caótica nas encostas dos bairros Jardim Metropolitano, Jardim Zanellato, Boa Vista, Solemar (Parque Esperança), Pedregal, Fazenda Santo Antônio e Vila Formosa.

“Tem muita gente vivendo em condições terríveis, dividindo uma casinha de dois cômodos com duas ou três famílias porque não tem condições de pagar aluguel, morando em casas sem banheiro ou em barracos que ameaçam desabar por causa da estrutura podre”, relata o secretário-adjunto da Habitação, Pedro Antônio de Souza, o Peduca. A falta de saneamento básico é dramática. Nos bairros cadastrados pela equipe da Secretária de Habitação o esgoto corre a céu aberto, muitas casas não têm banheiro e no verão sequer há água para beber. Na Boa Vista, a água tem que ser puxada de um poço distante.

Dona Ana Catarina Azevedo, 62 anos, mora há dez anos no morro do Pedregal e ainda não tem energia elétrica. Para ler a Bíblia na companhia das imagens de Santa Catarina e Santa Bárbara, ela acende uma vela. A casa, que construiu sozinha, já está muito velha e Ana Catarina conta que a cada chuvinha a água vai comendo”, o barranco que separa o seu terreno da casa do vizinho de baixo. Ela até já comprou madeira para construir outra casa, mas desta vez não sabe se vai conseguir fazer sozinha. “Os vizinhos me ajudam, mas tudo custa um dinheirão”, conta Ana Catarina, que recebe um salário-mínimo de aposentadoria.

Ana Catarina foi uma das moradoras do Pedregal cadastrada pela Prefeitura. O objetivo do levantamento é dos subsídios para o projeto Habitar Brasil- BID. São José é a única cidade que não é capital contemplada pelo programa. A expectativa é que a verba seja liberada no próximo ano a fundo perdido. Técnicos do banco têm visitado o município com frequência para acompanhar a elaboração do projeto. Na última visita, no final de novembro, eles delimitaram as, encostas que devem ser atendidas pelo programa. “A determinação do BID é que os recursos sejam investidos na remoção das famílias que vivem em áreas de risco”, afirma o secretário Peduca.

Ele informa que o objetivo não é fazer grandes conjuntos habitacionais para transferir os moradores. “A nossa idéia é que as pessoas continuem no mesmo bairro porque essa é uma preocupação manifestada por eles”, afirma Peduca. Segundo o secretário, muitos moradores já estão ambientados no bairro e argumentam que não querem sair porque têm amigos e parentes morando próximos. “Se for para um lugar pertinho eu vou, mas se for lá para a Cova da Onça aí não”, diz Ana Catarina. “Quando eu cheguei

aqui não tinha calçada, nem água e telefone público. Nós é que fizemos uma manifestação para conseguir tudo”, conta a moradora.

### REUNIÕES

Para esclarecer as dúvidas dos moradores, a Prefeitura está fazendo reuniões nos bairros. Muitos moradores estão construindo e têm medo de fazer investimentos em vão. A orientação da Secretaria de Habitação é que eles continuem as obras. “Não podemos impedir porque não temos certeza de quando virão os recursos”, explica Peduca. Ele ressalta que em muitos casos as reformas são urgentes porque a casa ameaça desabar. “Como não temos recursos para ajudar, autorizamos a reforma para que a casa não caia em cima das pessoas”, justifica o secretário. Peduca ressalta que o problema é que geralmente os moradores constroem como madeiras de baixa durabilidade.

### PERFIL

O levantamento feito pela Secretaria da Habitação vai traçar um perfil das condições em que vivem esses moradores de área de risco. O cadastro aborda questões como abastecimento da água e energia elétrica, rede de esgoto, equipamentos comunitários (escolas, creches, postos de saúde, supermercados), número de famílias que moram na casa, tempo de residência, área e características do imóvel. A proposta é levantar todas as carências das famílias que vivem nestas regiões. Além da casa, o BID prevê a implantação de toda a infra-estrutura pela moradia, como rede de esgoto e água encanada. Os fiscais também questionaram às famílias sobre a escritura do terreno e de quem tinham comprado a área. O objetivo é encontrar possíveis vendedores profissionais. “Tínhamos algumas gangues no município que faziam esse tipo de comércio. Detectamos isso principalmente no Jardim Metropolitano, no Boa Vista e no Jardim Zanellato. Eram pessoas que invadiram uma área verde ou de preservação e depois comercializavam terrenos em troca de R\$ 500,00, televisão, bicicleta. Iam tomando tudo o que podiam”, relata Peduca. O resultado desta prática muito comum no município nas últimas décadas é um cadastro de 2.850 invasões.

### FISCALIZAÇÃO EVITA NOVAS INVASÕES

A Secretaria de Habitação de São José garante que não há mais novas invasões no município. A fiscalização é feita 24 horas por dia, inclusive nos finais de semana. São apenas três fiscais que se revezam no plantão, mas o município conta com os moradores, que podem denunciar pelo telefone (48) 9972- 0176. “Eles atendem todos os dias”, afirma o secretário Peduca. Nos últimos três anos, os fiscais demoliram 76 casas, embargaram 191 construções irregulares e notificaram 39 terrenos que estavam sendo preparados para construir.

“Não adianta mais vir para cá porque não tem mais como invadir. Quem adquirir um terreno com recibo de compra e venda vai perder dinheiro”, avisa Peduca. Todo o trabalho de demolição da Prefeitura é documentado em fotos. Numa delas o morador construiu a casa sobre um chassi de automóvel. O secretário diz que nenhuma demolição é feita quando há gente morando na casa. Geralmente são barracos com placas de vende-se ou aluga-se. “Procuramos agir rápido porque depois que tem gente morando fica difícil”, diz o secretário.

Uma das preocupações da secretária é não deixar que os moradores já instalados façam novas casas e aluguem ou vendam as velhas, intensificando o processo de favelização. “O aluguel é proibido nessas áreas porque elas foram ocupadas irregularmente”, ressalta Peduca. Na prática, a secretaria sabe que isso acontece clandestinamente. O secretário também ressalta a velocidade com que as invasões aconteceram no município. “As notícias correm. Alguém chegava aqui, invadia uma área e ia chamando os parentes. A maioria nem vota em São José.”

O fiscal Alcides Arruda Lima conta que a equipe vai armada e geralmente conta com o apoio da Polícia Militar para inibir as invasões. Ele afirma que a rotatividade de moradores nestas áreas invadidas é muito grande. “Hoje a gente faz o cadastro de uma família e amanhã já tem outra morando na casa”, atesta Alcides. O secretário Peduca

conta que muita gente perdeu propriedades em São José porque não conseguiu controlar as invasões. A área do bairro Boa Vista, por exemplo, pertencia á esposa do empresário Vilmar Becker, dono de postos de gasolina na região da Grande Florianópolis.

#### “PEDRA NO SAPATO”

Este ano, a Prefeitura de São José se livrou de um grande problema com a transferência do loteamento Frei Damião para Palhoça. A área era considerada pelo prefeito Dário Berger (PFL) como uma “pedra no sapato”. Invasão há mais de 15 anos, a área de mangue pertence à Companhia de Habitação de Santa Catarina (Cohab) e já conta com mais de mil famílias. O local não tem rede de esgoto, água encanada e coleta de lixo. Na maioria das casas a luz elétrica é por meio de “rabicho”. “A nossa maior preocupação agora é com a área dos fundos do Instituto Psiquiátrico de Santa Catarina, na Colônia Santana”, afirma Peduca.

O processo de invasão de São José se intensificou na década de 80 quando a população do município chegou a 87.817 habitantes, mais do que o dobro registrado pelo censo de 1970 (42.235). Estima-se que hoje São José já some quase 200 mil moradores. É a cidade com maior densidade demográfica de Santa Catarina (1.317 habitantes por quilômetro quadrado). O número de imóveis cadastrados pela Secretaria da Receita pulou de 31 mil de 1980 para 63 mil no ano passado. Entre os migrantes, que representam 60% da população, destacam-se os chamados “serranos”, vindos de Lages e do Oeste e Meio-Oeste do Estado.

#### CUSTO DOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO GERA DIFICULDADE

A falta de condições leva muita gente a viver em casas sob constante ameaça de desabamento. É o caso de Aparecido Martins Ferreira, 46 anos, que mora com a mulher e dois filhos no alto do morro do Jardim Zanellato numa velha casa de madeira. Quando dá vento balança tudo”, conta o morador. Numa recente chuva de granizo na região, pedras de gelo chegaram a entrar na casa de Aparecido pelos buracos do forro. “Estava sozinho e me escondi embaixo de mesa”, lembra o morador. Ele chegou à São José há pouco mais de dois anos, quando deixou a cidade de Maringá (PR).

Pior é que a situação da maioria dos vizinhos de Aparecido não é diferente. Numa passagem pelo bairro surgem inúmeros casos como o de Isaura Antunes da Silva, 36 anos, que também morre de medo de vento forte. Ela mora numa casa fincada na encosta do morro. “Já caiu um pedaço num vendaval que deu no ano passado quando eu ainda não morava aqui”, conta Isaura. Por sorte não havia ninguém morando no terreno embaixo do seu. Hoje tem. Isaura teme principalmente pela parte de madeira, visivelmente apodrecida, onde fica o quarto que ela divide com os dois filhos de 8 anos e 7 anos.

#### COMÉRCIO

Desempregada, ela abriu um mercadinho num dos cômodos da casa e diz que não tem condições de reformar a casa. “Eu queria construir porque esta parte de madeira está muito perigosa, mas não dá. A gente não tem estudo e fica difícil conseguir emprego. Estou lutando com o mercadinho, mas também não está dando nada. Estou tirando só para compra comida”, afirma Isaura. Para pagar a prestação de R\$ 80,00 da máquina de lavar que lhe roubaram 20 dias depois da compra, ela teve que pedir dinheiro emprestado para os vizinhos. Isaura veio sozinha de Modelo, no Oeste do estado.

Aparecido e a esposa Iraci começaram a construir uma nova casa há um ano, mas esbarram no alto custo dos materiais de construção. “Quando começamos o saco de cimento custava R\$ 5,00. Agora, está R\$ 11,00”, compara Aparecido. Ele calcula que já gastou R\$ 3 mil na construção. A obra está sendo feita aos poucos nos finais de semana com a ajuda dos vizinhos. Por causa de uma úlcera no estômago, Aparecido teve que deixar de trabalhar há dois anos e recebe um salário-mínimo da Previdência Social. A esposa é empregada doméstica e ganha menos de R\$ 200,00. (Cléia Schmitz, *AN Capital*, 12/12/1999)

A reportagem acima levanta questões importantes sobre habitação na região da Grande Florianópolis. Segundo alguns moradores (as) e o secretário de habitação, Peduca, as famílias residentes nos bairros pobres do município de São José estavam vivendo em condições precárias — e, em muitos casos, sem a assistência da prefeitura para fornecer os serviços públicos que auxiliassem a ter uma vida digna. A intenção do secretário seria a de melhorar esses locais, e não retirar as famílias que ali estavam as acomodando em outras localidades, pois muitos (as) moradores (as) já haviam criado seus laços de sociabilidade onde estavam.

Além disso, seria realizado um levantamento das condições de moradia dessas regiões na intenção de oferecer esses serviços a quem já estava fixado (a) no local. Outro objetivo seria de inibir novas “invasões”, como são denominadas as ocupações dessa localidade. Segundo Peduca, a intenção seria evitar o processo de favelização desses ambientes, ou seja, evitar que famílias de baixa renda ocupem esses locais de forma ilegal, trazendo uma imagem “negativa” por conta da baixa renda que esses moradores teriam, bem como a precariedade de suas habitações. De acordo com o prefeito da época, Dário Berger, locais com essas características seriam considerados “pedras no sapato” dos órgãos públicos, pois necessitariam da assistência da prefeitura no fornecimento e manutenção de serviços. Também é comentado sobre o aumento populacional de São José nos últimos anos, e em parte esse fato seria atribuído às famílias que viriam do interior de Santa Catarina.

Famílias que vinham em busca de emprego e de uma melhor qualidade de vida e que, ao chegarem na região da Grande Florianópolis, deparavam-se com a precariedade assistencial das prefeituras, que viam nesses indivíduos somente seu potencial para o trabalho, dando pouca importância a lhes fornecer condições dignas de permanência. Alguns residentes também comentam sobre as dificuldades de moradia, levantando as precariedades de suas residências, e como seria difícil obter a compra de materiais de construção para a melhoria de suas habitações. E quando conseguem adquirir algum bem que os auxilie em sua ascensão, sofrem o risco de perderem em roubos por parte de criminosos, ou desapropriações dos órgãos públicos.

Assim, a capital de Santa Catarina passou por intensas transformações a partir da década de 1960, principalmente ligadas ao setor urbano com investimentos públicos e privados, fornecendo distribuição de energia elétrica e de telecomunicações, setor imobiliário e construção civil. Esse processo acarretou novas estruturas na cidade, como a ligação das regiões centrais aos bairros mais afastados, principalmente no Norte da Ilha, por meio de estradas e transporte público regular (Falcão, 2009). No entanto, como é possível notar por meio dos relatos dos (as) moradores (as) dos bairros mais pobres e carentes da região, esse aumento na

oferta de serviços e qualidade foi direcionado a determinadas parcelas da população que tinham poder aquisitivo mais alto, em detrimento de bairros mais afastado do centro da capital ou considerados de baixa renda, que recebiam atenção da Prefeitura na parte da infraestrutura de forma mais tardia.

Além disso, sobre o Plano Diretor de 1976, mesmo antes de sua aprovação já se comentava que algumas partes do projeto deveriam ser revisadas, pois não correspondiam mais às realidades dos bairros da região, por isso, o projeto deveria ser readaptado ao novo cenário da Grande Florianópolis (Silva, 2011). Após o debate, o Plano Diretor foi revisto, sendo criadas emendas ao projeto após sua aprovação, porém essas emendas estavam concentradas em autorizar construções do setor imobiliário em áreas antes vetadas, demonstrando a pouca preocupação com outros segmentos sociais, como as camadas populares e migrantes que chegavam à região. Com isso, após a aprovação do Plano Diretor de 1974, intensificou-se o número de denúncias e protestos populares em torno dos problemas estruturais da cidade (Silva, 2011).

#### MIGRAÇÃO AFETA MUNICÍPIOS DA REGIÃO

Os municípios vizinhos de Florianópolis estão sofrendo com a fama de “Capital número 1 em qualidade de vida”. Biguaçu, Palhoça e São José passam por um forte processo migratório que está impactando toda a infraestrutura urbana e tornando ainda mais insuficientes serviços públicos na área de saúde, educação e saneamento básico, entre outros.

“Pessoas de todo o Brasil procuram Florianópolis por causa dos índices positivos amplamente divulgados, mas quando chegam na cidade a situação é um pouco diferente: não há empregos para todos, os terrenos e o aluguel são caros”, afirma o secretário-executivo da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis (Granfpolis), Miguel Faraco. “Assim, a saída é buscar alternativas nas cidades mais próximas”.

Não existem levantamentos disponíveis a respeito da migração na região da Grande Florianópolis. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pesquisou este item no Censo 2000, mas os dados ainda não foram totalmente tabulados e comparados com os números de 1991, última pesquisa populacional feita no Brasil.

Biguaçu e Palhoça são os municípios mais afetados, avalia Faraco, em função das maiores áreas ainda disponíveis para ocupação urbana. São José, segunda maior cidade da região, com 173.239 habitantes conforme o Censo 2000, já tem problema semelhante à Capital, com a redução de espaços disponíveis para a construção civil.

Em Palhoça, o problema toma dimensões dramáticas. Levantamento da Prefeitura aponta que da massa de 12 mil desempregados, 12% da população de 102 mil habitantes, menos de 1% é de pessoas que nasceram ali. Nos últimos quatro anos a população cresceu num índice de 6%, ganhando 18 mil novos moradores. Foi a terceira cidade que mais cresceu em Santa Catarina.

Números como estes fizeram o prefeito Paula Vidal (PFL) tomar uma decisão drástica, devolvendo às cidades de origem os migrantes sem condições financeiras ou qualificação para o trabalho. “Este ano retiramos 16 famílias que estavam vivendo em condições subumanas, na maioria das vezes morando embaixo de pontes”, conta Vidal. A administração municipal de Biguaçu também busca alternativas para tentar equacionar a maior demanda populacional com os problemas de infraestrutura. Na segunda semana deste mês, a Secretaria de Saúde realizou uma campanha de motivação para imunizar crianças de zero a cinco anos.

A meta do secretário da Pasta, Valdir José Ferreira, era ampliar o índice de cobertura dos atuais 59% para 70%. “A maior parte das pessoas que mudam para cá não estão com a vacinação regular”, comenta ele.

Apesar do Censo 2000 do IBGE ter apontado uma população de 48.010 habitantes, o Executivo já faz todo o planejamento administrativo levando em consideração uma população de 50 mil moradores. “Isso tem um impacto negativo no orçamento, pois não há verbas disponíveis para atender a demanda por serviços públicos”, argumenta Ferreira.

A solução para o processo migratório não é fácil. Segundo Miguel Faraco, da Granfpolis, o assunto está sendo discutido na associação, mas ainda não foi encontrado um encaminhamento. Enquanto isso, alternativas pontuais são adotadas.

“Seguindo o exemplo da Capital, vários prefeitos estão solicitando a proibição da ligação de água e luz em imóveis sem alvarás”, conta Faraco. Paulo Vidal, prefeito de Palhoça, também recusou a autorização para o loteamento com 3 mil lotes de 200 metros quadrados casa. “Isso comportaria cerca de 12 mil pessoas, que não teriam infraestrutura nenhuma”, argumenta. (Carla Pessoto, *AN Capital*, 27/12/2000)

Arte ANC

**RAIO X** *Dados populacionais*

**Florianópolis**

- Total da população residente .....341.781
- Total da população residente urbana .....331.671
- Total da população na sede do município .....228.741
- Área total (Km2) .....435.7992
- Densidade demográfica (hab/km2) .....784,26

**São José**

- Total da população residente .....173.239
- Total da população residente urbana .....170.958
- Total da população na sede do município .....60.332
- Área total (Km2) .....114.6905
- Densidade demográfica (hab/km2) .....1510,49

**Palhoça**

- Total da população residente .....102.671
- Total da população residente urbana .....97.840
- Total da população na sede do município .....85.652
- Área total (Km2) .....322.1828
- Densidade demográfica (hab/km2) .....318,67

**Biguaçu**

- Total da população residente .....48.010
- Total da população residente urbana .....42.857
- Total da população na sede do município .....38.985
- Área total (Km2) .....302.3974
- Densidade demográfica (hab/km2) .....158,76

\*RESULTADO DA SINOPSE DO CENSO 2000  
 FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

Tabela 1 – Dados populacionais – Resultado da sinopse do Censo 2000

<b>Florianópolis</b>	Total da população residente	341.781
----------------------	------------------------------	---------

	Total da população residente urbana	331.671
	Total da população na sede do município	228.741
	Área total (Km <sup>2</sup> )	435.7992
	Densidade demográfica (hab/Km <sup>2</sup> )	784,26
<b>São José</b>	Total da população residente	173.239
	Total da população residente urbana	170.958
	Total da população na sede do município	60.332
	Área total (Km <sup>2</sup> )	114.6905
	Densidade demográfica (hab/Km <sup>2</sup> )	1510,49
<b>Palhoça</b>	Total da população residente	102.671
	Total da população residente urbana	97.840
	Total da população na sede do município	85.652
	Área total (Km <sup>2</sup> )	322.1828
	Densidade demográfica (hab/Km <sup>2</sup> )	318,67
<b>Biguaçu</b>	Total da população residente	48.010
	Total da população residente urbana	42.857
	Total da população na sede do município	38.985
	Área total (Km <sup>2</sup> )	302.3974
	Densidade demográfica (hab/Km <sup>2</sup> )	158,72

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000).

Na reportagem de Carla Pessoto, é possível perceber que o problema da moradia continua durante o ano de 2000 na região da Grande Florianópolis. No início da matéria é comentado sobre como as propagandas atraindo turistas para a Capital estão trazendo mais demanda do que a região pode amparar, seja no quesito da habitação, saúde, educação, saneamento básico e serviços públicos no geral.

Nesse sentido, é importante refletir sobre qual tipo de turista interessava às prefeituras da região — aqueles que tinham recursos para abastecer os cofres públicos e que, ao invés de se tornarem um “gasto” para a prefeitura, se tornavam “lucro”. Dessa forma, novamente é atribuído aos migrantes vindos do interior do estado o aumento do índice de populações vivendo de forma irregular e sob condições escassas de vida. Posteriormente, esse discurso também faria parte das teorias criadas sobre o aumento da criminalidade na região, atribuindo esse fator à chegada dessas famílias na cidade. Segundo Roger Chartier (1990), o campo das representações

também sofre disputas de diferentes segmentos sociais na busca por impor seus valores e seu domínio, representando também um cenário de lutas políticas. Sendo assim, as representações sociais que permeiam esses discursos não são neutras. E buscam criar na sociedade o imaginário de que os problemas decorrentes na região de Florianópolis são fruto dos migrantes de baixa renda que vêm do interior de Santa Catarina ou de outros estados brasileiros.

Na Tabela 1, fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2000), é demonstrado que o município que tem sofrido mais com o aumento populacional é São José, que possui a menor área total (114 Km<sup>2</sup>) e abriga a segunda maior população da região (em torno de 173 mil habitantes), ficando atrás somente de Florianópolis. Com isso, a média de pessoas vivendo por metro quadrado na cidade se torna muito superior à dos demais municípios. Esse fato acontece, como comentado na reportagem de Miguel Faraco, por conta dos valores altos de aluguéis e compra de imóveis em Florianópolis, levando esses indivíduos para os municípios próximos à capital. Segundo análise realizada pelo geógrafo Victor Antônio Peluso Júnior (1991), há um crescimento de 56,38% da população de Florianópolis entre as décadas de 1970 e 1980, fator que leva a capital a se integrar com os municípios vizinhos, como São José, Palhoça e Biguaçu. Sendo assim, Florianópolis passa a se ligar com as cidades vizinhas por meio de estradas e vias de acesso, além disso, segundo Peluso, outros fatores também contribuem para o aumento populacional, como as ocupações territoriais formadas por migrantes (Peluso Júnior, 1991).

#### COMBATE A INVASÕES PROSEGUE NA SERRINHA

Ao chegar no topo do morro da Serrinha, a cena é surreal: casas erguidas ou sendo construídas à revelia de enormes placas da Prefeitura advertindo sobre o perigo da área e sobre a proibição de construção em encostas. Em função disso, as fundações de uma casa, um barraco com material de construção armazenado, um galinheiro e cinco cercas foram derrubados ontem no local por técnicos da Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram). Eles também autuaram cinco moradores por terem invadido e construído em área de preservação permanente (APP) e considerada como de risco de desmoronamento.

“A construção de casas nessa região é irregular e representa perigo de catástrofe em caso de chuva. E o pior é que, para construir, os invasores retiram a vegetação, que é fixadora da terra”, alerta o geógrafo Carlos Alberto Lopes, coordenador de unidades de conservação da Floram.

Esta é a terceira vez neste ano que Floram, Polícia Ambiental, Secretária do Continente e Defesa Civil fazem fiscalização no local. No mês passado, derrubaram um barraco, retiraram várias cercas e autuaram três moradores.

“Além de autuar, não podemos fazer nada com as pessoas que moram aqui porque não temos para onde transferi-los. Mas as casas que não têm ninguém nós derrubamos”, saliente Carlos Alberto.

Os atuais moradores, oriundos do interior do Estado ou de outras partes do país, estão sendo cadastrados. Cerca de dez famílias vivem no local, mas as cercas indicam que novos habitantes são esperados no morro. Atenta ao fato, a Floram colocou ontem mais placas sinalizadoras indicando área de risco e a proibição de construir.

O crescimento desordenado também trouxe problemas de infraestrutura para os moradores. “Quando vim morar aqui, a gente acordava de madrugada para buscar água de balde e encher a caixa. Depois desmataram e aterraram as vertentes”. Diz o morador Antônio de Jesus. ”

#### CONSCIENTES DO PERIGO, MORADORES NÃO TÊM AONDE IR

Sentado, com duas crianças sem roupas no colo, Valdecir Alves da Rocha assistiu a demolição das fundações de mais um barraco que estava começando a construir no morro da Serrinha. “Vocês todos têm onde morar. Quero ver quem vai pagar o prejuízo. Juntei seis meses de INPS para comprar o material”, reclamava, dizendo-se natural de São Miguel d’Oeste. Segundo técnicos da Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram), ele é apontado por moradores como sendo o “grileiro” da área, o invasor que cerca terrenos, se apropria, levanta barracos e vende ou aluga para outros que não têm onde morar.

Limitando-se a falar que está há três anos “encostado” devido a acidente, Valdecir viu o pessoal da Floram colocar abaixo as colunas de fundação da casa, o barraco onde guardava o material de construção e o galinheiro. De acordo com a Floram, ele já havia sido avisado que não poderia construir no local no dia 27 de janeiro, quando estava preparando o terreno e recebeu a visita de técnicos do órgão.

Seu irmão, Jandir Alves da Rocha, foi autuado ontem por ter construído em local proibido. “Quando a gente colocou a casa aqui, não sabia que não podia”, diz. Equipado com fogão de seis bocas e máquina de lavar roupa, o barraco foi erguido embaixo de um barranco. Mas sua esposa, Flávia dos Anjos, não tem medo de desmoroamento: “Confio muito em Deus e acho que não vai acontecer nada”.

“Se nos dessem outro lugar para morar, não pensaria duas vezes em sair daqui. Comprei sem saber que não podia construir. Mas porque rico pode fazer mansão em morro e os pobres têm que sair? ”, questiona Luciana Gaspar, moradora do morro há oito anos que também está em área de risco. ” (Valéria Lages, *AN Capital*, 24/02/1999)

Por meio da matéria acima, é possível propor uma reflexão sobre alguns elementos presentes na questão da moradia na cidade de Florianópolis, os quais decorrem do planejamento urbano que foi pensado para privilegiar algumas camadas sociais em detrimento de outras, como já comentado. Na reportagem estão presentes algumas falas e perspectivas que se diferem e que precisam de atenção. Inicialmente aparece o comentário do geógrafo Carlos Alberto Lopes — que representa a Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram), no caso — e faz observações sobre as irregularidades das habitações e seus riscos, afirmando que as famílias que vivem naquele local já foram avisadas sobre as casas, que durante a reportagem são colocadas como “barracos”; e que, por isso, as suas derrubadas são justificadas pelo aviso prévio que receberam. Além disso, é salientado também que esta não é a primeira vez que o poder público intervém nesses locais para derrubada de casas e a autuação dos moradores.

Ainda sobre o depoimento de Carlos Alberto Lopes, este ampara informações segundo as quais, mesmo não havendo para onde realocar essas famílias, as casas eram demolidas assim que fossem desocupadas. Ou seja, o poder público está presente no local com a justificativa de que essas moradias eram irregulares e estavam nas encostas do morro, oferecendo risco de desabamento em dias de chuva — em contrapartida não oferecem outra opção para esses

sujeitos. Famílias que, em muitos casos, vêm de outras cidades pela demanda de emprego, principalmente na área da construção civil, e que, chegando em Florianópolis, vendem a sua mão de obra a salários baixos, possuem pouca ou nenhuma assistência das prefeituras da região que ainda destroem o pouco que conseguem conquistar, deixando-os sem casa do dia para a noite. Tendo em vista que a opção que se mostra mais viável no momento é construir, novamente, outra morada em local irregular e torcer para que, com sorte e com o “poder divino”, não percam tudo de novo.

Em contrapartida, a matéria também apresenta a perspectiva de alguns moradores do morro da Serrinha sobre o fato. Além de ser apontada a falta de infraestrutura desse local, também há o questionamento quanto a quem caberia arcar com o “prejuízo”, sendo esta a preocupação do morador Valdecir Alves da Rocha, ao comentar que juntou suas economias para a construção da sua moradia. Em situação semelhante estão o seu irmão e a esposa, que também perderam o teto no dia anterior. Flávia dos Anjos ainda diz que, ao construir no local, não sabia da irregularidade e que não tem medo porque “confia muito em Deus”. Nesse caso, é válida a reflexão a respeito do apelo às crenças religiosas, que, em muitos casos, servem como acalento para as pessoas, na falta de uma assistência pública competente. Na falta da ajuda “humana”, consola-se com o “divino”. Outra moradora, Luciana Gaspar, encerra a reportagem com o questionamento: “Por que eles podem e nós não? ”, destacando a diferença de ação do poder público quando são pessoas ricas morando em locais irregulares e quando são pessoas pobres. Por que as prefeituras não atuam da mesma forma? Para quais classes sociais a cidade foi planejada? Quais habitações são privilegiadas?

Por outro viés, também é possível perceber em algumas linhas a opinião emitida pelo jornal *AN Capital*, ao focar, em diversos momentos, que a Floram já havia advertido diversas vezes a respeito da irregularidade dos locais de moradia, bem como a derrubada de “barracos” e a autuação de moradores. Em nenhum momento a reportagem questiona as prefeituras sobre um possível amparo dessas famílias. Ao se referir a uma das moradias que foram derrubadas, a reportagem coloca que havia “fogão seis bocas e máquina de lavar”, dando a impressão de que a família em questão poderia ter uma condição um pouco melhor de vida e que, por isso, talvez não precisasse morar de forma irregular.

Nesse sentido, é possível perceber que as consequências do planejamento urbano posto em prática ainda durante a época do regime militar deixaram consequências que se alastraram durante as décadas de 1980, 1990 e anos 2000, prejudicando, principalmente, a qualidade de vida das pessoas mais pobres da cidade. Se o objetivo da ditadura militar de 1964 foi tornar as cidades médias mais dinâmicas, Florianópolis, por ser uma ilha e pela pouca infraestrutura que

possuía, tendo um processo de industrialização limitado, a alternativa encontrada foi investir no setor da construção civil, com o intuito de modernizar a cidade e, posteriormente, avançar na área do turismo. Além disso, outro objetivo dos militares, durante os anos de 1970, era equilibrar o fluxo migratório para as grandes cidades. Com isso, ao focar na modernização das cidades médias, elas também se tornariam um local a ser buscado por pessoas vindas do interior. Os (as) trabalhadores (as) vindos (as) de outras regiões do estado e do país acabaram se tornando um suporte para a implementação das políticas de urbanização da região, pois além da mão de obra abundante, também “aceitavam” o pagamento de baixos salários (Acordi; Freire, 2011).

Como mencionado anteriormente, as políticas de planejamento urbano da região da Grande Florianópolis foram pensadas junto à iniciativa privada, de modo a favorecer as camadas sociais médias e altas. E, por conta disso, os espaços que possuíam melhor infraestrutura tornavam-se cada vez mais caros e segregados, reforçando uma lógica que já estava presente em cidades maiores do Brasil. Nesse intuito, o valor da habitação não cabia dentro dos salários baixos que eram pagos aos (às) trabalhadores (as) que vinham de outras regiões ou até mesmo dos nativos, por isso, as famílias de baixa renda foram buscar as áreas mais afastadas dos espaços urbanizados, como os bairros do interior da Ilha ou nos municípios vizinhos. Outra opção encontrada, como já abordado por meio das reportagens analisadas anteriormente, as encostas dos morros da capital que muitas vezes também ofereciam riscos, como os desabamentos. Em ambos os casos, as famílias ainda conviviam com a insegurança, no caso das moradias irregulares, de perderem suas casas em demolições a mando das prefeituras:

O que podemos observar é a existência de dois tipos de cidade dentro da cidade da ditadura. Após o processo de massificação vivenciado por Florianópolis a partir da década de 1960, o crescimento proporcionado pelos planos do regime militar ofereceu às camadas médias todas as condições necessárias para que a cidade fosse moldada de acordo com seus anseios- mesmo à custa de uma dupla jornada de trabalho mal remunerada que gerou condições precárias de habitação para grande parte da população que não estava incluída na lista dos beneficiados pelo regime militar. (Acordi; Freire, 2011, p. 66)

Dessa forma, é importante notar que o interesse na vinda de pessoas de outras regiões para cidades como Florianópolis se dá, basicamente, pela questão da mão de obra barata, pois não há a preocupação em alocar esses sujeitos em locais dignos, oferecendo uma melhoria na qualidade de vida. Pouco importa como essas pessoas vão (sobre)viver na capital, desde que estejam aptas para o trabalho. Sendo assim, o processo de crescimento do número de migrantes na região acontece de duas formas distintas: se de um lado existem as pessoas de poder

aquisitivo alto que adquirem imóveis nos bairros mais requisitados e urbanizados da Ilha, sendo vistos com bons olhos para o desenvolvimento da cidade, por isso, recebem assistência governamental para que permaneçam; do outro lado, nos setores mais pobres, os migrantes de baixa renda são acolhidos pelas prefeituras nas políticas de moradia empreendidas pelos conjuntos habitacionais que começam a se formar no final da década de 1970, fato que também era utilizado para trazer lucro para as construtoras da região. Essas moradias se concentravam nas regiões periféricas dos municípios vizinhos a Florianópolis, e outras opções encontradas por essas famílias foram as habitações irregulares nas encostas dos morros, rodovias e mangues, por exemplo (Silva, 2011). Com isso, aumentam as desigualdades sociais na região da Grande Florianópolis e, conseqüentemente, os índices de criminalidade, que começam a ser relacionados, nas opiniões emitidas por uma parte da população em veículos da mídia local, ao aumento populacional de migrantes pobres que chegam na cidade.

## **2.2. A violência urbana na Grande Florianópolis: quais são os bairros mais atingidos?**

Nesse contexto, o centro da cidade se torna um dos focos do projeto de urbanização, principalmente pelo fato de ser a área que concentra o comércio principal da região. As sociabilidades sofriam intensas modificações na cidade, sentidas pelo crescimento econômico e social, que marcavam a transição de um antigo modo de vida provinciano para uma cidade voltada para o turismo, serviço público e para estudantes que vinham para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)<sup>28</sup>. Impulsionada pelo crescimento imobiliário, advindo do empresariado do ramo da construção civil, Florianópolis se moldava aos aspectos de uma cidade moderna.

Conforme visões que celebram representações associadas à modernidade, como um valor social e cultural, a região também enfrentava um aumento no índice de violência urbana, que se mostrava como resultado de um planejamento voltado somente para as classes alta e média e que se preocupava pouco com as camadas mais pobres. Com isso, o aumento de assaltos e furtos nas regiões com comércio intenso começou a ser uma constante e motivo de preocupação para os varejistas do centro da capital:

---

<sup>28</sup> “O ato de criação da “Universidade de Santa Catarina” foi efetivado pelo então presidente da República Juscelino Kubitschek ao sancionar a Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960. Cinco anos depois, a designação “Federal” seria incorporada ao nome” (UFSC, 2020, on-line), tornando-se a Universidade uma importante fonte de investimentos externos, bem como de contingente populacional, além de um dos maiores atrativos de Florianópolis, um dos maiores órgãos empregadores da região.

### REGIÃO CENTRAL EXIGE CUIDADOS ESPECIAIS

A área central da Ilha tem sido alvo de ladrões e assaltantes. Avenida Beira-Mar Norte, Aterro da Baía Sul, Almirante Lamego e Almirante Alvim são os locais mais visados pelos ladrões de carros. Nas ruas Felipe Schmidt, Francisco Tolentino, e imediações de agências bancárias são constantes os ataques de punhuistas. Aproveitando-se da aglomeração, eles enfiam a mão no bolso ou bolsa da vítima sem que ninguém os perceba. Portanto, cuidado com a aproximação de suspeitos nestas ruas. Mais atenção redobrada ainda entre às 22 horas e 3 horas, quando for manobrar o veículo ou caminhar até o local onde o carro está estacionado. Geralmente é nesta oportunidade que o bandido ataca.

Foi assim que o aposentado Nicolau Haviara, com o radiologista Werton Gomes Figueiredo, anos atrás e recentemente com o médico Mauro Duarte Schutel. Todas as vítimas de sequestro relâmpagos e mortos por ladrões de carro. Antes de descer do automóvel ou caminhar até o estacionamento, a polícia orienta uma boa verificação ao redor para constatar a presença de suspeitos. Se alguma coisa estiver errada, deve-se seguir até outra quadra para depois retornar e pegar o veículo, ou estacionar em outro local bem iluminado. Caminhar depois das 23 horas pela Praça XV, imediações do Oásis Bingo, é desafiar a sorte. “Ali são constantes os assaltos. Há vários registros de vítimas reclamando que foram surpreendidas por ladrões armados de faca e revólver”, alerta a polícia.

Seguindo o comandante do Policiamento do 4º Batalhão da Polícia Militar (4º BPM), tenente-coronel Eliésio Rodrigues, o mês de setembro registrou 660 ocorrências- em toda a região central da Capital, que compreende também Agronômica e Prainha- mas o número pode subir ainda mais nos próximos meses por causa da temporada. Em janeiro do ano passado, no pico do verão foram registradas 1.759 ocorrências. De acordo com o oficial, foragido e criminosos de outros Estados migram para Florianópolis na alta temporada atraídos pelos dólares de turistas que buscam o sossego e a tranquilidade nas praias. Como a moeda americana está quase o dobro do Real, a expectativa é de que o verão da virada deste milênio vai ser frenético, com a invasão dos argentinos. Por isso o comando da PM já está planejando a Operação Veraneio, que será deflagrada em dezembro.

Eliésio afirma que na baixa temporada o crime cai sensivelmente. “A maioria das chamadas são reclamações de perturbação de ordem pública”, diz. Neste período, a PM sabe que é mais fácil controlar a violência na cidade. As rondas escolares, as rondas bancárias, e as operações varreduras durante a noite nos pontos críticos, e as parcerias com os Conselhos de Liderança Comunitária (Clic) são suficientes para deixar a cidade tranquila. Uma estratégia que vem dando certo é a segurança interativa, implantada nos colégios. Semanalmente uma equipe de policiais militares, escolhidos a dedo pela corporação, visita escolas e faz palestras sobre segurança para alunos. “É através das crianças que conseguimos atingir os adultos. E esta aproximação polícia/comunidade está dando certo. Hoje as pessoas têm mais confiança na PM”, conta o comandante do 4º BPM.

O chefe da investigação da 1º DP, responsável pela segurança na parte central da cidade, delegado André Manoel de Oliveira, afirma disse que o número de ocorrências envolvendo menores cresceu muito nos últimos dias. Ele cita os assassinatos dos irmãos Nilson e Nilton Veloso, no mês passado praticado por um adolescente, e o homicídio de Ninho, cujo principal suspeito também é um rapaz, conhecido por Cauê. E o último furto vultoso na cidade, semana passada, foi cometido por R.R., 17 anos, que invadiu um prédio da prefeitura de Florianópolis, de onde levou uma sacola contendo 100 mil vale-transporte, avaliado em mais de 60 mil reais.

### PREVENÇÃO

Carros estacionados nos arredores da Cervejaria Continental, Beira-Mar Norte, têm sido muito cobiçados por menores, principalmente nas noites movimentadas de sextas-feiras. “Eles abrem os veículos com mixas (chave falsa) ou estouram o vidro da porta para furtar CDs”, alerta a polícia. De acordo com os policiais, o aparelho furtado é trocado no morro por drogas. Por isso é fundamental retirar a frente do aparelho, acoplado em CDs, destacáveis, quando for estacionar o carro.

Apesar de todos estes transtornos Florianópolis ainda é uma cidade boa de se viver. Comparando a outros centros do País o índice de criminalidade na Ilha é baixíssimo. Nos primeiros nove meses deste ano ocorreram cinco homicídios na área central da cidade, “O problema na Ilha sempre foi tóxico. Em qualquer esquina há um traficante oferecendo cocaína. O consumidor nem precisa subir mais o morro”, comenta um investigador na 1ª DP.” (Colombo de Souza, *na Capital*, 17/10/1999)

Pela matéria acima, é possível destacar algumas questões importantes que estavam em alta no tema sobre segurança pública na região da Grande Florianópolis no final da década de 1990. Inicialmente a reportagem levanta os fatos referentes ao número de roubos e furtos de automóveis na parte central da cidade. Nesse sentido, é interessante voltar à discussão proposta por Souza (2008), ao colocar a degeneração dos espaços públicos, locais que passam a ser evitados em determinadas horas do dia por conta da criminalidade, e como isso interfere também na vida pública dos (as) cidadãos (ãs).

O aumento do número de crimes na capital, como assaltos, furtos e até sequestros, é colocado, porém as razões que levam a esse fato baseiam-se principalmente na “chegada da época de temporada”, como as festas de final de ano e o verão. Entretanto, como comentado anteriormente, o contingente populacional na região de Florianópolis nas últimas décadas estava crescendo, principalmente por pessoas vindas de outros locais que chegavam à cidade em busca de trabalho e melhores oportunidades. As prefeituras, preocupadas em alocar essa mão de obra, no intuito de melhorar a infraestrutura da cidade, especialmente para o setor do turismo e classes mais abastadas, não dava a assistência necessária a esses indivíduos no sentido de garantir moradia, serviços públicos básicos, enfim, uma vida digna.

Por outro lado, a reportagem também coloca a preocupação em garantir a satisfação dos turistas que vinham de outros países, especialmente os estadunidenses, que pagam seus custos em dólar. Contudo, no caso dos argentinos, a chegada à Ilha era tida como uma espécie de invasão, o que demonstrava o pouco interesse por esse público. Para garantir a plena estadia dos turistas, era necessário ter uma boa infraestrutura na cidade, advinda do setor da construção civil e, conseqüentemente, do trabalho das classes mais baixas; assim como também a segurança pública, para que os turistas não sofressem com os crimes que se tornavam cotidianos nos bairros centrais. Visando garantir a satisfação desse setor, que era essencial para a economia da capital, a intenção era oferecer uma boa qualidade nos serviços e estadia dos turistas para que estes retornassem nas próximas temporadas. Por essas razões, a segurança era primordial.

Mesmo que o comandante de polícia, Eliésio Rodrigues, argumentasse que o índice de criminalidade de Florianópolis era baixo, se comparado ao de outras capitais, o quadro que se mostra é o aumento do número de crimes ligados a roubos de pessoas, carros e lojas e também

de homicídios e do tráfico de drogas. Além disso, o envolvimento de menores de idade em crimes violentos como homicídios e a tentativa da polícia em modificar esse quadro, inserindo-se no espaço escolar como forma de se aproximar das crianças, pais e comunidade, criando uma relação amigável com os moradores buscando uma forma de criar um vínculo de parceria entre os dois lados e afirmar que cabe a polícia o papel de proteger a sociedade e os/as cidadãos/as, na tentativa de enfraquecer a relação de “proteção” dos criminosos com os moradores.

#### ASSALTOS E ROUBOS CAUSAM PREOCUPAÇÃO NA TRINDADE

Moradores da Trindade reclamam do aumento do número de assaltos e pequenos roubos no bairro. De acordo com o presidente da Associação dos Moradores do Bairro Trindade (Ambatri), estudantes têm sido vítimas frequentes de sequestros-relâmpagos. “Eles são levados até o final da rua Belarmino Correia, que sobe o morro, e lá são assaltados”, relata Luís Carlos. “Hoje a segurança é a principal preocupação dos moradores”, garante.

O delegado da 5º DP da Capital (Trindade), Leonísio Marques, confirma que o número de ocorrências de pequeno roubos e assaltos no bairro é crescente. “Normalmente temos um aumento desse tipo de crime durante a temporada de verão, o que nos leva a acreditar que se trata de gente de fora da cidade, mas neste ano o número está um pouco exagerado”, afirma o delegado. “Temos verificado uma média de 40 ocorrências a cada 30 dias, a maioria arrombamento de casas, cometidos por menores”, detalha.

Luís Carlos reclama da falta de um policiamento mais ostensivo no bairro. “Temos policiamento na rua Lauro Linhares, mas falta presença da polícia em outros pontos do bairro”, afirma.

O delegado Marques afirma que a Polícia Civil faz rondas durante toda a noite e madrugada para coibir os roubos na região. “Mas é impossível estar presente em todo lugar”, explica. “Já descobrimos alguns grupos de menores que estavam ‘barbarizando’ no bairro e foram presos, mas nem todos os roubos são feitos pelos mesmos grupos”, salienta. (Carlito Costa, *AN Capital*, 14/03/2002)

Na reportagem acima, nota-se a crescente criminalidade em bairros centrais da região de Florianópolis, considerados de classe média e alta, os quais possuem também vínculo com a UFSC e seus estudantes. De acordo com o depoimento do delegado Leonísio Marques, o aumento do número de roubos, furtos e assaltos está relacionado à chegada de “pessoas de fora”, porém nos últimos meses os índices de crimes na região aumentaram. É interessante ressaltar que os tipos de crimes praticados nessa região estão relacionados à questão econômica, especialmente. Não há menção de tráficos de drogas, homicídios ou tiroteios, como é constantemente destacado nas regiões mais pobres da Grande Florianópolis. Além disso, as pessoas autuadas pelos crimes são, frequentemente, menores de idade, fato que é mencionado em outros crimes cometidos na cidade:

O espaço urbano produzido já privilegiava na Ilha um crescimento urbano mais seletivo. Isto porque, com o crescimento do aparelho do Estado e a dinamização da economia urbana, ocorreu, paralelamente, a ampliação dos setores da classe média com poder aquisitivo, acima da média local, que puderam optar por fixar residência nos melhores

locais da cidade. Os melhores locais estavam concentrados na Ilha, que possuía serviços e equipamentos urbanos mais sofisticados, e permitia uma maior proximidade com o local de trabalho; enquanto a área continental desprovida, à época, desses serviços e equipamentos, com áreas pouco valorizadas, permitiam a fixação de grupos sociais de menor poder aquisitivo. (Marcon, 2000, p. 157-158)

Sendo assim, além das migrações de famílias de baixa renda que vinham para a região da Grande Florianópolis em busca de emprego e melhor qualidade de vida, também existiam migrantes com poder aquisitivo mais alto e que fixavam residência em bairros que ofereciam serviços públicos e estrutura para moradia de qualidade. De um lado, havia migrantes pobres que habitavam os municípios próximos de Florianópolis ou às comunidades carentes e morros da capital; de outro, o setor de migrantes de classe média e alta, que buscavam na Ilha condições mais tranquilas de vida, se comparadas às de outras capitais do país, como São Paulo, e que tinham do poder público assistência para uma melhor condição de vida. Porém, eram os migrantes de baixa renda que estavam sendo apontados como causadores do aumento da criminalidade na cidade, enquanto os de maior poder aquisitivo estavam ligados ao desenvolvimento urbano e econômico.

#### “LEI DO SILÊNCIO” IMPERA NAS FAVELAS

A punica lei obedecida nas favelas da área continental da Grande Florianópolis é a do silêncio “Aqui não se pode falar muito. É bom não se meter senão tem consequências. Que tipos de consequências? Aquelas que você vê na televisão”, diz a dona-de-casa Ana Maria dos Santos, 19 anos, que se calou assim que percebeu que havia falado demais. A precaução adotada pela dona-de-casa e pelos milhares de moradores do amontado de barracos que se dividem entre uma favela e outra tem explicação. Os traficantes tomam conta da área e pelo menos uma pessoa por mês é assassinada na região. Isso sem computar as dezenas de agressões, furtos e outros delitos registrados na 9ª Delegacia de Polícia (DP).

“A área é delicada. Tanto que as ocorrências não condizem com a realidade. Muitas coisas que acontecem não chegam à delegacia. As pessoas têm medo de denunciar”, diz a delegada Madge Branco, titular da DP há três meses. Apesar dos moradores tentarem esconder a realidade das favelas, as estatísticas da polícia são assustadoras. Somente no mês de dezembro de 1998, entre outros delitos, foram registrados 20 lesões corporais, 28 furtos em residências e um latrocínio (matar para roubar).

Em janeiro deste ano, as ocorrências também apontam para um quadro nada animador: um homicídio, 20 lesões corporais e mais de 30 furtos a residências, veículos e comércio. O relatório do mês de fevereiro não está pronto, mas sabe-se que pelo menos um adolescente foi assassinado na Favela Novo Horizonte. Darci Pereira, 21 anos, matou a tiros o menor J.A.A., 15 anos. A polícia suspeita de que a causa do crime tenha sido uma antiga dívida envolvendo drogas. O acusado foi preso.

#### QUEIXAS

“Isso tudo aconteceu porque não existe policial circulando dentro das comunidades. A polícia só chega quando o delito aconteceu. Assim não adianta. O ideal seria ter um posto da PM no principal bairro (Monte Cristo), como tinha há dois anos, mas fechou”, reclama o presidente da Comunidade Novo Horizonte e um dos integrantes do Conselho de Segurança Comunitário (Clic), Luiz Gonzaga Demétrio, 40 anos.

Apesar de criticar o trabalho da polícia, Demétrio diz que depois da implantação do Clic, há seis meses, houve uma redução na criminalidade na região. “Ainda falta muito para chegarmos a ter uma área sem crimes, mas pelo menos as pessoas já começaram a denunciar. Coisa que não existia. Claro que o medo ainda predomina”, esclarece o líder comunitário.

Demétrio acredita, no entanto, que em função da atual conjuntura da economia do País, responsável pelo desemprego, o tráfico de drogas e os furtos irão aumentar. O líder comunitário explica que os moradores das favelas são pessoas carentes e “ficam sempre em segundo plano”. “Os políticos só pensam nessa região quando é eleição. Depois nenhum vereador passa por aqui para saber dos nossos problemas”, critica o presidente da comunidade.

#### ATITUDES

Para combater a criminalidade da região, a delegada Madge Branco acredita que somente com a ajuda da comunidade é que o problema poderá ser resolvido. “Se as pessoas não tivessem medo, e denunciassem os delitos pelo disque denúncia- 1683-ficaria mais fácil trabalhar. Mas como sabemos que isto é difícil, o negócio é ir para as ruas. E é o que estamos fazendo”, avisa a policial.

O ex-comandante do 7º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel Paulo Caminha, que deixou o cargo na última quarta-feira, também concorda que o caminho a ser trilhado para o combate efetivo dos crimes do continente é o envolvimento da comunidade com a polícia. Diz, porém, que não há necessidade da instalação de um posto policial na região, como reivindica o líder comunitário Demétrio. “O posto foi desativado, mas efetivamos uma companhia próximo ao Monte Cristo (localidade com maior índice de delinquência) ”.

#### PESQUISA

O atual comandante do Batalhão, tenente-coronel Edson Souza, pretende reunir os líderes comunitários de cada bairro e saber deles as preocupações em relação à segurança. O efetivo do Batalhão também é peça fundamental para combater os crimes. Por isso, segundo o policial militar, o diálogo dentro da unidade será uma constante. O tenente-coronel não revela o número de homens do Batalhão, mas garante que é o suficiente para manter a segurança da população. “A partir deste indicador da situação é que montaremos as estratégias para cada comunidade”, adianta.

#### POPULAÇÃO FALA DOS PROBLEMAS

Diferente da dona-de-casa Ana Maria, a também moradora de um dos barracos da via-expressa, Maria Tânia da Silva, 25 anos, prefere dizer apenas que é “bom” morar no local. “Não tenho do que reclamar. Ninguém mexe comigo e nem com os meus quatro filhos, então está tudo bem”, afirma. Tânia é natural da Bahia e está morando há dois anos na favela.

Luzinilde dos Santos, 23 anos, vizinha de Tânia admite que tem medo. “Não é fácil morar aqui, mas vou fazer o quê. Não tenho para onde ir”, diz resignada a jovem, que é mãe de três crianças menores.

Outra moradora da localidade, Dóris Rodrigues, 38 anos, também diz que não tem onde morar, mas argumenta “que todos os lugares são perigosos. Então por que não morar aqui? ”, questiona. Natural do Rio Grande do Sul, Dóris está há quase sete meses na Capital com os nove filhos.

Enquanto os moradores se confirmam com a situação em que vivem, o agricultor Iloir Costa, 38 anos, que veio de Pato Branco (PR) para visitar a irmã residente na favela, garante: “Aqui eu nunca moro. Ouvi coisas que me deixaram assustado”. Embora tenha passada apenas três dias com os parentes, o paranaense aprendeu rápido que deve ficar calado para não se envolver em confusão. Ao ser questionado sobre o que ouviu, limitou-se a dizer que “foram coisas”. (Silvia Pinter, *AN Capital*, 07/03/1999)

Na matéria acima, é mencionado o medo dos moradores de comunidades pobres e assentamentos urbanos precários da área continental da Grande Florianópolis em denunciar, muitas vezes, os crimes cometidos nos locais. A intimidação dos moradores locais em comentar, seja para a imprensa ou para a polícia sobre os acontecimentos que ocorrem na região, demonstra o cotidiano violento em que vivem. Ao serem questionados sobre quais possíveis consequências que podiam sofrer, é comentado que são aquelas semelhantes às que se assiste na televisão. Não é especificado quais atos seriam esses, mas é possível relacionar essa fala com as notícias veiculadas na mídia sobre moradores de comunidades pobres que sofrem represália quando denunciam crimes, normalmente ligados ao tráfico de drogas. Nesse sentido, existe uma aproximação entre a criminalidade crescente na região com crimes cometidos em outras capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro, onde moradores que prestam queixa na polícia podem vir a sofrer ameaças posteriormente dos criminosos que habitam os bairros em que moram.

Diferentemente da matéria anterior, que denunciava os crimes cometidos no bairro Trindade que estavam ligados a questões econômicas, como assaltos e roubos, a criminalidade em vizinhanças e comunidades precarizadas da região é ligada a tráfico de drogas, homicídios e latrocínios. Além disso, também há menção do pouco efetivo policial nesses locais, que só está presente após o delito ser cometido e não realiza o trabalho de prevenção do crime por meio de rondas policiais como forma de intimidação dos criminosos e aproximação com a comunidade. Mesmo o líder comunitário solicitando a instalação de um posto policial na região como forma de coibir a criminalidade, o tenente-coronel Carlos Caminha, comenta que não há necessidade, pois, os policiais já estão no local, diferentemente do que é colocado pelos moradores. A delegada Madge Branco coloca a responsabilidade também sobre os moradores, que deveriam denunciar os crimes pelo Disque Denúncia, porém para que os moradores se sintam à vontade para realizar essas denúncias, precisam ter confiança no trabalho da polícia, e, para isso, é necessária a aproximação dos dois lados, que poderia ser facilitada pela instalação do posto policial no local.

Outros residentes ainda mencionam a falta de outro local para morar, quando questionados sobre como era viver ali. É interessante notar que as três mulheres entrevistadas são naturais de outros estados e que, muitas vezes na busca por uma qualidade de vida melhor, chegam à região da Grande Florianópolis e precisam sobreviver em bairros com altas taxas de criminalidade e pouca assistência pública. Ao contrário do que é relatado no bairro Trindade, que também recebe muitos estudantes que vêm para a cidade com o objetivo de estudar na UFSC. Porém como a Universidade se tornou um grande atrativo para a cidade e ajuda na

movimentação do comércio local, o alto poder aquisitivo daqueles que ali residem faz com que recebam outro tratamento da prefeitura.

Dessa forma, além de os/as moradores/as sofrerem com a violência simbólica pelo fato de morarem nos mesmos locais que a sociedade considera que também vivem a criminalidade — e que, por isso, muitas vezes são associados ao crime sem nunca ter cometido um delito —, também enfrentam cotidianamente a violência física e psicológica ao conviverem com as trocas de tiros entre a polícia e os criminosos, ou entre grupos rivais, normalmente ligados ao tráfico de drogas; as perdas de vizinhos, amigos e parentes para a violência; o medo de que seus entes queridos sejam atraídos para a criminalidade; a insegurança de que, por algum motivo banal, ameassem a “autoridade” de algum integrante de facções criminosas que possam vir a amedrontar suas vidas e/ou de serem confundidos com criminosos durante incursões policiais. Sendo assim, o medo, a aflição e a insegurança são sentimentos diários na vida de muitos moradores de bairros com altos índices de violência (Zaluar, 2019).

#### POLÍCIA NÃO PODE DAR TRÉGUA AOS TRAFICANTES

Palco de 11 assassinatos em pouco mais de dois anos e de uma inquietante guerra declarada entre os passadores de drogas, os morros do Centro da Capital- especialmente da Mariquinha, da Caixa e da Nova Descoberta- podem ter seus dias de batalha encerrados, a partir de uma pesada operação policial que, em 60 dias, pretende tirar de circulação todos os personagens ligados ao tráfico. “O que não podemos é ficar de braços cruzados”, resume a delegada Ester Fernanda Coelho, titular da 1º DP, forçada a administrar toda a crise que as atividades irregulares nos morros deixam escapar. Aos 47 anos, essa “manezinha com troféu de manezinha e título de senadora da cidade” defende que, contra o crime organizado, não sabe trégua. E atesta que, apesar de problemas estruturais da corporação, “os policiais ainda são respeitados nos morros”.

**AN Capital (ANC)** - A questão é: se uma ação pesada da polícia nos morros deveria conter a expansão do crime, por que a Operação Alfa prendeu 11 pessoas num dia (29 de março) e, três dias depois, o traficante Eduardo Ary Sérgio Dias foi assassinado? Os morros estão fora de controle, ou foram presas apenas figuras inexpressivas e isso não alterou a luta pelo controle do tráfico?

**Ester Fernanda Coelho**- Eu acho que a coisa (o tráfico de drogas em Florianópolis) é muito maior do que a gente imagina, porque durante muito tempo a coisa correu solta. Existem diversos segmentos dentro do tráfico e, apesar de essas pessoas terem sido presas, continuam algumas nas ruas, comandando, porque eles não abandonam assim. Não digo que esteja fora de controle, mas eu acho que é maior do que a gente imagina.

**ANC**- A morte do Eduardo seria uma espécie de continuação do assassinato do “Baga” (João Vitório da Fonseca, morto a tiros em 16 de agosto do ano passado)? Alguém está tentando assumir o controle total do tráfico nos morros?

**Ester**- Eu acho que a coisa funciona assim: quando o cara se instala e começa a querer... “Se ele pode, se deu bem, por que eu também não posso?” Então, de repente, acho que há pessoas até de fora querendo tomar os pontos de drogas aqui na Capital. Mas eu acho que tem muito a ver com a morte do “Baga”. Eu acredito até que possam ser as mesmas pessoas. Às vezes, não quer dizer que eles queiram tomar o ponto, às vezes é uma vingança: eles podem ter comprado droga de alguém e não ter pago, ou alguém entrou em cana por causa deles. Mas a gente teria de prender os responsáveis para saber realmente o que é que rolou. A gente parte do princípio de que é para tomar o ponto, mas pode ter também outras coisas por trás. Essas pessoas vivem do lado esquerdo, elas são juradas de morte quase diariamente.

**ANC-** Tirando a morte do Eduardo, parece que caiu um pouco o índice de violência nos morros...

**Ester-** Deu uma diminuída com relação à violência, porque todas as noites as pessoas tinham um certo receio de sair, por causa dos tiros que eram ouvidos pela própria população. A própria população já ligou dizendo que agora está tranquilo, que não houve mais nada, que as viaturas da polícia continuam subindo tranquilamente. Então, realmente deu uma acalmada com relação à violência. Agora, com relação à droga, é discutível, né?

**ANC-** Essa calma tem a ver com a ida de J.S. e “Borel” para o São Lucas (Centro Educacional São Lucas, entidade para adolescentes infratores)?

**Ester-** Com certeza. Tiraram as pessoas certas dos lugares certos. Realmente, essa turma que está presa de uma forma ou de outra tinha envolvimento com o tráfico de drogas. Eles que estavam provocando aquilo tudo: um quer matar o outro e isso nunca tem fim. Realmente, tem outros para serem presos e (a Operação Alfa) é um bom começo.

**ANC-** Avaliando esse “bom começo”, será que a Operação Alfa resolve, será que contém o tráfico no morro?

**Ester-** Eu acho que de braços cruzados a gente não pode ficar. Eu acho que essa operação está sendo organizada e a gente tem que partir desse princípio, primeiro: a gente tem de se organizar como polícia, usar um pouco mais de inteligência para combater o tráfico de drogas. Não adianta subir o morro todo dia e trazer dois, três, com uma “peteca” de cocaína. Realmente, essa operação apontou as pessoas certa, não cometeu injustiças, não houve arbitrariedades, não entraram em casa errada. Fizeram o trabalho prenderam e não incomodaram a população. A gente tem de tirar as pessoas ruins dos lugares que elas estão estragando e deixar a população, que não tem nada a ver, só assistindo.

**ANC-** Insistindo no assunto violência: desde 1999, nós tivemos 11 homicídios na área da 1º DP?

**Ester-** Onze homicídios.

**ANC-** A senhora disse, no início da entrevista, que durante muito tempo a coisa correu solta. O que houve? Falta de “pulso”, ou o quê?

**Ester-** Eu não vou criticar totalmente a polícia, porque a gente trabalha com o que a gente tem. Mas eu acho que o combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado é uma coisa que tem de ser feita diariamente, ela não pode ser feita numa semana e depois esquecida. Na surdina, eles vão se organizando, e a gente vai se desorganizando. Porque você trabalha uma semana, daqui a pouco tem de trabalhar em outro caso outra semana e deixa aquele de lado, que é mais sério. Só que tem um problema muito sério: quantos funcionários a 1 DP tem para combater todos os delitos que acontecem à nossa volta? Você vai ver que é humanamente impossível tomar conta de tudo. Uma delegacia que teve de selecionar, praticamente: foram feitos 800 inquéritos durante o ano: ela não está parada, só que ela não consegue fazer mais do que já está fazendo. Então, fica difícil se dedicar totalmente ao crime organizado no Centro- principalmente nesses morros, que são críticos- porque falta estrutura.

**ANC-** O problema não é de organização...

**Ester-** Não, organização não falta, porque quando a gente quer a gente vai lá e faz. Não, não é quando a gente quer: quando a gente tem de combater, a gente vai lá, combate e dá certo. Tanto que está aí, as prisões foram feitas, né? O problema é que a estrutura falha.

**ANC-** Desses 11 homicídios registrados, da maioria já se sabe a autoria. Porque os autores não estão presos?

**Ester-** Não, mas aí é encaminhado para o Judiciário e se aguarda manifestação. A gente não tem dificuldades com o Judiciário. Agora, pedi um mandado de busca e apreensão e em dois dias saiu, numa casa do morro do Mocotó, e a gente teve sucesso. Agora, todo mundo tem o direito a defesa ampla, né? Então, vai, vai, vai até sair a sentença até ele ficar preso, realmente leva um tempo.

**ANC-** Porque tem gente na rua que cometeu mais de um homicídio...

**Ester-** Ah, tem. Por exemplo, o “Tico” (Válter Costa Filho) é um. O Marlon (Marlon Elias Fortunato), também. Se bem que ele era foragido, mas o próprio sistema não consegue segurar eles presos, porque tem estrutura carcerária. E esse é outro problema: você prende hoje 20, 30, tudo bem, mas coloca-os onde? Está chegando ao ponto em

que a gente também vai selecionar na hora de prender: ladrão que rouba até R\$ 100,00 fica um tanto, ladrão que rouba R\$ 5,00 fica tanto, né? Porque não tem estrutura. Realmente, hoje a gente deixa de fazer flagrantes porque não tem onde colocar. Vai fazer o quê? Vou botar nas salas? Não adianta soltar um monte de dinheiro lá de Brasília para a gente combater e aí quando chega na ponta não tem nada, não tem recurso nenhum. Então, primeira coisa: vagas. Se tem realmente bandidos perigosos, tem de ter pelo menos um lugar para colocá-los.

**ANC-** A senhora acha que o crime organizado de Florianópolis é daqui mesmo, ou já existem quadrilhas de outros Estados agindo na Capital?

**Ester-** Eu acho que eles (os bandidos de fora) encontram facilidades, porque grandes empresários estão vindo embora para cá, porque aqui é um paraíso, né- e isso passa no Brasil inteiro- e em São Paulo eles não andam mais com um Audi, estão blindando tudo, acho que até os ternos deles são blindados. Em Florianópolis, por exemplo, é o Guga, o dono da Amauri Veículos, até o Makenji (Mário Iriê Kenji), o Esperidião Amin, todo mundo anda à vontade, você vê eles caminhando na Beira-Mar, com seu Audi, com seu carrão, com sua Cherokee. Então, você acha que isso não é um chamariz? Lógico que é.

**ANC-** Mas o quartel-general continua no morro?

**Ester-** Não necessariamente. Eu não sei se precisa ser no morro. Assaltante de banco, por exemplo, não mora em morro, né? Assaltante de banco compra carro do ano, aluga uma casa nos Ingleses ou em Jurerê Internacional e mora.

**ANC-** Então, o morro só centra o “crime de baixo poder aquisitivo”?

**Ester-** Não, não é isso. Olha, 90% das pessoas que moram em morro são gente de bem. Pobre para mim, é pobre de espírito.

**ANC-** Mudando de ângulo, então: eu queria chegar aos criminosos dos morros. Essas mortes todas, não seriam apenas consequência de uma entre eles, lá?

**Ester-** Graças a Deus, a tendência em nossa instituição é de pessoas que se preocupam com a violência em si, independentemente do local. Porque tem setores que só se preocupam quando a coisa mexe no meio onde tem poder aquisitivo melhor. Se a morte é no morro, eles pensam, “ah, são ‘malas’ que estão se matando”. Mas se, de repente, a violência desce para o centro da cidade, vai para a Beira-Mar Norte, matam dois, três, num assalto ali, tomam um médico de refém, aí aquilo ali fica sendo cobrado todos os dias, né? No morro, eles podem estar brigando entre eles, só que eles envolvem muita gente. Quem é que quer tem um bandido como vizinho?

**ANC-** A senhora acha, então, que os 10% do morro que são “malas” têm de ser presos?

**Ester-** Eu acho que não devia dar trégua nunca. Principalmente ao tráfico de drogas. A gente se preocupa, né, porque nas escolas estão vendendo, a gente tem dificuldade de fazer entre os alunos um certo trabalho de conscientização. A gente tem uma certa dificuldade de fazer esse trabalho. Eu acho sinceramente que não tem de dar trégua. Eu acho que deveria ter mais recursos, não tanto financeiros, mas humanos e materiais para combater. Não pode ficar igual São Paulo e Rio de Janeiro.

**ANC-** A senhora acha que a gente está no limite, está perto de chegar a um Rio de Janeiro?

**Ester-** Não, não, ainda tem espaço. Eles ainda respeitam o policial, quando vai lá. Mas a gente tem de estar preparada, porque a cada dia é uma realidade diferente. (Marco Antonio Zanfra, *AN Capital*, 07/04/2001)

A principal questão colocada em pauta na entrevista com a delegada Ester Coelho é como os órgãos de segurança têm lidado com o aumento da criminalidade na região da Grande Florianópolis, especialmente com o tráfico de drogas. Segundo a delegada, a intenção da polícia é prender “as pessoas certas” que seriam as principais responsáveis pelo comando do tráfico na região. Quando questionada pelo repórter sobre a efetividade dessas prisões, a delegada comenta que houve uma diminuição do número de crimes na região, segundo os próprios moradores. É importante ressaltar o comentário da delegada Madge Branco, na reportagem

anterior, na qual ela afirma que as estatísticas muitas vezes não condizem com a realidade dos morros, pois os moradores são intimidados a não denunciar, o que acaba mascarando o problema. Sendo assim, o número de ocorrências ter diminuído não significa necessariamente que a criminalidade diminuiu, de acordo com a própria delegada.

Além disso, Ester Coelho ainda menciona que a situação chegou em tal nível pela precariedade de recursos da polícia, assim como o próprio número de efetivo, que não condiz com a demanda atual da cidade. E que, mesmo assim, a polícia tem realizado seu papel de averiguar as denúncias, seja em bairros populares ou de classe média e alta, e que a questão do poder aquisitivo das localidades não influencia no trabalho da polícia. Essa informação também se contradiz com as matérias mencionadas anteriormente, em que, no bairro Trindade, havia rondas constantes da polícia como forma de coibir o crime, e que, nas denominadas favelas da área continental, um morador reclamava da falta de policiais na região, que só apareciam quando já havia a denúncia de um crime cometido, inclusive, também existia a solicitação da instalação de um posto policial no local por parte do Conselho Comunitário.

A delegada Ester Coelho, quando questionada sobre a origem dos criminosos presentes na região, menciona que muitos indivíduos vêm até a região da Grande Florianópolis pôr a considerarem um local com facilidades para a prática de crimes, justamente porque muitos que procuram a região vêm na busca ter uma vida mais tranquila e conviver com as belezas naturais da cidade que são mostradas em propagandas da prefeitura para atrair turistas. Diz ela também que as localidades pobres são formadas majoritariamente por pessoas de boa índole e que nos bairros de alto poder econômico também se escondem criminosos, como os assaltantes de banco, por exemplo. Trata-se, então, de um relato importante para desconstruir em alguns setores da população que em bairros pobres “só tem bandido”.

Dessa forma, o tráfico de drogas se tornou uma das atividades ilegais mais lucrativas para diversos setores da sociedade a nível mundial, estando presente nos segmentos mais populares até as camadas de maior poder econômico, sendo que os indivíduos que estão na linha de frente desse comércio, normalmente, são pessoas muito jovens ou até mesmo crianças. Nesse combate, a taxa de mortalidade é alta, tanto do lado dos agentes policiais, que ao mesmo tempo que matam também são assassinados com frequência, como também da criminalidade. Esses conflitos podem ser denominados de guerras irregulares, como atesta a antropóloga Alba Zaluar (2019), em que tais disputas entre o Estado e traficantes, ou entre os próprios traficantes por pontos de vendas de drogas ou conflitos entre facções rivais mostram-se intermináveis.

Além disso, o tema sobre o abuso de drogas ultrapassa os limites da segurança pública, pois também é uma questão de saúde pública, como tem sido levantado quando o assunto é a

guerra as drogas. A política de combate ao tráfico de drogas se mostra falida no sentido de o Estado gastar grandes quantias do dinheiro público em operações para apreensão de drogas e de que o problema ao longo dos anos só ter aumentado e se infiltrado em diferentes setores da sociedade. O dilema em torno desse assunto tem mostrado que a solução se apresenta além do uso da força pelos setores de segurança pública, do encarceramento em massa ou da estigmatização dos bairros pobres e seus moradores, mas também envolve a investigação como forma de prevenção de crimes e do embate direto com traficantes, assim como outros serviços como a saúde e a educação (Zaluar, 2019)

#### FLORAM DERRUBA CASAS USADAS POR TRÁFICO

Numa operação que contou com forte esquema policial, a Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram) demoliu ontem de manhã dez casas de madeira situadas em área de preservação permanente, dentro do Parque do Maciço da Costeira e localizada acima da cota de cem metros, localizadas na Costeira do Pirajubaé. “O trabalho faz parte da Operação Mananciais”, justificou os diretos de estudos ambientais da Floram, Giovani Amboni.

As demolições foram executadas por 18 funcionários de uma empresa contratada, que usaram marretas, pés-de-cabra e cavadeiras de ferro, entre outros equipamentos, para colocar abaixo as dez residências em cerca de três horas de trabalho. A segurança foi dada por 30 policiais militares, alguns integrantes do Comando de Operações Especiais (COE), usando máscaras, coletes à prova de bala e armamento pesado. Um helicóptero da PM apoiou a operação.

Nenhuma das casas estava ocupada por pessoas no momento da operação, mas em algumas existiam móveis e utensílios como fogões, geladeiras, camas, armários, mesas e cadeiras. Antes de ser iniciados os desmontes foram desligados os fornecimentos de água e luz elétrica. Essa foi a parte oficial da operação, porque o objetivo real era desmantelar o chamado “complexo do Nenem” — um conjunto de casas que estariam servindo como ponto de apoio para a venda de drogas. Nenem é o apelido de Sérgio de Souza, nascido na Costeira do Pirajubaé, onde residiu até pouco tempo, existindo mandado de prisão contra ele. Por isso, a presença dos integrantes do COE ontem de manhã na ação faz parte de uma ofensiva mais ampla da Polícia Militar, incluindo a realização diária de operações de trânsito e revistas em quem sobe e desce do morro atrás da igreja da Costeira do Pirajubaé.

“Graças a Deus eles apareceram”, disse uma senhora colocando as mãos na cabeça quando viu os policiais do COE passarem pela frente de sua casa na servidão Maria Alves, seguindo em direção ao morro. Ela disse isso e foi para dentro de casa. Os demais moradores também acompanharam curiosos o que estava acontecendo e, mesmo sabendo qual era o objetivo da operação, preferiram ficar calados.

“Diz o ditado que a gente deve ouvir e cerrar a boca. Se eu disser alguma coisa agora vocês publicam e eu que fico aqui para aguentar a encrenca”, desconversa outro. Izidro Fraga, 58 anos, servente de pedreiro desempregado, observou toda a movimentação sentado num degrau da escada em frente à casa de um filho na mesma servidão. “Uma coisa é certa: agora o roubo vai voltar”, comentou com receio, lembrando uma tentativa de assalto que foi evitada. “Tentaram entrar ali naquela casa e um dos rapazes lá de cima não deixou”.

Assim como a mulher de Izidro diz que nunca foi desrespeitada “por aquele pessoal”, sempre “fui” cumprimentada com “educação”, outro morador anônimo reconhece: “O Nenem é um cara gente fina”, afirma, referindo “apenas ao jeito de tratar as pessoas. O outro lado todo mundo já sabe e eu não vou comentar”.

Quando soube que sua casa havia sido posta abaixo, dona Maria Genésia dos Santos chorou copiosamente. Com 77 anos, natural de Paulo Lopes, ela apresenta as escrituras de compra e venda (posse) de três áreas de terra no final da servidão Maria Alves. “Eu

fiz aquela casinha por causa das plantações de batata-doce, amendoim, aipim, feijão e verduras que eu plantava lá”, reclama. A casa que ela ergueu com madeira “carregada nas costas desde lá de baixo”, está desocupada desde o final de 1999, quando ela foi atropelada pelo motorista de um veículo e só caminha com apoio de muletas. “Desse jeito não posso ir até lá”, conta, acompanhada por alguns netos que ajudaram a subir o material.

Outra casa que estava desocupada e foi demolida pertencia ao falecido Virgulino Silva. “Ele deixou aquela casa como herança para os três filhos”, conta a sonha Fabricia Maria Pereira. Outros moradores que observavam de longe a ação da Floram e da PM apontaram um terceiro barraco como pertencente a uma “moça que está grávida e sai todo dia para trabalhar”. (Celso Martins, *AN Capital*, 30/04/2002)

Na reportagem acima, é interessante destacar as diferentes concepções acerca da operação nos relatos dos moradores locais e como não há unanimidade de opinião entre eles. Há quem agradeça a presença dos policiais no local e veja o acontecimento com bons olhos; há aqueles que preferem não se pronunciar sobre o fato com medo de represálias futuras; e há também quem não veja os criminosos com “maus olhos”, pois além de serem tratados com educação, sua presença inibe a prática de outros crimes, como furtos e roubos. Contudo, nem todas as casas que estavam desocupadas no local eram utilizadas pelo tráfico de drogas, como relatam Maria Genésia dos Santos e Virgílio Silva, moradores antigos da Costeira que alegam que suas casas estavam desocupadas por outros motivos e que lamentam as suas demolições, não havendo, no entanto, pronunciamento do poder público sobre o fato.

A caracterização dos traficantes de drogas de varejo é algo que merece bastante cautela. Por um lado, há uma “demonização” de seu comportamento e uma magnificação de seu papel no discurso típico da grande imprensa, que raramente contribui para que se compreenda a “fabricação social” de indivíduos que, de fato, muitas vezes cometem atos brutais e cruéis (inclusive ou sobretudo contra outros indivíduos nascidos e criados em favelas) e, ao mesmo tempo, colabora para que o grande público concentre suas atenções- e seus medos e ódios- apenas na ponta do varejo, deixando na sombra os verdadeiros grandes traficantes e seus sócios e facilitadores. (Souza, 2008, p. 61)

Essa perspectiva se apresenta como uma das consequências da representação social da população pobre, em que esses indivíduos são inteiramente responsáveis por suas “escolhas” individuais e que, por isso, merecem a repressão do estatal que recebem. Além disso, como comerciantes de produtos ilegais, os traficantes também estão inseridos dentro da lógica capitalista de venda e demanda e sua conduta tanto pode ser bem-vista nas comunidades nas quais estão inseridos — sendo eles tidos como “protetores” do local, muitas vezes — ou malvista — sendo eles tidos como pessoas causadoras da criminalidade e que, por isso, devem ser reprimidas e presas para que a “paz volte a reinar” na região. Isso porque é cada vez mais comum o controle desses indivíduos para além de atividades voltadas ao tráfico, como controle

do bairro, englobando fornecimento de transporte coletivo, iluminação e água em alguns locais, principalmente dos morros.

#### PM REFORÇA PRESENÇA MO MORRO DA CRUZ

A violência desceu o morro. Nas últimas semanas, um jovem foi morto nas imediações do Beiramar Shopping e na rua Crispim Mira. Nesse ano foram assassinadas 128 pessoas na Grande Florianópolis e em 2002, foram 155 pessoas. A maioria por arma de fogo, principal causadora das mortes no acerto de contas e disputa por pontos do tráfico de drogas. Segundo levantamento do Instituto Médico Legal, das 128 vítimas de assassinato esse ano, 90% foram mortas por armas de fogo.

A Polícia Militar, por sua vez, apreendeu em agosto 29 armas. São revólveres, pistolas e duas espingardas calibre 12. Em setembro, já foram apreendidas oito armas. Segundo o coronel Marlon Tezza, comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar (4º BPM), a corporação está fazendo um trabalho diário no Fórum do Morro da Cruz para tentar minimizar a violência urbana. O heliponto, no topo da elevação, já está pronto e deverá ser ativado em breve.

No local vão ser instalados em um mês módulos de aço que estão sendo fabricados em Camboriú. São instalações à prova de bala, que vão proteger os PMs 24 horas no monitoramento do maciço e da região. Para finalizar a pista de acesso falta ainda asfaltar um trecho de cem metros, que está sendo providenciado pela Secretária de Segurança Pública e Defesa do Cidadão. Na região do morro, segundo o coronel Tezza, continua sendo desenvolvido o projeto da polícia comunitária.

Na região, estão sendo mantidos os mesmos policiais, para gerar uma aproximação entre Estado e população e também para facilitar o conhecimento do território. A presença dos policiais, conforme o coronel, tem contido o avanço da criminalidade e diminuído o espaço dos criminosos. “Com isso, quadrilhas acabam se rachando e entram em confronto entre si”, diz o militar. (Jeferson Lima, *AN Capital*, 07/09/2003)

De acordo com as estatísticas do número de homicídios levantadas em 2003, em relação ao ano anterior, o seu índice aumentou, e a principal causa seria a disputa pelo tráfico de drogas e pontos de comércio de drogas na cidade e o aumento no uso de armas de fogo, que são a principal causa de morte na Grande Florianópolis, fato que é constatado tanto pela apreensão de armas como pelas causas das mortes.

Para diminuir essas estatísticas, além de aparatos que foram usados pela polícia, e do aumento do efetivo policial nas regiões de morro, também é ressaltada a importância da participação da comunidade na inibição ao crime. De acordo com a polícia, a aliança entre ambos, polícia e comunidade, auxilia na identificação, por meio das denúncias de indivíduos e de pontos que são utilizados pelos criminosos locais, é que será possível diminuir os índices de violência urbana.

A partir dos anos de 1990, é possível observar um gradual aumento dos conflitos nos morros entre traficantes de facções rivais e entre esses e a comunidade, causando um “fechamento” dessas localidades como forma de impedir a perda de territórios por parte da criminalidade para outros grupos ou para a polícia. Contudo, tendo em vista que as armas e as drogas presentes nessas comunidades não são ali produzidas, e também que os consumidores

de drogas que são pertencentes às classes mais altas também não residem nesses locais, as vizinhanças localizadas em morros, formando as chamadas favelas se mostram abertos nesse aspecto. Ou seja, para os traficantes de drogas, o “fechamento” desses territórios se mostra importante para que não os percam, porém, seu poder nessas localidades se dá por conta do comércio de drogas que comandam. É por essa razão que tais locais precisam estar abertos para seus fornecedores e consumidores (Souza, 2008).

#### HOMICÍDIOS NA REGIÃO ATINGEM JOVENS

Cinquenta e uma das 64 vítimas de homicídios na Grande Florianópolis, ocorridos de janeiro a 25 de março deste ano, têm entre 14 e 26 anos e foram mortas por arma de fogo. O número de jovens nessa faixa é de 79,5% do total de pessoas mortas. Na faixa etária adolescente, de 14 a 17 anos, são 11 vítimas, um percentual de 17% e na faixa de 18 a 26 anos, morreram 40 jovens, o que representa 62,5%. A maioria foi executada com mais de um tiro.

Os números apresentam evidências bastante claras para dois policiais experientes da Secretária de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o delegado Ricardo Feijó, diretor de Polícia Técnica e Científica, com 31 anos de carreira, e o médico legista José Maurício da Costa Ortiga, gerente do Instituto Médico Legal (IML), há 25 anos no órgão. Para os dois, os números demonstram que são os jovens que estão na linha de frente da guerra pelo território do tráfico de drogas. As execuções são patrocinadas pelos chefes do comércio ilícito, que fornecem o armamento para garantir que a inadimplência das dívidas de usuários e de “aviãozinho” e “laranjas” (comerciantes de droga), ou a invasão de territórios em disputa, se paga quase sempre com a vida.

Segundo os policiais, execuções em Florianópolis fazem parte de uma história recente, que não tem mais do que cinco anos. Ortiga diz que as pessoas mortas na região por arma de fogo eram assassinadas com um disparo e a razão do crime geralmente era provocada por uma rixa ou outras desavenças, com vítimas e autores do crime na faixa etária dos 40 anos. Atualmente, além de aumentar a incidência, o crime de homicídio é cometido por jovens contra jovens.

Uma das experiências mais exaustivas de Ortiga no IML ocorreu no Carnaval deste ano. Depois de quase cinco horas realizando autópsia em um garoto de 14 anos, o médico legista José Maurício da Costa Ortiga retirou 23 projéteis do corpo do rapaz. Oito balas haviam penetrado na cabeça pelo rosto e as outras 15 estavam espalhadas pelo corpo. A vítima era uma das sete pessoas assassinadas durante o Carnaval e a maioria deles com mais de uma perfuração. “Os outros cadáveres tinham 4,5,7 e 15 tiros cada um”, diz Ortiga. Os crimes poderiam ter sido estimulados pela festa carnavalesca, mas estavam vinculadas ao tráfico.

A maior evidência de que a matança está diretamente relacionada à disputa por territórios de traficantes é o número de tiros disparados contra as vítimas, o que caracteriza execuções. Segundo o delegado Ricardo Feijó, o IML muitas vezes tem recebido o corpo de pessoas eliminadas com tiros de vários calibres. Houve um caso, por exemplo, de um cadáver com tiros disparados por revólveres calibre 38 e 40, espingardas chumbeira e calibre 12.

Feijó estima que mais de 80% dos 64 homicídios cometidos durante este ano na Grande Florianópolis foram provocados pela guerra do tráfico. E embora o IML da Capital seja responsável pela autópsia em corpos de crimes ocorridos em 21 municípios da região- que soma uma população de 1 milhão de habitantes- as execuções estão concentradas nas comunidades do maciço do Morro da Cruz, na Ilha, comunidades Chico Mendes e no Morro da Caixa, na parte Continental de Florianópolis, e no bairro Brejaru, em Palhoça, que são

palco de 65% dos homicídios na Grande Florianópolis. (Jeferson Lima, *NA Capital*, 27/04/2003)

<b>MORTES</b> De janeiro a 25 de abril	
■ Homicídios .....	64
■ Por arma de fogo .....	58

Idade das vítimas: de 14 a 17 anos	
IDADE (ANOS)	Nº DE VÍTIMAS
14	01
15	02
16	03
17	05
<b>Total</b>	<b>11</b>

Idade das vítimas: de 18 a 26 anos	
IDADE (ANOS)	Nº DE VÍTIMAS
18	04
19	05
20	04
21	06
22	03
23	06
24	04
25	02
26	06
<b>Total</b>	<b>40</b>

Idade das vítimas: de 30 a 44 anos	
IDADE (ANOS)	Nº DE VÍTIMAS
30	01
31	01
32	01
33	01
34	01
39	01
44	01
<b>Total</b>	<b>07</b>

Fonte: INSTITUTO MÉDICO LEGAL (IML)

Tabela 2 – Mortes de janeiro a 25 de abril

Por homicídios: 64	
Por arma de fogo: 58	
Idade das vítimas: de 14 a 17 anos	
IDADE (ANOS)	Nº DE VÍTIMAS
14	1
15	2
16	3
17	5
Total	11
Idade das vítimas: de 18 a 26 anos	
IDADE (ANOS)	Nº DE VÍTIMAS
18	4
19	5
20	4
21	6
22	3
23	6

24	4
25	2
26	6
<b>Total</b>	<b>40</b>
<b>Idade das vítimas: de 30 a 44 anos</b>	
<b>IDADE (ANOS)</b>	<b>Nº DE VÍTIMAS</b>
30	1
31	1
32	1
33	1
34	1
39	1
44	1
Total	7

Fonte: Instituto Médico Legal (2003).

A matéria demonstra que há uma mudança nas características dos crimes cometidos por armas de fogo na região da Grande Florianópolis. Se há cinco anos a maioria dos crimes desse tipo eram cometidos por pessoas na faixa de 40 anos, e em situações de rixas e desavenças, nos últimos anos o que tem marcado os homicídios por armas de fogo é a faixa etária de jovens envolvidos, em torno de 14 a 26 anos, fato que demonstra que existem menores de idade envolvidos nesses atos, bem como as causas que também mudaram e passaram a ser motivadas pelo tráfico e comércio de drogas na região.

De acordo com alguns homicídios que chegaram até o Instituto Médico Legal (IML) de Florianópolis, a quantidade de tiros disparados contra alguns indivíduos demonstra que além de motivações envolvendo disputas por pontos de comércio, dívidas e grupos rivais, existia também o elemento do ódio contra essas pessoas, que é possível de ser evidenciado pelo número de disparos e locais do corpo que foram alvejados. Conforme a Tabela 2, disponibilizada pelo IML, que traz a relação entre a idade e o número de homicídios, entre os menores de idade os que mais sofrem com a alta da criminalidade são os adolescentes de 17 anos. Já entre os maiores de idade varia entre os adultos de 21, 23 e 26 anos, enquanto os dados de indivíduos acima de 30 anos se mostram muito baixos.

Nesse caso, é possível observar o levantamento de outros dados que diferem das reportagens analisadas anteriormente. Se nas matérias anteriores os principais agentes do aumento da criminalidade na cidade de Florianópolis estavam ligados ao aumento do fluxo de migrantes e de pessoas que vinham para o local nas épocas de temporada com interesse nos turistas, nesta matéria, os principais indivíduos ligados aos crimes, em especial ao tráfico de drogas, são os homens jovens armados. Dessa forma, é possível perceber duas abordagens diferentes sobre o mesmo problema e que nenhuma delas oferece possíveis soluções para o problema, ou pressionam o poder público para que isso ocorra.

### **2.3 Por um policiamento comunitário: relação dos agentes de segurança com os (as) moradores (as)**

Uma das alternativas encontradas pelo poder público para combater a criminalidade para além do uso do embate direto é se aproximar das comunidades que mais têm sofrido com a criminalidade na região, de modo a tentar combater o problema. Seria uma espécie de política de aliança com os moradores locais, baseada em negociações e diálogos, como uma das formas de policiamento do bairro, tendo como base estratégias coletivas entre a polícia e a comunidade para combater o crime local sem usar necessariamente a força ou a truculência. O uso dessas táticas também auxilia na mudança de estrutura na corporação policial, a qual deixa de priorizar seus métodos militares, focando num planejamento que amplie o debate da segurança pública para outros setores da sociedade civil, como a mídia, as escolas, os conselhos comunitários, por exemplo:

Transformações na política de segurança pública ocorreram, desde o final dos 1990, quando muitas organizações internacionais têm tentado disseminar não só no Brasil, mas em outros países da América Latina, o conceito de segurança “cidadã”. A ideia por trás dessa iniciativa é a de, por um lado, romper com um modelo policial baseado na ideia de guerra contra o crime, mais especificamente guerra contra as drogas, que se tornou hegemônico no planeta até o final da guerra fria. A nova polícia não deveria mais legitimar o uso interno da força legítima pela guerra ou o combate ao inimigo, mas sim pela defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos do país, o que amplia o campo das operações. Só quando se passa a dar mais importância à prevenção e ao respeito aos direitos da cidadania, o quadro de violência no país começa a mudar. (Alba, 2019, p. 12).

Sendo assim, para diminuir os índices de criminalidade, é importante que se amplie a questão da segurança pública para além do aparato da força por parte dos agentes policiais, pois a polícia precisaria estar alinhada e unida com as comunidades que mais sofrem com a violência

urbana como forma eficaz de combater o crime. Os moradores necessitam do trabalho policial para se sentirem seguros e, para isso, não podem se sentir inseguros em relação à própria polícia, unindo-se contra o problema. Além de ampliar o debate a respeito da violência urbana, seria necessária a manutenção dos espaços públicos também — iluminação das ruas, por exemplo — a ausência de locais abandonados, evitar a ocorrência de confrontos que envolvam o uso de armas e tiros a “céu aberto”, bem como a diminuição da exposição de moradores a práticas de crimes, como o comércio de drogas, por exemplo. São ações que também aumentam a sensação de segurança da população.

#### BAIROS SE MOBILIZAM CONTRA A VIOLÊNCIA

Os índices da criminalidade têm assustado a população da Grande Florianópolis, que começa a tentar buscar soluções para o problema. O número de homicídios já bateu o recorde este ano e arrombamentos a carros e residências se tornaram corriqueiros em muitas localidades. Entretanto, toda essa violência tem feito algumas comunidades pensarem sobre as causas do problema e proporem alternativas.

Quando se fala em violência, primeiro se pensa nas instituições policiais. Mas especialistas de diversas áreas concordam que a criminalidade não é apenas um problema policial, estando relacionado com questões como desemprego, educação e a falta de perspectivas de vida.

Convencidas de que não basta repressão policial para resolver o problema, comunidades da Capital estão se unindo para elaborar projetos e propostas. Um exemplo é o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, que existe há três anos. A ONG é formada por representantes de oito comunidades que formam o maciço: Alto da Caieira, Monte Serrat, Nova Descoberta e morros do Tico-tico da Mariquinha, do Mocotó, da Queimada e da Penitenciária. Embora o fórum esteja constituído há três anos, entidades locais já realizavam trabalhos individuais há mais tempo.

Atuando em uma das regiões mais violentas do município, o Fórum elegeu a educação como alternativa para tirar os jovens e crianças da comunidade do caminho do tráfico. Entre as iniciativas, foi criado um curso pré-vestibular voltado para os jovens interessados em frequentar uma faculdade. Atualmente, 150 pessoas participam das aulas, sendo que outras 140 já conseguiram ingressar no ensino superior e uma delas se forma no final deste ano.

Nessa mesma direção, o Fórum também está elaborando um estudo para a criação de uma cooperativa de prestação de serviços. A idéia é inserir os jovens no mercado de trabalho através de cursos de capacitação profissional. Após o curso, esses jovens entrariam no mercado através de empresas colaboradoras do projeto.

Outra iniciativa é um trabalho de desenvolvimento sustentável através de um projeto de reflorestamento da área do maciço. O plano é transformar a região em um local turístico, fazendo com que os jovens possam trabalhar como agentes de turismo e colaborando para desmistificar as áreas do morro como sendo somente reduto de traficantes. Os integrantes acreditam que com um projeto de urbanização é possível transformar o local em ponto de turismo ecológico, onde os visitantes poderiam conhecer as áreas de mata nativa existentes.

Outro projeto em curso é o estreitamento das relações com as escolas da rede estadual que atendem os moradores das comunidades. Através de uma parceria, estão sendo desenvolvidos planos didático-pedagógicos que trabalham a realidade dessas pessoas. A intenção é tornar a escola mais próxima desses alunos, evitando a evasão escolar, muito alta em toda a região.

Com essa estratégia, os integrantes também esperam conseguir resgatar os estudantes que abandonaram a escola. (Natália Viana, *AN Capital*, 08/09/2002)

Na perspectiva dos moradores do Maciço do Morro da Cruz, a questão da violência urbana não é exclusiva somente dos órgãos de segurança e não será resolvida com o uso da força policial. De acordo com os moradores da região, existem outras formas de tratar a questão. Uma das principais alternativas para o problema seria o oferecimento de projetos educativos, como a criação de um curso pré-vestibular que ofereça aos jovens locais outras perspectivas que fujam da vida do crime. Ao colocar os jovens nos espaços educativos, apresenta-se a esses indivíduos a oportunidade de, futuramente, conseguir empregos de qualidade que ofereçam uma vida digna a eles (as). Além disso, ao aproximar as escolas públicas estaduais dessas comunidades, há a inserção de conteúdos que contemplem as vivências dessas crianças e adolescentes, para que tornem a escola um local mais atrativo, bem como auxiliem no entendimento de suas realidades e a como enfrentar questões cotidianas.

Essas alternativas criadas pelas comunidades dos morros da capital de Florianópolis se mostraram promissoras ao ajudarem 140 pessoas a ingressarem no ensino superior, demonstrando que é possível para os jovens de comunidades carentes o ingresso em uma faculdade como também a oportunidade de uma vida melhor, estimulando, inclusive, outros estudantes a seguirem o mesmo caminho. Outra opção pensada pelas comunidades é a implantação de projetos de urbanização na região para tornar esses locais mais atrativos para o turismo, como forma de desmistificar os preconceitos e estereótipos formados em torno das comunidades.

#### COMUNIDADE SE ALIA À PM PARA GARANTIR SEGURANÇA

Empresários e moradores do bairro Santa Mônica unem-se contra os pequenos furtos que vêm ocorrendo na região. Para melhorar a segurança e manter a tranquilidade, eles construíram um postinho policial e doaram um computador à Polícia Militar (PM). O equipamento, segundo o presidente da Associação Comunitária do Jardim Santa Mônica (Acojar), o coronel PM da reserva Itamar Farias Diniz, servirá para agilizar a comunicação com a rede do Centro de Operações da Polícia Militar (Copom), que orienta o deslocamento de viaturas para os locais solicitados. Diniz disse ainda que todas as ocorrências geradas no bairro vão ser armazenadas no computador do postinho e depois transmitidas para banco de dados do PM.

“Estas estatísticas são importantes porque elas servem de base para as reuniões das segundas-feiras, na sede da Acojar, onde também participa um oficial PM responsável pela segurança no bairro”, disse Itamar. Nestes encontros, os moradores discutem melhorias e prevenção contra os pequenos furtos. De acordo com Diniz muitos, arrombamentos a residências e em veículos poderiam ser evitados se houvesse mais precaução. “As pessoas têm que ter mais cuidados, não deixando um portão aberto e evitar objetos de valores em banco dos veículos. A ocasião faz o ladrão”, alertou.

## QUALIDADE DE VIDA

O proprietário de Quatrum Cursos de Inglês, Paulo Macedo Soares, um dos doadores do computador, comentou que o equipamento ainda será usado para cadastrar pedintes e vendedores ambulantes. As associações dos empresários não param por aí. O Núcleo Multissetorial já realizou diversas reuniões com a Acojar, onde foram discutidos o trânsito e o projeto de lei, em tramitação na Câmara dos Vereadores, que propõe mudança do zoneamento na Avenida Madre Benvenutta, de área residencial exclusiva para área residencial permanente.

“A intenção dos empresários é estar cada vez mais integrada com a comunidade e conseguir encontrar alternativas que melhorem a qualidade de vida da região”, destacou o consultor da Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis (Aemflo), Ênio Borba. (*AN Capital*, 09/11/1999)

Em outra perspectiva, e enfrentando problemas distintos, apresentam-se as propostas do bairro Santa Mônica. Na reportagem, não há menção de que no bairro há o enfrentamento de questões como o tráfico de drogas ou alto índice de homicídios. As questões relacionadas à violência urbana enfrentada pelos moradores são o alto número de furtos, assaltos e roubos, ou seja, crimes ligados a questões econômicas devido ao valor aquisitivo do bairro ser considerado mais alto. Dessa forma, criminosos procuram o local para extorquir, normalmente, bens materiais dos moradores.

Sendo assim, a forma como os residentes locais encontraram para conter a criminalidade foi a instalação de um posto policial na região e a doação de equipamentos para o serviço policial. Com isso, a proposta criada foi a de intensificar o policiamento na região para intimidar os criminosos. Na matéria, não há menção do levantamento de outras alternativas que não fosse tratar a questão sobre o viés da segurança pública. Diferentemente da matéria anterior, que levanta o problema da violência urbana com outros olhares que ampliam o debate para além do setor policial, tratando o tema como um problema social que deveria ser abordado por outros segmentos sociais, como a educação e a oferta de melhores empregos.

É possível perceber que uma vigilância monitorada e o fechamento das casas com muros altos, condomínios, ou prédios acarretam uma falsa sensação de segurança e a autosegregação em espaços fragmentados pelo controle, diminuindo a diversidade de moradores desses locais (Souza, 2008). Ou seja, há um constante aumento da classificação dos bairros em regiões que comportam determinadas classes sociais e quais crimes têm maior incidência em cada espaço.

## CONCLUSÃO

Desde o início da investigação que resultou neste trabalho houve uma questão que me causou incômodo como historiadora: a carência de referências que tratassem sobre o tema da violência urbana na cidade de Florianópolis. Havia poucos trabalhos na região que estudassem o tema, e raros eram aqueles que analisavam pela perspectiva historiográfica. A manutenção de prerrogativas autoritárias ligadas à chamada segurança pública manifesta-se em uma frágil e recente democracia brasileira. Nesse sentido, é extremamente significativo compreender as reverberações do autoritarismo na sociedade civil no tempo presente. Diante dessa questão, e possuindo grande interesse particular pelo tema da segurança pública e violência urbana durante a Nova República, propus-me a construir um objeto de pesquisa que pudesse levar a uma reflexão sobre a temática.

Inicialmente foi necessário um exame breve em torno da redemocratização brasileira, considerando o contexto da passagem do período ditatorial (1964-1985) para a nossa recente democracia. Com o intuito de compreender as difíceis condições de superação do autoritarismo militar na área da segurança pública em um país como o Brasil, tendo em conta os mecanismos que prevaleceram quando da transição política. Sabe-se que os limites imposto ao aprofundamento da democratização no Brasil têm relação com aquele contexto. Para além de uma questão abstrata, ao limitar as possibilidades de democratizar diferentes instituições do aparelho de Estado e de gerar uma sociedade com mais justiça social, passamos a conviver com meios de gestão da violência urbana e da criminalidade que recorrem a instituições e a práticas profundamente marcadas pelo autoritarismo. Para isso, o aporte teórico de Marcelo Lopes de Souza (2008) foi fundamental para o entendimento da militarização e segregação do espaço urbano na sociedade contemporânea. Um dos desdobramentos mais visíveis de tal condição social se dá no cotidiano de uma população amedrontada com o perigo de sofrer algum tipo de crime ou violência fazendo com que as pessoas deixem de frequentar espaços públicos para se “proteger” dentro do ambiente privado.

Ao trazer esse debate para a grande Florianópolis utilizando as narrativas das reportagens policiais do suplemento *AN Capital*, percebeu-se que não seria possível abordar a questão da violência urbana sem tocar no tema das reformas urbanas e dos investimentos em obras de infraestrutura na capital, e de como esse fator causou impactos na segregação dos espaços da cidade. Nos relatos presentes nos impressos se notou que os bairros que careciam de serviços básicos como saneamento básico, iluminação, postos públicos de saúde, ruas

asfaltadas, locais para lazer, por exemplo, eram os mesmos lugares que também sofriam com o aumento da criminalidade.

Constatou-se também que nos bairros mais pobres da capital, especialmente os morros e bairros periféricos, os crimes mais comuns estavam relacionados ao tráfico de drogas e homicídios causados por armas de fogo. Em contrapartida, nos bairros elitizados prevaleciam, principalmente, crimes relacionados ao patrimônio dos moradores, como assaltos a residências e pequenos furtos. Além disso, verificando as estatísticas, a grande maioria das matérias selecionadas alegava que homens jovens de periferia - em muitos casos, negros - estavam praticando os crimes relatados.

Outro fator que chamou atenção, durante a pesquisa das fontes, foram os conflitos entre os nascidos na cidade e os “de fora”. Nesse sentido, as contribuições de Márcia Fantin foram essenciais para compreensão desse debate:

As relações entre os “nativos” da Ilha e os novos moradores “de fora” têm provocado inúmeros desdobramentos não só configuração urbana, mas também no campo político e, especialmente, no campo cultural. Inclusive, perpassa na cidade a ideia de que “a cultura da Ilha está morrendo” por causa da “invasão” dos “de fora”, especialmente entre os formadores de opinião.<sup>29</sup>

Os formadores de opinião, comentado por Fantin, são pessoas influentes na capital que possuem espaço na imprensa para expressar suas opiniões que acabam por induzir a formação de opinião dos/as leitores/as dos impressos. Nesse sentido, é possível perceber que os “nativos” acreditam que o fator determinante para o aumento dos crimes violentos na capital foi motivado pela intensa e constante chegada de pessoas vindas de outras regiões do Brasil, como Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná- ou até mesmo do interior de Santa Catarina.

Nota-se que esses mesmos migrantes que chegavam a Ilha, durante as décadas de 1980 e 1990, também buscavam a tranquilidade das cidades médias em contraste a “agitação” das grandes metrópoles “*este fluxo migratório com origem na evasão dos grandes centros urbanos tem se intensificado no Brasil e é significativo o número de pessoas que não suportam mais viver nas metrópoles e buscam alternativas de vida mais tranquila.*” (FANTIN, 2000. P. 16). Além disso, também foi possível constatar o interesse do poder público em atrair determinados segmentos para a cidade, como turistas, estudantes para a Universidade Federal do Estado de Santa Catarina, e servidores públicos que ocuparam os bairros mais estruturados da capital, como Trindade, Santa Mônica, Itacorubi, por exemplo. Em contrapartida, a chegada de

---

<sup>29</sup> FANTIN, M. (2000). P. 20.

indivíduos para trabalhar como funcionários da construção civil nas obras que estavam transformando a paisagem urbana da cidade e sua infraestrutura, e que não recebiam a mesma atenção dos serviços públicos e por não ter o poder aquisitivo necessário para morar nos bairros elitizados, acabaram por ocupar áreas impróprias e precarizadas da região central da cidade ou bairros mais afastados na região continental, nos quais a oferta de serviços públicos básicos é rara e as condições de moradia expõem os habitantes à fragilidade de casas de construção simples, constantemente submetidas a deslizamentos e alagamentos. Cabe recuperar o sentido histórico de um processo social que tem marcos e tomadas de decisão de governantes e setores sociais que se situam no centro de relações sociais capitalistas. A imposição de mecanismos de expansão urbana e reprodução de desigualdades foi favorecida pelo contexto de um regime autoritário a partir da década de 1960. Um dos limites da democratização brasileira a partir da década de 1980 está justamente na incapacidade de construção de mecanismos socialmente justos de acesso à cidade e a seus serviços por parte de grande parte da população.

Por meio da análise dos impressos é possível perceber que o jornal busca manter uma narrativa “neutra” sobre os acontecimentos, tendo em vista que o *AN Capital* buscava ser um “porta-voz” das comunidades da capital, e isso incluía repassar as demandas dos “novos” moradores da Ilha. Porém, as reportagens sobre as ocupações irregulares que vinham crescendo na região - muitas vezes motivadas pela falta de assistência do poder público e o baixo rendimento do trabalho e dos salários, insuficientes para o pagamento do custo de morar numa cidade de classe média alta – revelam uma situação estrutural. Moradores “nativos” ou “estrangeiros” vivenciam no cotidiano as difíceis condições para alcançar direitos básicos de moradia em Florianópolis, desfazendo narrativas comuns em circulação, como que atribui todos os problemas da cidade à chegada de migrantes. Ao culpabilizar a chegada de “estrangeiros” pelo aumento da criminalidade na região, verificou-se a difusão de expressões sociais de xenofobia, meio empregado como forma de “espantar” e “afastar” os “novos” moradores, que até poderiam ser bem-vindos durante a época de temporada, mas não eram bem vistos como residentes fixos.

Portanto, por meio da investigação, foi possível discutir o aumento da percepção de insegurança relacionada à violência urbana na região da Grande Florianópolis, entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000. Mesmo considerando os limites das fontes consultadas, é possível ter em conta que a difusão de tais percepções sociais tinha na imprensa um vetor significativo. Por outro lado, é importante destacar que o cotidiano dos moradores de Florianópolis está atravessado pelo processo histórico de transformações pelas quais a cidade passou, deixando o caráter de cidade provinciana, marcada pela presença de trabalhadores

situados nos pequenos negócios existentes e nas atividades agrícolas e pesqueiras do interior da Ilha de Santa Catarina, tornando-se um grande balneário que disputa um mercado de cidades turísticas do litoral brasileiro. Um conjunto de reformas urbanas a partir da década de 1960 impactou vidas e trajetórias sociais de seus moradores, atraindo turistas e novos residentes.

É possível refletir que o principal agente modificador do espaço urbana da região de Florianópolis foi o poder público associado a setores empresariais que viram na transformação da cidade em um balneário turístico e canteiro de obras imobiliárias para as classes abastadas um importante meio para a reprodução do capital. A introdução da capital do Estado em mercado de cidades turísticas litorâneas, por outro lado, viabilizou um conjunto de iniciativas de mercado que difundiram imagens padronizadas no campo publicitário, enaltecendo a qualidade de vida associada aos bens da modernidade em conjunção com as belezas naturais. A dinamização da economia gerou um mercado de trabalho para a oferta de diferentes serviços de conveniência para moradores de classe média e alta, atraindo trabalhadores e trabalhadoras que buscavam moradia em bairros populares em expansão.

Contudo, não houve na mesma proporção a oferta dos meios necessários para acomodar esses indivíduos, como por exemplo, investimentos em serviços públicos de qualidade, infraestrutura nos bairros mais afastados do centro e nas comunidades de baixa renda, espaços de lazer e recreação, projetos sociais, aproximação entre comunidades e policiais. A partir disso, conflitos são criados entre os “nativos” e os “de fora” como forma de mascarar problemas mais profundos da sociedade florianopolitana. Cabe não só ao poder público buscar resolver tais conflitos. Toda a sociedade acaba envolvida por narrativas sociais que conformam os debates sobre as questões urbanas em balizas muito restritas, sem avançar para a materialidade e a profundidade de questões históricas que evidenciam a prevalência de um tipo de crescimento urbano que gera a propulsão contínua de oportunidades de mercado para diferentes setores. Um desses setores é exatamente o da segurança, seja pública ou privada, o qual recebe o importante aporte da imprensa como veículo para percepções de insegurança que atravessam o cotidiano. Além disso, deve-se atentar também para projetos que visam prevenir que crianças e jovens adentrem para a “vida do crime” e busquem, através da educação, esporte e lazer, uma vida digna e de qualidade.

Acredito que pesquisas como a realizada na presente dissertação de mestrado possam auxiliar para discussões mais amplas, como o tipo de sociedade que estamos construindo, quais são os limites que a nossa democracia ainda possui, quais são os vestígios de passado que ainda permanecem no nosso presente, os entraves no processo de ampliação da nossa cidadania, quais

são os indivíduos que usufruem do direito a cidade e quem foi marginalizado durante esse processo.

Por meio desse trabalho, pretendo contribuir, de forma humilde, para a construção de uma sociedade mais igualitária, consciente e democrática.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed, 2002.
- ACORDI, Carla.; FREIRE, Felício Moura. Florianópolis como cidade da ditadura: urbanização, milagre econômico e habitação no regime militar. *In: CAMPOS, Emerson César; FALCÃO, Luiz Felipe Falcão; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). Florianópolis no Tempo Presente*. 20ª ed. Florianópolis: Udesc, 2011, v. 1, p. 7-276.
- ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 43, p. 45-63, 1995.
- AGUIAR, Roberto Armando Ramos. **Os militares e a Constituinte: poder civil e poder militar na Constituição**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- ALMEIDA, Caroline Soares de. **Final da década de 1920 em Florianópolis: a construção do Miramar e a urbanização da cidade**. *In: Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC - Brasil ISSN 1984- 3968, v.1, n.1, 2008. Disponível em: < <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/141>> . Acessado em 02 de fevereiro de 2023.*
- ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. 1989. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontífca Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.
- AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 10, p. 1-15, 1995.
- AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro. Mauad X, 2007.
- BAUER, Caroline Silveira. Um passado que não passa: a persistência do crime de tortura na democracia brasileira. **Albuquerque: Revista de História**, Campo Grande, vol. 6, n. 11, 2014.
- BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história”. *In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. - (Obras escolhidas).
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. *In: RIOUX, Jean-Pierre.; SIRINELLI, Jean François. (Org.). Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

BERSTEIN, Serge. Cultura política e historiografia. In: **Cultura política, memória e historiografia**. Orgs. Cecília Azevedo...[et al]. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Notícias em disputa**: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017, p. 57.

BIROLI, Flávia. **Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia**: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa 1984 – 2004. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p. 269-291. 2009.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília, Editora UNB, 11ª ed., 1998.

BUITONI, D. S. Usos jornalísticos da fotografia: informação, ilustração, expressão. Fotojornalismo: acontecimento, cena, paisagem, retrato. In: BUITONI, D. S. **Fotografia e jornalismo**: a informação pela imagem. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 84-113.

BURLAMAQUI, Patrícia de Oliveira; RIBEIRO, Leandro Molhano. Trinta anos depois, os desafios são os mesmos? O debate sobre segurança pública na Assembleia Nacional Constituinte. **LOCUS (UFJF)**, Juiz de Fora, v. 24, p. 375-410, 2018.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 1 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 667, de 2 de julho de 1967**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-  
lei/del0667.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%20667%2C%20DE%20%20DE%20JULHO%20DE%201969.&text=Reorganiza%20as%20Pol%C3%ADcias%20Militares%20e,Federal%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0667.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%20667%2C%20DE%20%20DE%20JULHO%20DE%201969.&text=Reorganiza%20as%20Pol%C3%ADcias%20Militares%20e,Federal%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias). Acesso em: 1 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 88.797, de 30 de setembro de 1983**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d88777.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d88777.htm). Acesso em: 1 dez. 2023.

BUDDE, Leani. **Jornadas impressas**: o Estado e Florianópolis - 1985 a 2009. 2013. Tese. (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina.

BUDDE, Leani; VAZ, Alexandre Fernandez. Jornalismo e ditadura em Florianópolis: sobre o jornal O Estado. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 191-202, maio 2014. ISSN 1984-6924.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: 34/EdUSP, 2000. 399 p.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a polícia da era Vargas. 2. ed. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1994.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **Militares e política na nova república**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: BERTRAND, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, Apr. 1991.

DE CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CORREA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis ilustrada: Nossa Senhora do Desterro**. Florianópolis: Insular, 2004.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Militares e anistia no Brasil: um dueto desarmônico. In: TELES, Edson; SAFLATE, Vladimir. (Org.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010, v. 1, p. 15-40.

DELACROIX, Christian. **A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?** Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018. Título Original: L'histoire du temps présent, une histoire (vraiment) comme les autres ? Diário do Comércio. Disponível em: [http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=brasileiros\\_nunca\\_viajaram\\_tanto&id=48794](http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=brasileiros_nunca_viajaram_tanto&id=48794) Acessado em 12 de maio de 2021.

DIAS, André Bonsanto. Pensar o acontecimento: jornalismo, temporalidade e narrativa em uma perspectiva histórica. In: **Revista Verso e Reverso**. São Leopoldo, UNISINOS, v. 25, n. 60. 2011/3, p. 172-182.

DIAS, Wilmar (1948). **Florianópolis, Ensaio de Geografia Urbana**. Boletim Geográfico. Estado de Santa Catarina: Departamento de Geografia e Cartografia. IBGE, Ano 1, n 1; Ano 1, n 2; Ano 2, n1.

FALCÃO, Luiz Felipe. Da cidade, seus usos e sentidos. In: DUARTE, Geni Rosa; FROTSCHER, Méri; LAVERDI, Robson. (Org.). **Práticas socioculturais como fazer histórico (abordagens e desafios teórico-metodológicos)**. 1ª ed. Marechal Cândido Rondon: Edunioeste, 2009, v. 1, p. 11-40.

FALCÃO, Luiz Felipe. Quando os “nativos” e os “haoles” se encontram. In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina: ANPUH e Universidade Estadual de Londrina, 2005. p 1-8

FANTIN, Márcia. **Cidade dividida**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas**. Revista Tempo e Argumentos, Florianópolis, v.9, n. 20, p 05-74. jan/abr. 2017.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

HUNTER, Wendy. **Eroding military influence in Brazil**: politicians against soldiers. North Carolina: Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1997. O presente livro não foi traduzido para o português, ficando restrito à esfera de especialistas acadêmicos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000.

INSTITUTO MÉDICO LEGAL, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In.: **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10. FGV. 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1945/1084>> Acessado em 18 de junho de 2022.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: uma contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999.

LIMA, Roberto Kant de. Direitos civis, estado de direito e “cultura policial”: a formação policial em questão. **Campo Minado: Estudos acadêmicos em segurança pública**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 95-113, 2021.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Circuitos e potencial icônico da fotografia: o caso Aylan Kurdi. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 41-60, jan.-abr. 2018.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. “Lá fora, o tempo passa”: uma breve história das disputas políticas em torno da paisagem urbana de Florianópolis no tempo presente (décadas de 1970 e 1980). **Ventilando Acervos**, v. 4, p. 124-130, 2016.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Espaço urbano brasileiro: entre a ditadura e a democracia -o caso de Florianópolis, SC (1964-1990). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 162-181, 2011.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. O tempo da notícia: cidade, ditadura e redemocratização nas páginas de *O Estado* (Florianópolis, SC, 1964-1985). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, p. 121-147, 2012.

LOHN, Reinaldo Lindolfo; CAMPOS, Emerson Cesar de. Tempo presente: entre operações e tramas. **História da Historiografia**, v. 2, p. 97-113, 2017.

LONGHI, Raquel. Opinião e diagramação. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. III No 1, pp. 110-119, 2006

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153.

MARCON, Maria Tereza de Resenes. **A metropolização de Florianópolis**: o papel do Estado. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

MATHIAS, Suzelly Kalil ; GUZZI, André Cavaller. Autonomia na lei: as Forças Armadas nas constituições nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, p. 41-57, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Culturas políticas e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan./mar. 2018.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor**: Forças Armadas, transição e democracia. Campinas: Papyrus, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Fino Traço Argumentum, 2014.

NEVES, Lucia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone (orgs.). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006.

PACHECO, Andréa Irany. **Da repressão à mediação**: um estudo das funções não declarados da polícia civil Catarinense. 1996. 72 f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

PALERMO, Luís Cláudio. A cobertura da mídia impressa e o enquadramento das favelas cariocas na linguagem da violência urbana. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 1, p. 212–236, jan. 2018.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **Estudos de geografia de Santa Catarina**. Florianópolis: EdUFSC, 1991.

PEREIRA, Fábio Henrique. **As transformações do mundo dos jornalistas**: a consolidação de novos valores profissionais a partir dos anos 1950. *Communicare*, São Paulo, v. 9, p. 75-83, 2009.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa & poder**: a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1992.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Desenvolvimento e Modernização**: um estudo de modernização em Florianópolis. Florianópolis: Lunardelli, 1974.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Muito além do espaço**: por uma história cultural do urbano. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, dez. 1995.

PIAZZA, Walter F. **Dicionário político catarinense**. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e ideias. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 15-47, 2006.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SILVA JUNIOR, Dequex Araújo. Segurança pública como cultura do controle. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 1, p. 72-85, 2010.

SILVA, Augusto Cesar da. **A construção da mediação de conflitos na Polícia Militar de Santa Catarina**: um caminho para a autonomia e a alteridade no convívio social. 2014. 190 f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SILVA, Michel Goulart da. Uma cidade em disputa: representações das transformações urbanas em Florianópolis no contexto da aprovação do Plano Diretor em 1976. In: CAMPOS, Emerson César; FALCÃO, Luiz Felipe Falcão; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). **Florianópolis no tempo presente**. 20ª ed. Florianópolis: Udesc, 2011, p. 103-117.

SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito (1903)**, In: *Mana*, vol.11, no. 2, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Outubro de 2005.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

SOUZA, Candice Vidal e. **Repórteres e reportagens no jornalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 288 p.

STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à nova república**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Estrutura da UFSC**. Última atualização em 2020. Disponível em: disponível em <https://estrutura.ufsc.br/>. Acesso em: 1 dez. 2023.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Editora Insular, 2. ed., 2005.

ZALUAR, Alba. Os medos na política de segurança. **Estudos Avançados**, v. 33, p. 7-22, 2019.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n.3, p. 03-17, 1999.

ZAVERUCHA, J.. **As Relações Civil-Militares Durante O Primeiro Governo Pós-Transição: Uma Democracia Tutelada**. REVISTA BRASILEIRA DE CIENCIAS SOCIAIS, n.26, p. 162-178, 1994

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição Brasileira de 1988. *In*: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). **O que restou da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 41-76.

ZAVERUCHA, Jorge; TEIXEIRA, Helder Bezerra. A literatura sobre relações civis-militares no Brasil (1964-2002): uma síntese. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 55, 1º sem. 2003, p. 136-148.